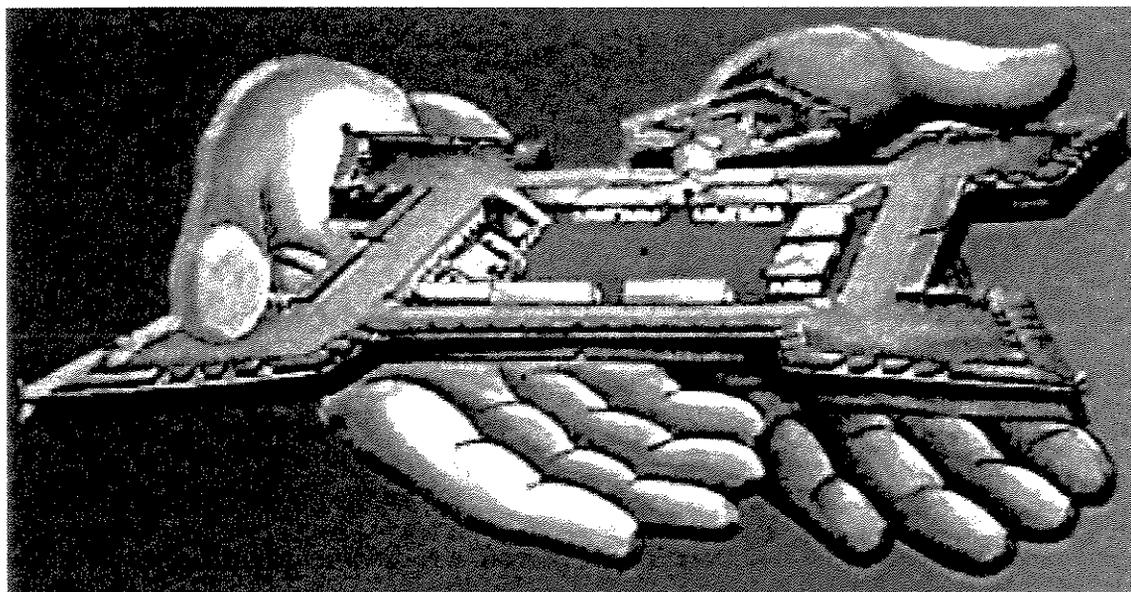


*OS OLHARES A FORTALEZA  
DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ:  
DO TOMBAMENTO (1950) AOS  
DIAS DE HOJE ( 2001 ).*



Arquivo da F..S.J.M. 19 de março de 2000.

*CLAUDETE NASCIMENTO MACHADO*

*CLAUDETE NASCIMENTO MACHADO*

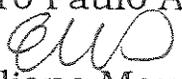
*OS OLHARES A FORTALEZA DE SÃO  
JOSÉ DE MACAPÁ: DO TOMBAMENTO  
(1950) AOS DIAS DE HOJE (2001).*

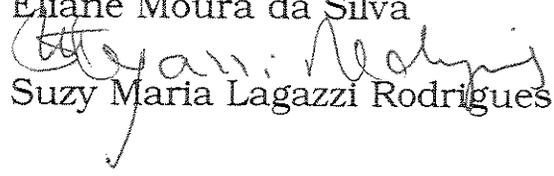
Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação aprovada pela Comissão Julgadora em 10/12/2001

Banca:

  
Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (Orientador)

  
Profa. Dra. Eliane Moura da Silva

  
Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

Novembro / 2001.

UNIDADE 30  
CHAMADA T/UNICAMP  
MIB E  
EX  
OMBO SCI 49227  
ROC 16-83710 2  
X  
REÇO R\$ 11,00  
ATA  
CPD

CM00167763-0

B ID 241404

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M 18 o Machado, Claudete Nascimento  
Os olhares a Fortaleza de São José de Macapá: do tombamento  
(1950) aos dias de hoje (2001) / Claudete Nascimento Machado.  
-- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
(Brasil). 2. Patrimônio histórico. 3. Análise do discurso.  
4. Compreensão na leitura. I. Funari, Pedro Paulo Abreu.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

PARA MINHA MÃE LADY

E MINHA IRMÃ CREUSA,

PELO APOIO NOS MOMENTOS

EM QUE EU MAIS PRECISEI.

**UNICAMP**  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

W002 23327

*"As palavras "patrimônio", "memória coletiva"  
ou "identidade cultural" perderam seu poder conceitual,  
tornando-se expressões vagas que acabam designando  
o próprio esvaziamento do sentido.*

*Elas aparecem como "palavras de ordem"  
para programas sócio-culturais  
cada vez mais repetitivos e equivalentes entre si".*

Henri- Pierre Jeudy.

## AGRADECIMENTOS:

*Ao Sr. Aloísio Brasil redator do antigo Marco Zero jornal do Amapá e ao fotógrafo Humberto Cruz, pelas lembranças que deram sentido as informações preciosas.*

*À prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Moura, o meu agradecimento e a minha admiração pela pessoa humana, pelo apoio e pelas palavras que significaram muito.*

*Em especial à 6<sup>a</sup> Superintendência do IPHAN com sede no Rio de Janeiro – RJ, pelo significativo material colocado a minha disposição e pela atenção dedicada ao pesquisador.*

*Agradeço também, a 2<sup>a</sup> Superintendência Regional do IPHAN com sede em Belém - PA, pela jurisdição do Estado do Amapá.*

*Ao meu orientador Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari pela dedicação, estímulo, apreço e conhecimentos repassados.*

*À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suzy Rodrigues, por me ensinar,  
que não sou dona do meu dizer,  
que todas as palavras que atribuo às coisas,  
já vêm carregadas de sentidos inscritos na história.*

*A todos os técnicos e demais funcionários  
da Fortaleza de São José de Macapá,  
pela amizade e apoio ao meu trabalho.*

*Às alunas Yollanda Karoline Souza e  
Lúcia Cândido dos Santos, do curso de  
Licenciatura e Bacharelado em História da UNIFAP,  
o meu sincero agradecimento pelas entrevistas  
que me possibilitaram um profundo repensar.*

*Finalmente, agradeço a todas as pessoas  
que diretamente ou indiretamente me repassaram  
documentos e/ou informações.*

## **RESUMO:**

Neste trabalho, analisamos as formas de olhar a Fortaleza de São José de Macapá para compreender o sentido dado ao monumento enquanto monumento Histórico, representação e espaço artístico-cultural, de aproveitamento turístico e patrimônio histórico e cultural tombado pelo IPHAN. Analisamos a construção e consolidação de sua monumentalidade no processo de 1950 (data do tombamento) aos dias de hoje (2001). Nesta perspectiva, trabalhamos os sentidos dado a Fortaleza a partir dos discursos verbal e não verbal, através da materialidade discursiva apresentada nos jornais, folders, entrevistas, e, representações da Fortaleza reproduzidas nas poesias, além da iconografia representada nas pintura, desenhos e fotografias. Neste sentido, além da análise dos discursos, trabalhamos também, as representações alegóricas como método de análise dos olhares a Fortaleza.

Para perceber e compreender os sentidos dados à Fortaleza de São José de Macapá no processo de sua institucionalização como patrimônio histórico e cultural brasileiro, amazônico e amapaense, estudamos a representação de cultura, da memória nacional, os olhares instituídos à Fortaleza nos períodos de construção e consolidação da monumentalidade e a importância da Fortaleza na identificação e representação da história, da cultura brasileira, amazônica e amapaense.

**PALAVRAS CHAVES:** IPHAN, processo de monumentalidade, patrimônio histórico e cultural brasileiro, amazônico e amapaense; discursos, imagens, representações.

## ABSTRACT:

In this work, we analyzed ways of observing the São José Fortress of Macapá to understand the significance given to the monument while as historic monument, a representation and cultural-artistic space and of touristic utilization, and as a historic and cultural patrimony declared by IPHAN. Therefore, we analyzed the construction and consolidation of its monumentality from the day of the process in 1950 up to these days (2001). In this perspective, we worked in ways to find senses given to São José Fortress in Macapá from the verbal and non-verbal speeches, through the discursive articles presented in newspapers, folders, and interviews about the Fortress, not mentioning the illusory speeches presented through paintings, drawings and photographs, and also images and representations about the Fortress through poetry. In this sense, besides analyzing the speeches, we also worked, he allegory representations as a method of analyze of visions of the Fortaleza.

To realize and comprehend the senses given to the Fortaleza in its monumentality process, we studied the patrimony in its cultural representation, besides of its sense of museum object, reports, its visual representation in museums, and its importance in the construction, identification and representation of the national patrimony. Therefore, turning the Fortress into a Brazilian Patrimony, from the Amazon and from Amapá.

**KEYWORDS:** IPHAN, monumentality process, Brazilian cultural and historic patrimony, Amazônico and Amapaense; speeches, images and representations

## RÉSUMÉ:

Dans ce travail, nous analysons les manières de regarder la Forteresse “São José “ de Macapa. Pour comprendre le sens donné au Monument en tant que Monument historique, représentation et espace artistique-culturel, de profit touristique et patrimoine historique et culturel préservé par l’IPHAN. Nous analysons la construction et consolidation de sa Monumentalité dans le processus de 1950 {date de la préservation} jusqu’aujourd’hui {2001}. Dans cette perspective, nous travaillons le sens donné à la Forteresse, à partir des discours verbaux et non verbaux, à travers la matérialisation discursive présentée dans les journaux, prospectus, interviews et représentations de la Forteresse reproduites dans les poésies, au-delà de l’iconographie représentée dans les peintures, dessins et photos. Dans ce sens, au-delà de l’analyse des discours, nous travaillons aussi les représentations allégoriques comme méthode d’analyse des regards à la Forteresse.

Pour percevoir et comprendre les sens donnés à la Forteresse de São José de Macapá, dans le processus de son institutionnalisation comme patrimoine historique et culturel brésilien, amazonien et amapaen, nous étudions la représentation de la culture, de la mémoire nationale, les regards institués à la Forteresse dans les périodes de la construction et consolidation de la monumentalité et l’importance de la Forteresse dans l’identification et représentation de l’histoire, de la culture brésilienne, amazonienne et amapaenne

**Mot clé:** IPHAN, processus de monumentalité du Patrimoine historique et culturel Brésilien, Amazonien et Amapaen; discours, images, représentations.

## SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	19
I    Capítulo: A FORTALEZA E SUA HISTÓRIA:	29
1.1    A Fortaleza no séc.XVIII	33
1.2    A Criação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	46
1.3    O Processo de Institucionalização do Patrimônio Cultural Brasileiro	49
II   Capítulo: O IPHAN E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	59
2.1    Do Tombamento ao seu Processo de Monumentalização	59
2.2    O Olhar a Fortaleza a partir do Discurso dos Arquitetos Técnicos do IPHAN: Dora e Pedro Alcântara	74
III  Capítulo: OUTROS OLHARES:	83
3.1    O Olhar Fotográfico	83
3.2    O Olhar da Imprensa	94
3.3    A Festa dos 200 anos da Fortaleza	105
3.4    O Olhar do Poder Público: Retomada a Posse da Sociedade Civil	110
3.5    A Fortaleza e os Militares: O Mito e a Ditadura	112

3.6	O Olhar entre o Bem e o Mal	116
3.7	Fortaleza: Monumento e História	121
3.8	Um outro Olhar: A Fortaleza como Espaço de Lazer Urbano e Monumento Turístico	124
IV	Capítulo: A FORTALEZA AOS OLHARES DOS ARTISTAS E INTELLECTUAIS AMAPAENSES.	133
4.1	Imagens da Fortaleza na Literatura e na Música Amapaense	133
4.2	Imagens da Fortaleza nas Artes Plásticas	138
4.3	O Discurso do IPHAN Reproduzido na Comunidade Amapaense	143
4.4	O Olhar da Universidade	149
V	Capítulo: Considerações Finais: UM OLHAR DE SOBREVÔO	157
VI	Referência Bibliográfica	169
VII	ANEXO	181

## INTRODUÇÃO:

*“(...) A visão tem sido, desde os gregos, o paradigma de um “saber imediato”, que garante a si próprio por força de suas evidências: ver é conhecer e estar convencido do conhecimento”.*

Lebrun<sup>1</sup>

O estudo sobre os olhares à Fortaleza de São José de Macapá, do tombamento (1950) aos dias de hoje (2001), tem como objetivo trabalhar as imagens e representações sobre a Fortaleza através de uma análise do discurso verbal e não verbal, com leituras alegóricas, uma vez que as formas de representar a Fortaleza são carregadas de simbolismo com fortes sentidos dramáticos de perda, de transitoriedade e expressões mítico-religiosas. Com esta percepção, procuramos investigar os discursos verbais e não verbais, com a finalidade de trazer para o campo do visível, questões até então não visíveis ou poucos visíveis ou, até mesmo, não levado em consideração. Assim, estaremos dando visibilidade, às questões que existiam apenas no interior de um projeto discursivo, e, também, questões ocultadas

---

<sup>1</sup> - Apud. Maria Inez Turazzi. “Missão Fotográfica: documentação e memória das obras públicas no século XIX.. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem. Universidade estadual do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem, n.º 8, Acervo de Imagem*, Rio de Janeiro, 1995, p. 41.

nas imagens apagadas pelo feitiço das representações alegóricas, ou seja, questões ainda não apresentadas enquanto material discursivo.

Levando em consideração que o analista não assume posição, que precisa se “deslocar” do lugar no qual está inserido para, assim, olhar esse social de forma analítica, posicionando-se “de fora” do social para conseguir analisá-lo com criticidade, está assegurada a resposta a nossa postura de “neutralidade” diante das formas de análises do estudo sobre os olhares à Fortaleza de São José de Macapá. Essa questão de lugar do analista associada à especificidade da proposta de estudo, em analisar como esses olhares se constroem e como se sustentam nas diversas relações sociais em vários períodos históricos, uma vez que trabalhamos com a materialidade dos discursos verbais (impressos e alguns relatos) e dos discursos não verbais (discursos a partir da visualidade: Imagens publicadas). Observando que o discurso *“não verbal é sobredeterminado pelo verbal,”*<sup>2</sup> ou seja, a função do discurso visual é determinada pelo discurso verbal, e, de acordo com Eni Orlandi quando diz que o discurso não verbal funciona através da redução ao verbal<sup>3</sup>, estaremos estudando o movimento e os efeitos dos dizeres, os quais nos permitirão compreender o sentido dos discursos e das representações visuais atribuídas ao monumento da Fortaleza de São José de Macapá. E assim, buscar visibilidade ou maior visibilidade, às questões que evidenciam a Fortaleza de São José de Macapá como resgate da identidade histórica e cultural brasileira, principalmente, da identidade histórica-cultural amazônica e amapaense, além de vislumbrar os sentidos de: cultura, História, tombamento, identidade e memória

---

<sup>2</sup> - Eni Orlandi. Rua, Unicamp, 1:35-47, 1995, p.41.

<sup>3</sup> - Ibid, p. 41.

nacional, apropriação, restauração, proteção, salvaguarda, reabilitação e revitalização da Fortaleza.

Também a reflexão sobre as tendências historiográficas de seu tempo é, mesmo que brevemente, dever de ofício dos que se dedicam à História, até *“como exercício de compreensão de si próprio enquanto sujeito da enunciação de um dado passado que pretende narrar”*<sup>4</sup>. Ao renovar a curiosidade histórica, a História colocou também seus problemas, passando a ser exercício de historiadores que tomam emprestado modelos de análise de outras ciências humanas, fazendo emergir novos objetos de estudo no seio das questões históricas e assim, *“constituindo novos territórios pela anexação de outros”*<sup>5</sup>.

São estas *“relações de boa vizinhança”*<sup>6</sup>, tomando por empréstimo a expressão de Lilia Moritz Schwarcz, passaram a permear, também, a História e a Arte, permitindo a inscrição dos monumentos artísticos e das cidades como objetos da História.

Para escolha de nosso objeto de estudo, foram de fundamental importância os ensaios de Giulio Carlo Argan<sup>7</sup>, possibilitando um novo olhar para os monumentos e a cidade, visto não percebíamos o quanto um é parte do outro. Depois da contribuição de Giulio Carlo Argan, conseguimos perceber o caráter indissociável dos monumentos com a cidade.

---

<sup>4</sup> - Carlota Boto. Nova História e seus velhos dilemas, *In: Revista USP de História*, n.º 23, set/out/nov. 94, pp 24-33.

<sup>5</sup> - Roger Chartier. A História Cultural: entre práticas e representações, p. 15.

<sup>6</sup> - Lilia K. Moritz Schwarcz. Entre amigas: relações de boa vizinhança, *In: Idem*, pp. 70-83, ao referir-se às relações entre a História e a Antropologia.

<sup>7</sup> - Giulio Carlo Argan. História da Arte como História da Cidade, sobretudo, o “Prefácio”, “História da Arte e a Cidade” e “A Arte no contexto da cultura moderna”.

## MACAPÁ E A FORTALEZA:

Hoje, quando evocamos Macapá, vem-nos a imagem viva da Fortaleza de São José, há mais de dois séculos, “guardando” as margens do Rio Amazonas; do padroeiro São José, pacientemente na Pedra do Guindaste a cobrir de proteção a cidade que é sua; é quase “ouvir os sons da memória” dos sinos da Matriz de São José que, há séculos, lembram aos fiéis do encontro com o divino; é o “Marco Zero” a assinalar que estamos no “meio do mundo”. Mas a caminho de nossa jornada é o antigo prédio da Intendência recordando os áureos tempos da borracha. É olhar o prédio do antigo *Fórum* e ver não apenas o símbolo da justiça, mas, também, o símbolo do estado moderno e da urbanização da cidade de Macapá.

Entendendo, portanto, tal como Giulio Carlo Argan que os monumentos são *“a mais completa auto-representação da cidade e da sua historicidade,”*<sup>8</sup> passamos a identificar a relação da Fortaleza de São José de Macapá com a cidade, pesquisando os olhares a esse monumento, em diferentes períodos históricos. É a possibilidade de ler as formas de imagens e representações, sobre esse importante monumento.

Não podemos dissociar o fato de que a arte se manifesta nas culturas ou nas camadas culturais em qualquer tempo e lugar, fundamentando a realidade social, sempre e tão somente no contexto de uma ética de valores, isto é, de uma concepção da vida como trabalho produtivo, das relações humanas como

---

<sup>8</sup> - ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como História da Cidade, tradução: Pier Luigi Cabra, Martins Fontes, São Paulo, 1998, p. 2.

intercâmbio de experiências, da política como dialética da autoridade e da liberdade<sup>9</sup>, representando a cultura de seu tempo, de produção simbólica.

*“Essa noção de uma produção simbólica é fundamental, pois nos permite atingir o problema central da concepção de cultura que é a questão da significação”. (...) “Essa noção de cultura como alguma coisa que é constantemente recriada e reutilizada, (...) nos dá uma perspectiva que me parece muito rica, se não for interpretada de um modo extremamente utilitário. (...) A cultura é uma elaboração humana que não apenas satisfaz as necessidades materiais, mas satisfaz também outras necessidades. Aliás, muito do que chamamos cultura não tem nenhuma utilidade prática, e isso em todos os povos existentes na terra. Boa parte deles gastam uma quantidade enorme de tempo para produzir objetos que são economicamente inúteis, mas que são esteticamente satisfatórios, que são instrumentos para o estabelecimento de relações entre as pessoas”<sup>10</sup>.*

Observando o processo histórico da Fortaleza de São José de Macapá, desde sua construção até os dias de hoje, em suas diversas formas de representações e utilização social, tomamos consciência da produção simbólica do

---

<sup>9</sup> - Ibid, p. 42.

<sup>10</sup> - Eunice Ribeiro Durham. *In: Antônio Augusto Arantes (org.). Produzindo o passado Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1964, pp.27-29.

monumento Fortaleza de São José de Macapá, aliada à produção material e ao problema central da concepção de cultura, onde é central a questão da “significação”<sup>11</sup>.

A mesma concepção é defendida por Argan, quando aponta para os valores históricos representados nos monumentos e significados plasticamente, mas, observa que seu verdadeiro significado, consiste no fato de que estão ali, na sua realidade física, não como memórias ou marcas do passado, mas sim, como um passado no presente, uma história feita espaço ou ambiente concreto de vida, ou seja, significam os atos da vida cotidiana da comunidade urbana que a produziu<sup>12</sup> ao longo da própria história.

Assim sendo, todas as vezes que nos referirmos à Fortaleza, utilizaremos a escrita em letra maiúscula, pois, para a comunidade amapaense, a utilização simplesmente do termo “Fortaleza”, em se tratando da Fortaleza de São José de Macapá, é nome próprio. O nome Fortaleza em referência ao monumento De Macapá, é uma das suas diversas formas de representação e utilização social, ou seja, como foi significada pela comunidade amapaense ao longo de sua história.

Para a realização do objetivo proposto, reunimos a bibliografia disponível e a matéria documental necessária, a qual foi interpretada sob uma ótica multidisciplinar. Todas as vezes que a documentação permitiu, procuramos fundamentos em fontes escritas dentro da produção do conhecimento da História, da

---

<sup>11</sup> - Ibid, p. 27.

<sup>12</sup> - Giulio Carlo Argan. Op. Cit. p. 43.

História da Arte, do Estudo das Imagens Visuais, da Análise do Discurso, como, também, não nos furtamos da Análise de Conteúdo, do conhecimento da Sociologia e da Antropologia. Também foi de fundamental importância nosso processo de compreensão dos elementos de semiologia.

Observando que a cultura se constrói com a arte, enquanto ação concreta do homem, mas, também, com o pensamento filosófico, científico, político e religioso, aí entendermos a multidisciplinaridade como o melhor caminho para o estudo de um objeto tão multifacetado. Por esta razão, utilizaremos os recursos instrumentais analíticos de outras disciplinas, além da história.

Sustentamos a discussão do nosso objeto de estudo na história nova, que numa ação de revolta contra a história positivista, a qual estudava essencialmente os textos escritos, veio revolucionar o campo documental histórico, e, por conseguinte, os objetos da pesquisa histórica, ampliando a noção de documento, passando a trabalhar com toda e qualquer prova da existência do homem, sejam eles escritos de todos os tipos: documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, fotografias, cinemas, documentos audiovisuais, obras de arte e etc. Como disse Jacques Le Goff:

“A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os

exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade os gestos e as maneiras de ser do homem”<sup>13</sup>.

Portanto, com este estudo, nos preocupamos em registrar e compreender as diversas formas de olhares à Fortaleza de São José de Macapá, enquanto monumento histórico, monumento artístico, espaço cultural de aproveitamento turístico e Monumento Histórico, Artístico e Cultural tombado pelo IPHAN, uma vez que nossa pesquisa situa-se entre o período do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá pelo IPHAN (1950), estudando o seu processo de monumentalização, até os dias de hoje (2001). Nesse período de significados atribuídos ao monumento da Fortaleza de São José de Macapá, estudaremos os sentidos dos programas institucionais desenvolvidos desde a institucionalização da Fortaleza como patrimônio histórico aos significados atribuídos nos demais períodos no seu processo de monumentalidade.

O verbo olhar no sentido de ver, a partir do sentido da visão, apresenta vários significados na língua portuguesa. Além do ato de ver, da capacidade humana de perceber o mundo através da visão, a palavra substantiva derivada do latim, significa também, ponto de vista, maneira de ver, observar, imaginar e conhecer o mundo. Portanto, olhar significa ver o mundo através do sensível, ou seja, da

---

<sup>13</sup> - Jacques Le Goff, Documentos/Monumentos. In: *Enciclopédia Einaudi, v. 1, Memória - História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa das Moedas, 1984, p. 94.

senbilibilidade humana. Neste sentido, estudamos os olhares a Fortaleza de São José de Macapá a partir de instrumentos instituídos, ou seja, os sentidos atribuídos a Fortaleza através da representação fotográfica, da imprensa, dos programas institucionais federal e estadual, da representação artística e do conhecimento científico, este, através do olhar da universidade.

Levando em consideração que a origem da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, antigo Território Federal está associada à construção da Fortaleza de São José de Macapá, procuramos compreender a relação e o sentido de construção e monumentalidade do forte com cidade de Macapá.

## I CAPÍTULO - A FORTALEZA E SUA HISTÓRIA:

*“A sombra da Fortaleza desenvolveu-se a Vila de São José de Macapá, sempre gozando das vantagens de centro militar, até a independência do Brasil. Com esta, retirando os recursos que o governo colonial desaparecido dava com vantagem à praça de guerra, entrou Macapá em decadência: a sua Fortaleza arruinou-se, chegou mesmo a servir de curral de animais, e o seu arquivo, importante repositório de documentos de nossa história colonial, esvaiu-se (...).”*

Palma Muniz<sup>14</sup>

Apesar da necessidade de compreender os fatos históricos, o significado social e a importância arquitetural do monumento da Fortaleza, os estudos sobre ela ainda não estão sistematizados.

Observando a escassez dos estudos sobre o Amapá, há muito o que se fazer, sobretudo em relação à História Social e Cultural. Some-se a isto, o fato de até a presente data, serem raros, na historiografia da Amazônia, os estudos voltados para olhar, e muito menos, direcionados a monumentos históricos, principalmente, quando trata-se de um monumento da importância da Fortaleza de São José de Macapá, enquanto patrimônio histórico e cultural. Residindo aí a

---

<sup>14</sup> - *In: Jarbas A. Cavalcanti. Fortaleza de São José de Macapá. Traços Históricos*, 2ª. Edição, Editorial: José Amoras, Macapá- AP, 1997, 1ª. Edição: Belém - PA, 1973. Sesquicentenário da Independência,

relevância de nossa contribuição para suprir, pelo menos em parte, tal carência, e buscar conhecimento singular, a partir de “*novos problemas, novos objetos e novas abordagens*”<sup>15</sup> em relação à Fortaleza, que surge dando abrigo ao povoado da Vila de São José de Macapá no século XVIII. A história da cidade de Macapá tem grande parte de sua história associada à construção do forte e ao processo histórico de construção de novos significados.

É necessário levar em consideração as características ímpares do monumento da Fortaleza não apenas em sua complexidade arquitetônica, mas, também, em sua monumentalidade e importância para a cidade de Macapá que cresceu sob sua proteção e, principalmente, a significação na memória coletiva e individual dos diversos grupos sociais. Também é importante perceber, a construção da monumentalidade da Fortaleza como marco do patrimônio histórico e cultural amapaense e também brasileiro, seu processo de significação e de resignificação (o papel que exerceu na sociedade de acordo com os períodos históricos de construção do forte e de construção do monumento enquanto sentidos). É possível associar tudo isso, a falta de uma documentação mais densa e acessível sobre sua memória. Assim sendo, foi necessário também, entrevistar pessoas da comunidade amapaense para ouvir relatos sobre a Fortaleza e perceber em conjunto com os discurso publicado nos jornais, outros olhares que não sejam o da imprensa.

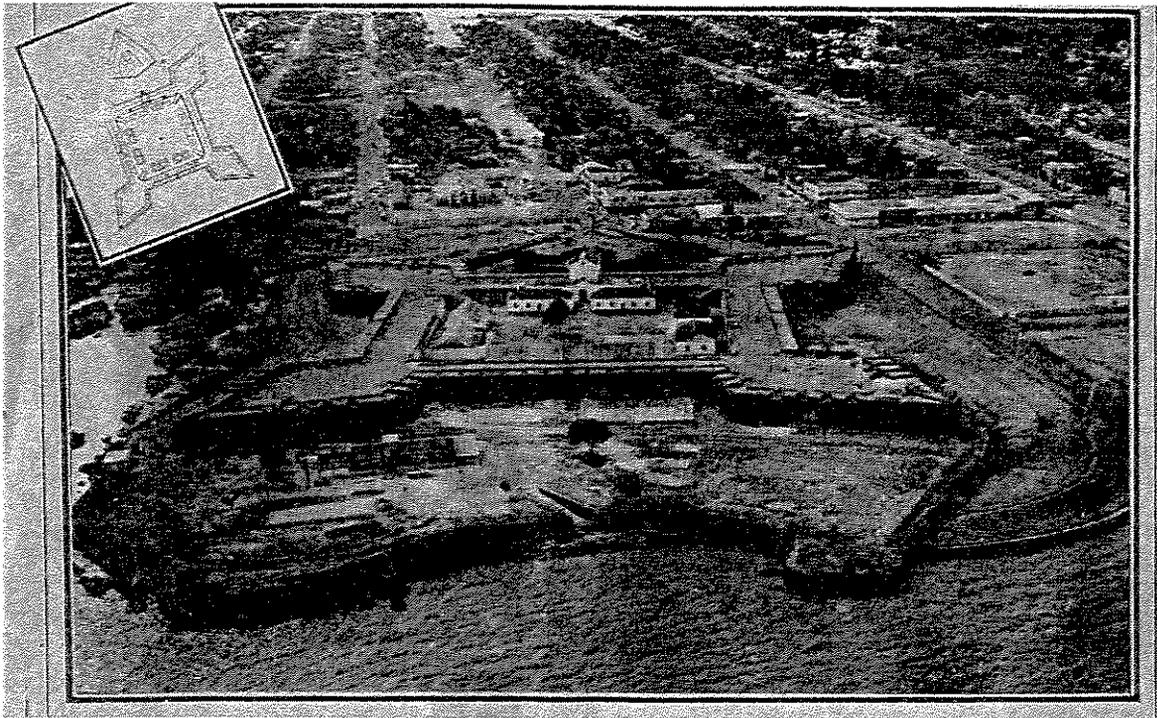
Levando em consideração, também, que a escolha de um objeto de estudo, é uma atitude comprometida com o fragmento do universo delimitado pela nossa visão de mundo, os estudos sobre os olhares à Fortaleza nos possibilitarão

---

<sup>15</sup> - Jaques Le Goff e Pierre Nora. História: Novas Abordagens (Plano geral da obra: primeira, Segunda e terceira parte; 198 p.), 4ª. Edição, Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro.

um olhar monumental, um olhar carregado de significados sobre o monumento o qual reflete nosso objeto de investigação. A partir daí, quando nos referimos a sentidos dado à Fortaleza de São José de Macapá, logo faremos sua relação com a cidade.

FOTOGRAFIA N.º 01



A CIDADE CRESCE SOB A PROTEÇÃO DA FORTALEZA  
Publicação: Marco Zero - Jornal do Amapá, 1982 e 1984.

Observa-se que a imagem da cidade, evoca a imagem da Fortaleza e vice-versa, de uma forma indissociável. As duas imagens, constituem uma nota musical sem sentido, ou significado ao ser retirada do corpo da partitura. Mesmo os olhares menos atentos às imagens produzidas sobre a Fortaleza (fotografias, pinturas e desenhos), logo evocam a construção da cidade.

Também, os olhares diretos ao monumento percebem a cidade de Macapá surgindo e crescendo sob a proteção do forte, e sua monumentalidade constituída a partir do processo de construção da história da cidade.

Para compreendermos o processo de significação e resignificação da Fortaleza, precisamos analisar sua função social e seu funcionamento enquanto arquitetura militar dentro do sistema urbano amazônico brasileiro. Portanto, faremos um breve relato sobre a construção da Fortaleza no período colonial, quando o controle das vias navegáveis representava uma brava ação militar dos portugueses, na defesa do Canal do Norte, uma das portas principais de acesso ao interior da Amazônia, ameaçada pelos constantes ataques de tropas inglesas, holandesas e francesas, para o domínio das terras, a escravização e escambo com os índios.

Buscaremos compreender o seu significado social nos demais períodos históricos, ou seja, os sentidos atribuídos no seu processo de resignificação, a sua relação íntima com a cidade de Macapá em todo o processo de construção de uma História. Perceber o quanto ela representa para a cidade. Perceber o porquê da imagem do forte na bandeira do estado e nos mais diversos objetos de arte e artesanato da cidade, seu impacto arquitetônico:

*"(...)Por definição, é arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com a técnica da construção que se intui e se organiza em seu ser e em devir a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá o corpo e estrutura, mas também a torna significativa com o simbolismo implícito em suas formas. Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa. Na cidade, todos*

*os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos e, com freqüência, representam as mal formações, as contradições, as vergonhas da comunidade”<sup>16</sup>.*

## **1.1 - A FORTALEZA NO SÉC. XVIII:**

É importante perceber como se configurava a geo-política, no período de sua construção, no século XVIII, e sua posição geograficamente estratégica na área da *“Capitania Cabo do Norte”<sup>17</sup>* na entrada da cidade, hoje denominada de Macapá, capital do estado do Amapá, à margem esquerda da foz do rio Amazonas. Também, é importante compreender, que a edificação do forte, foi um projeto gestado a partir da preocupação do governo português em preservar seus domínios, garantindo a exploração e o comércio dos produtos da região amazônica. As práticas de pirataria e a constantes invasões dos estrangeiros construindo fortificações, escravizando índios, praticando escambo e explorando riquezas, constituía em prejuízo para a metrópole.

O historiador amapaense Estácio Vidal Picanço, nos seus estudos sobre *“A Província dos Tucujus”*, faz referência ao trabalho do Barão de Guajará. *“Um capítulo da história colonial do Pará”*, dizendo que essas *“terras eram ricas de ouro e próprias à cultura do tabaco, cana, milho e todos os gêneros alimentícios,*

---

<sup>16</sup> - ARGAN, Giulio Carlo. *Arquitetura e Cultura. In: História da Arte como História da Cidade*, editora Martins Fontes, São Paulo, 1998. p. 243

<sup>17</sup> - Fernando Rodrigues dos Santos. *História do Amapá*, Gráfica e Editora Valcan Ltda, Macapá, 1994, p. 8.

*além de extensas campinas para pecuária*<sup>18</sup>. Um objetivo seria, assegurar a posse das terras e visar também, novos lucros, além do extrativismo, uma vez que o governo Pombalino, segundo informações secundárias, pretendia *“transformar a província dos Tucujus*<sup>19</sup> *em um centro agrícola-industrial desenvolvido, e para isso, era necessário construir fortificações que garantissem as condições de sobrevivência dos colonos mandados pela corte*<sup>20</sup>.

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, funcionou do período de 1756, data que é enviada a primeira frota<sup>21</sup>, até 1778. Outro motivo, foi a precariedade da Fortaleza de Santo Antonio<sup>22</sup> e as notícias vindas de Caiena, segundo as gerais, o Rei da Prússia pretendia fundar uma colônia na América, além dos rumores de uma invasão francesa naquele período, causando preocupação ao governador do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e, tirando a tranqüilidade da administração do 1º. ministro do reino, o Marquês de Pombal, irmão do governador da província. Com isso, surgiu a necessidade de construção de um grande forte estrategicamente defensivo e, ao mesmo tempo, *“base para reabastecimento de um exército aliado; de refúgio para a tropa derrotada em uma batalha*<sup>23</sup>, ou seja, além de defensiva, a Fortaleza também serviria como base de apoio para outras fortificações.

---

<sup>18</sup> - Texto mimeografado do Setor de Patrimônio e Arquivo Histórico – AP, Governo do Território Federal do Amapá.

<sup>19</sup> - Segundo Dora Alcântara e Antonio Pedro Alcântara em seu relatório de 1978. Fotocópia da biblioteca da Fortaleza de São José de Macapá, *“a região designada como Macapá compreendia trechos, conhecidos anteriormente, como Província dos Tucujus, Tapuyussus e dos Maranguis”*.

<sup>20</sup> - Claudete Nascimento Machado. TIPITI. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado do Amapá e do Departamento de Cultura, 18 de março de 1983. Ano II, nº.17, p.02.

<sup>21</sup> - Além do extrativismo da região (as drogas do sertão), a companhia pombalina também dinamizou a produção regional (cacau, café, arroz, algum açúcar). Ciro Flamarion Santana Cardoso, In: História Geral do Brasil, p.117).

<sup>22</sup> - Dora Monteiro e Silva de Alcântara e Antonio Pedro Gomes de Alcântara. Relatório: 57-95, setembro de 1978, p. 12). Fotocópia da biblioteca da Fortaleza de São José de Macapá,

<sup>23</sup> - Relatório. Dora e Pedro Alcântara, p. 63.

Em 4 de fevereiro de 1758, quando Mendonça Furtado e sua comitiva chegaram ao povoado, com objetivo de elevá-lo à categoria de Vila de São José de Macapá, começaram os estudos de análise topográfica e geográfica da região. Mais tarde, 06 de março de 1761, o então governador da província Manoel Bernardo de Melo e Castro inaugurou o segundo monumento português erguido na então vila de São José de Macapá. O primeiro foi o pelourinho<sup>24</sup>. Nessa visita político-administrativa, os técnicos continuaram com os estudos para a construção do forte, e, apresentaram relatório ao rei D. José I, aconselhando sobre a fortificação e dando a melhor impressão sobre o local onde a Fortaleza seria erguida. Um dos relatos entregues ao rei dizia o seguinte:

*“Fazer huã grande fortificação de sorte que fique a povoação toda dentro dos muros, e se V. Majestade entender bastará fortificação mais pequena, também tem cítio muito bom para ella, ficando pel banda do mar cobrindo a povoação”<sup>25</sup>.*

Procurando o sentido das fortificações na amazônia brasileira, precisamente na região da Capitania Cabo Norte, Dora Alcântara diz que *“a compreensão da fortaleza de São José de Macapá exige, em primeiro lugar, o entendimento do significado de uma fortificação, o seu papel no sistema militar de*

---

<sup>24</sup> - Erguido no Largo São Sebastião, atual praça Veiga Cabral, cujo monumento, não existe mais (Fortaleza de São José de Macapá. Patrimônio Cultural Nacional. TIPITI. Suplemento do Diário Oficial, março/92, ano I, n.º. 09.

<sup>25</sup> - Sem autor. Do Forte de Cumaú à cidade de Macapá. Jornal Fronteira. Macapá: 229 anos. Macapá, 04 de fevereiro de 1987, p. s/n.

*uma época e o próprio conceito de guerra que orientava as ações militares*<sup>26</sup>. Nesse período, segundo a autora, *“a guerra de posição representou o máximo do ponto de vista militar, como resposta adequada aos objetivos, aos equipamentos e a capacidade logística de seus protagonistas”*<sup>27</sup>. Com esse objetivo militar, em 29 de junho de 1764, o governador da província, o Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde Teive, obedecendo as ordens da metrópole, deu início à construção do forte, lançando a pedra fundamental no baluarte de São Pedro, em homenagem ao santo da Igreja Católica.

Sua arquitetura teve origem no Sistema Vauban criado por Sebastião Le Prêstre, o Marquês de Vauban, também Marechal da França, Vauban era o engenheiro militar de maior prestígio em sua pátria, e seu sistema foi largamente utilizado por Luís XIV nas construções, transformações e fortificações de praças militares com bases defensivas da guerra de posição. Mesmo sendo construída segundo o Sistema Vauban no seu 8.º modelo, seu armamento e suas estratégias construtivas eram de maior categoria num *“quadrado de fortificação rasante com obras exteriores. O planejamento de Galucio entreviu o que havia de melhor em matéria de fortificação defensiva, baixa e rasa, permitindo o tiro à flor do solo, ao contrário do que acontecia nas altas e imponentes fortalezas e castelos antigos, em desuso”*<sup>28</sup>. As adaptações dos novos elementos construtivos, garantiram melhor defesa em combate e excelente estratégia de vigilância e proteção.

---

<sup>26</sup> - Dora Monteiro e Silva de Alcântara e Antônio Pedro Gomes de Alcântara. Fotocópia do Relatório datado de setembro de 1978, p. 58. Biblioteca da Fortaleza de São José de Macapá.

<sup>27</sup> - Ibid, p. 58.

<sup>28</sup> - Jarbas A. Cavalcanti. Fortaleza de São José de Macapá: traços Históricos, editora São José, 2.ª edição, Macapá-AP, 1997, p. 76.

Em homenagem ao bicentenário do forte, Picanço publicou em 1982, e re-publica em 84, sobre a história da Fortaleza, o material utilizado na construção e suas características:

*“É um quadrado de fortificação rasante, edificada sobre terreno elevado, 20 pés acima do nível do mar, composta de terra vermelha e argila branca, mistura que os primitivos habitantes [os tucujus]<sup>29</sup> chamavam de Cury, sendo sua propriedade amolecer dentro d’água e solidificando-se ao calor do sol. Nos ângulos do quadrado estão quatro baluartes de figura pentagonal, denominados de Madre de Deus, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição e São José, em cada um se achavam 14 canhões lançantes. As grossas muralhas dessa praça militar são de cantaria. Essas pedras grandes, lavradas e escuras, habilmente trabalhadas e extraídas das rochas que existem no rio pedreira, na localidade de Bonito, ao norte de Macapá (...)<sup>30</sup>.*

A Fortaleza também se caracterizou pelas edificações da praça de guerra (Praça Central), apropriadas para diferentes especificações de combate, num total de *“oito blocos distribuídos aos pares, destinados ao Alojamento dos Oficiais, Casa do Médico, Casa do Capelão, Capela, Casa do Comandante,*

---

<sup>29</sup> - Tucujus foram os primeiros habitantes das terras que hoje compreendem à cidade de Macapá.

<sup>30</sup> - Estácio Vidal Picanço. Fortaleza de São José de Macapá, 200 anos, Marco Zero – Jornal do Amapá, caderno especial, Macapá, 1984, p. 11.

*Armazéns para pólvora, munição de guerra, e mantimentos (...). O Armazém de Pólvora diferencia-se dos demais edifícios, pela presença do muro de Proteção e sob os terraços sul e leste, encontram-se as Casamatas divididas por doze celas, interligadas por corredor, criando [um] uma perspectiva muito interessante<sup>31</sup>*

Muitos textos já publicados sobre a Fortaleza, fazem menção sobre as edificações como à prova de bomba e Dora Alcântara reforça em seu relatório, esta característica das edificações. No entanto, segundo a autora, após análise da legenda da planta, observou-se que à prova de bomba, são apenas as últimas construções, e não, os alojamentos da entrada da praça de guerra<sup>32</sup>

Sua construção foi penosa. Os dezoito anos de trabalho foram muito difíceis, com escassez de recursos e dificuldade no recrutamento da mão-de-obra, tanto a *"mão-de-obra livre, representada na corporação do Exército, capatazes e mestres de ofício"*<sup>33</sup>, quanto pela *"mão-de-obra compulsória, na sua maioria composta de índios capturados oficialmente na região, e de negros africanos comprados pelo Senado da Câmara da Capitania do Grão-Pará e Maranhão"*<sup>34</sup>. Outras dificuldades foram as epidemias que assolavam a região e as constantes fugas dos trabalhos forçado e maus tratos sofridos pelos índios e escravos negros, no trabalho brutal, *"de sol a sol, sob rigorosas ordens"*, que resultaram em *"muitas mortes, provocadas por acidentes de trabalho"*<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. O Museu da Cultura do Amapá (Folder)

<sup>32</sup> - Dora e Pedro Alcântara. Op. Cit. p. 80.

<sup>33</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. O Museu da Cultura do Amapá (Folder).

<sup>34</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. O Museu da Cultura do Amapá (Folder).

<sup>35</sup> - Claudete Nascimento machado. In: *Fortaleza de São José de Macapá, 211º aniversário. TIPITI, publicação Cultural da Imprensa Oficial e do Departamento de Cultura do estado do Amapá*, 18.03.93, ano II, n.º 17, p. 02..

Com o falecimento de Henrique Antônio Gallúcio, em 27 de outubro de 1769, atacado por uma epidemia de malária que contaminava a região, assumiu provisoriamente a direção, o engenheiro Henrique João Wilkens, até a chegada do responsável oficial, Gaspar João Geraldo Gronfelds, tendo Domingos Sambucetti como ajudante<sup>36</sup>.

Com a morte de D. José I, assumiu o trono sua filha D. Maria I. A Rainha mandou sustar a construção, *“deixando por concluir a ponte levadiça, que deveria servir para comunicação do revelim ao terreno plano, e a que deveria comunicar o revelim com o portão principal; um revelim ao norte; duas baterias a leste e um redente”*<sup>37</sup>.

Embora não concluída, em 19 de março de 1782, a Fortaleza foi inaugurada com a presença do governador da província do Grão-Pará<sup>38</sup>, João Pereira Caldas recebendo a denominação de São José de Macapá, em homenagem ao rei D. José que ordenou a construção do forte, e às comemorações de festa do santo, elevado a categoria de padroeiro da cidade.

Desde sua inauguração, serviu apenas como posto de vigilante e nunca foi utilizada em combate. Segundo histórias contadas, *“dizem alguns antigos moradores da rua da praia [hoje, rua Azarias Neto] que ouviram seus avós contarem, ter avistado navios estrangeiros aproximando-se da foz do rio Amazonas, no entanto, ao avistarem o suntuoso monumento, fogem rapidamente”*<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> - Dora Alcântara. Opcit. p. 80.

<sup>37</sup>- Claudete Nascimento Machado. *In: Fortaleza de São José de Macapá, 211º aniversário, Tipiti, publicação Cultural da Imprensa Oficial e do Departamento de Cultura do Estado do Amapá, 18.03.93, ano II, n.º 17, p. 02.*

<sup>38</sup> - No ano de 1774 o Grão-Pará é separado do Maranhão.

<sup>39</sup> - Claudete Nascimento Machado. Op. Cit. p. 02

Em 1789, o comandante Vasco Manuel de Braun, observando a má conservação da Fortaleza, pediu apoio à rainha D. Maria I e fez levantamentos da estrutura física da Fortaleza, informando sobre a progressiva destruição de vários aspectos construtivos, tendo garantido apenas pequenos reparos<sup>40</sup>.

Com a Independência do Brasil foi criada a “*Guarda Nacional*”<sup>41</sup> em 18 de agosto de 1831. Neste momento, a Fortaleza passou para o comando da referida Guarda deixando de receber os recursos outrora destinados à Praça de Guerra. A Vila de São José de Macapá que cresceu “*à sombra da Fortaleza*”<sup>42</sup> entrou num processo de decadência. Com a cidade abandonada a fortificação virou curral e “*o mato, a umidade e os insetos fazem com que seu arquivo, importantes registros documentais da história colonial do Amapá, seja deteriorado*”<sup>43</sup>.

Implantada a República no Brasil, garantindo às oligarquias ascensão política e controle da máquina administrativa e particularmente a fiscalidade, a Fortaleza recebeu pequenos reparos financiados pelos recursos oriundos da borracha e passou a ser ocupada por presos da justiça e militares oriundos da borracha e passou a ser ocupada por presos da justiça e militares desempenhando trabalhos públicos.

Em 1900 foi instalado sobre “*o Baluarte Nossa Senhora da Conceição*”<sup>44</sup>, um farol luminoso com 11 metros de altura e lampejo avermelhado,

---

<sup>40</sup> - Maria de Fátima Pinheiro. TIPITI, 1992.

<sup>41</sup> - Constituíria-se numa milícia armada dirigida pelos grandes proprietários. Hamilton Monteiro. In: História Geral do Brasil, p. 138.

<sup>42</sup> - Jarbas A. Cavalcanti. Fortaleza de São José de Macapá: Traços Históricos, 2ª edição, editora São José, Macapá-AP, 1997 p. 54

<sup>43</sup> - Claudete Nascimento Machado. Op. Cit. p. 02

<sup>44</sup> - Ainda existem os vestígios do mirante no referido baluarte, o qual tivemos o privilégio de conhecer em tempos de criança.

batizado popularmente de Mirante<sup>45</sup>, o qual recebeu popularmente esse nome, tanto “pela sua utilização para auxiliar a navegação local quanto para espreitar melhor a cidade, (...) a foz do Amazonas com suas águas barrentas colidindo com as pedras seculares do forte, os barcos e os navios a navegarem até sumirem no horizonte, provocando um espetáculo deslumbrante aos visitantes”<sup>46</sup>. Esse farol, instalado para servir de sinalizador de longo alcance às embarcações na foz do rio Amazonas<sup>47</sup>, tornou-se ponto de interesse turístico da cidade. Era um dos pontos mais visitados pelos turistas. Muitos personagens políticos, eclesiásticos e visitantes anônimos brasileiros e estrangeiros, ao visitarem Macapá, foram levados, como forma de privilégio, a subir as escadarias do Mirante e lá de cima, se extasiarem com a visão aérea<sup>48</sup>.

A estrutura física da Fortaleza estava ameaçada por rachaduras existentes desde o período imperial, aumentadas pela pressão dos apuizeiros que cercavam as muralhas internas e externas. As edificações do interior da Praça de Guerra estavam bastante danificadas, inclusive os telhados.

Esse abandono da Fortaleza provocou muitos saques. Num levantamento feito nesse período, foram encontrados apenas 45 canhões, dos 107 que existiam. Alguns moradores da antiga Rua da Praia, hoje Azarias Neto e da

---

<sup>45</sup> - Com a retirada do Mirante em 1980, é instalado fora das cercanias da Fortaleza um novo farol como sinalizador das embarcações. Exibe lampejo branco e recebeu a denominação de Faroete (Edgar Rodrigues, *Marco Zero: Jornal de Amapá*, 1984, p.8).

<sup>46</sup> - Claudete Machado, p. 02.

<sup>47</sup> - “D. Maria da Silva Braga, conta ter vindo para Macapá com seus pais, ainda pequena, em 1918, da localidade de Furo dos Porcos, movidos pela fase áurea da borracha, e lembra que, todos os dias, às 18 horas, um responsável pelo Mirante entrava na Fortaleza para acender o farol e o apagava ao clarear o dia”. *In: Claudete machado. A lenda da Pedra do Guindaste. Folclore Amapaense. Departamento de Cultura*, Divisão de Projetos e Pesquisas Histórico-Culturais, Imprensa Oficial, ad, pp. 21-22.

<sup>48</sup> - Edgard Rodrigues. *In: Marco Zero Jornal do Amapá*, Macapá, 1984, p. 8.

antiga Vacaria, hoje Santa Inês, contam que alguns canhões foram vendidos e outros doados a personagens importantes da época. Picanço publicou: *“chegaram algumas pessoas de venderem por 30 reais o quilo dos canhões de bronze e ferro, dos quais consta existir alguns no Museu de Londres, presenteados pela Companhia do Amazonas aos ingleses”*<sup>49</sup>.

Uma das primeiras medidas do governo recém criado foi a restauração da Fortaleza de São José de Macapá. O forte serviria para abrigar provisoriamente (até a construção das casas dos servidores públicos)<sup>50</sup>, as famílias dos trabalhadores trazidos principalmente do nordeste e do vizinho estado do Pará, pelo então governador para assumirem as mais diversas funções na administração pública do Território.

A Fortaleza abandonada, provocava também, o abandono da cidade de Macapá. Em 06 de setembro de 1856<sup>51</sup> passou a receber todas as prerrogativas políticas e administrativas de cidade, mas, não foi o suficiente para propiciar um efetivo desenvolvimento. A fase áurea da borracha não trouxe grandes benefícios aos poucos seringueiros macapaenses, estes entregavam o látex ao grande proprietário, indo para Belém, de onde era exportado. Nesse período, após a implantação do Conselho de Intendência Municipal nos Municípios da Província do Grão-Pará, já na administração do Intendente e coronel Coriolano Jucá, é construído o prédio da Intendência, em 1895, cuja construção marca o período da borracha, apresentando características inspiradas no estilo neoclássico brasileiro.

---

<sup>49</sup> -Estácio Vidal Picanço. Restauração da Fortaleza de São José de Macapá, Marco-Zero. Jornal do Amapá, 1984, p. 11

<sup>50</sup> - Denominação dada aos trabalhadores do serviço público nesse período populista. Período implantado no Amapá, por esse governador de confiança do Presidente Getúlio Vargas.

<sup>51</sup> - Arthur Cezar Ferreira Reis, pp. 53 – 66

Seu aspecto construtivo, assim como a Fortaleza, também era suntuoso, levando em consideração a cidade e a população da época: extrativistas e pequenos agricultores de subsistência.

No final do século XIX, a decadência tomava conta da cidade de Macapá. A descoberta do ouro em Calçoene provocou acentuada migração de macapaenses em busca do ouro como solução para melhoria da qualidade de vida, deixando a cidade ainda mais arruinada. Nesse período, os coronéis e alguns homens públicos de prestígio, trouxeram energia elétrica (motor gerador) para beneficiar algumas casas e ruas, como forma de incentivar a permanência de pequenos produtores que ainda pretendiam ficar na cidade, além de proporcionar, outros pequenos benefícios públicos.

Quando o Amapá desmembrou do Estado do Pará, o presidente Vargas criou o Território Federal do Amapá em 13 de setembro de 1943, nomeando primeiro governador do Território, o capitão Janary Gentil Nunes. Janary ao chegar à Macapá encontrou a Fortaleza em completo abandono, encoberta pelo mato e com grandes árvores frondosas provocando rachaduras sendo utilizada para curral de gado dos criadores da redondeza, mas o Mirante<sup>52</sup> continuava sendo utilizado como sinalizador das embarcações.

A implementação do Estado Novo, a nova Constituição outorgada por Vargas, e a construção da base aérea militar pelos norte-americanos em 1941, em ponto estratégico do Amapá, tornando-a área de interesse nacional e norte-americana. Também, a eclosão da 2.<sup>a</sup> guerra mundial, a posição geográfica do

---

<sup>52</sup> - Esse farol foi retirado da Fortaleza em 1980, por recomendações técnicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e conseqüentemente, dos técnicos da Divisão de Assuntos Culturais, ligada diretamente à Secretaria de Educação e Cultura do extinto Território Federal do Amapá.

Amapá enquanto área de fronteira dentro da região amazônica, tornam-se motivos suficientes para que o coronel Janary Gentil Nunes chegasse à Macapá<sup>1</sup> em 25 de janeiro de 1944 como primeiro governador do recém criado Território Federal do Amapá, em 23 de setembro de 1943. Outro motivo, foi a falta de desenvolvimento e o abandono que o Estado do Pará havia submetido à população amapaense.

FOTOGRAFIA N.º 02



Guarita da Fortaleza abandonada nos anos 40. Antes da restauração realizada com a chegada do primeiro governador do T. F. do Amapá.  
Fotografia publicada no Marco Zero-Jornal do Amapá, 19 de março de 1982/1984.

---

<sup>1</sup> - A cidade de Macapá foi nomeada capital do Território Federal do Amapá.



FORTALEZA ABANDONADA NOS ANOS 40. ANTES DA CRIAÇÃO DO T. F. DO AMAPÁ.

Publicação: Marco Zero – Jornal do Amapá/ 1982/1984.

O desmembramento do Amapá do Estado do Pará, a criação do Território Federal do Amapá e a chegada do primeiro governador do Território, apenas propiciou que a Fortaleza em estado de abandono fosse recuperada e seu espaço físico, utilizado para a localização inicial dos órgãos Públicos do Território. Também, pela falta de prédios na cidade, abrigou provisoriamente famílias dos funcionários públicos trazidos pelo governador, da região do Nordeste e do Estado do Pará. Contudo, olhar a Fortaleza como patrimônio a ser tombado e a história do seu processo de monumentalidade só foi possível pelos ideais modernistas legitimados juridicamente através da Constituição de 1934 e, principalmente, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937.

## 1.2 - A CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:

*“(...) Nesse contexto, a própria nação é vista como se fosse um “monumento”, como uma entidade unificada e transcendente. Ou melhor: a nação é vista a partir de uma perspectiva unificada e globalizante assumida por determinada elite”<sup>54</sup>.*

A Constituição de 1934 pela primeira vez na lei, embora de forma

---

<sup>54</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. A Retórica da Perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil, editora UFRJ/MinC – IPHAN, Rio de Janeiro, ad. pp. 85-86.

tímida, colocou ao Poder Público a responsabilidade sobre os bens culturais brasileiros. No capítulo II. Da Educação e Cultura, diz o Art. 148. *“Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do paiz bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”*<sup>55</sup>.

Nesse período, o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Brasileiro, ainda não aparecia configurado, pois as políticas oficiais no Brasil, direcionadas aos bens culturais ainda não existiam. Nos anos 30 do século XX, quando o Brasil começou a traçar seu projeto de modernização a partir da Revolução de trinta e dos ideais modernistas da “nova elite” criada com o desenvolvimento urbano, é que o poder público começou a instituir instrumentos políticos e administrativos voltados ao patrimônio cultural brasileiro, utilizando uma burocracia estatal centralizadora, autoritária e populista, *“controlada a partir de um pacto entre segmentos das velhas e novas elite”*<sup>56</sup>.

É possível observar na transcrição da lei citada, o próprio art. 148 da Constituição de 34, que a União, os Estados e os Municípios, tratavam as questões de políticas culturais enquanto ações assistencialistas.

Em 1936, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema confiou a Mário de Andrade o trabalho de elaboração de um anteprojeto de lei para *“organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”*<sup>57</sup> e com isso,

---

<sup>55</sup> - Adriano Campanhole, e Hilton Lobo. Campanhole. Constituições do Brasil, 11ª edição, São Paulo, editora Atlas, 1994, ps. 667-668.

<sup>56</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. Op. Cit. p. 39.

<sup>57</sup>. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais, Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, 1976, p. 5.

institucionalizá-lo, dando origem à criação do Decreto- Lei N.º 25, de 30 de novembro de 1937, cujo texto permanece ainda hoje, enquanto referência no discurso sobre o patrimônio:

Art. 1º: *“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*<sup>58</sup>.

Nesse período, ou melhor, com a revolução de 30, os intelectuais ligados ao pensamento modernista e desenvolvimentista do Estado Novo *“concebiam a si mesmo como uma elite cultural e política, cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, elevando o país ao plano das nações européias mais avançadas”*<sup>59</sup>. A partir daí, *“uma política cultural e educacional veio a ser assumida como uma tarefa do governo federal. Essa política é descrita como parte de um projeto oficial mais amplo de modernização política, econômica e cultural do país”*<sup>60</sup>. Esses ideais foram disseminados pelos jovens da nova elite urbana.

O caráter nacionalista e a identidade nacional desenhada na proposta política dos intelectuais preocupados com a questão do patrimônio cultural brasileiro, justificava-se pela necessidade da época de configurar e, *“afirmar uma cultura brasileira autêntica, ainda que isso fosse feito através do vocabulário das vanguardas modernistas européias”*<sup>61</sup>. Desta forma, os modernistas procuravam

---

<sup>58</sup> - Ibid, p. 5.

<sup>59</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves, Op.Cit. p. 41.

<sup>60</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves, Op.Cit. p. 39.

<sup>61</sup> - Ibid, p. 41.

desenvolver ações políticas e administrativas, visando a identificação e preservação do patrimônio cultural brasileiro através da construção de uma imagem de “civilização” que vinha sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais<sup>62</sup>, assim como, através da imagem do regionalismo como valorização à etnicidade e aos conhecimentos e comportamentos regionais enquanto representações exóticas das peculiaridades brasileiras, valorizando o folclore e pelas características populares enquanto discurso de autenticidade.

Assim surgiu a consciência do patrimônio cultural brasileiro, sob os olhares modernistas e nacionalistas, construído a partir da valorização do passado enquanto origem, raiz, sentido autêntico, características originais, de consciências fundadas num ideal de civilização, cujo passado ao ser valorizado, se transformava no mito das glórias e doces lembranças de uma época romantizada. Desta forma, o patrimônio cultural brasileiro se configurou no sentido de origem e autenticidade cristalizados e desenvolvidos com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937.

### **1.3 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.**

A Constituições de 1934, garantindo através da legislação, o olhar do

---

<sup>62</sup> - José Reginaldo Gonçalves. Op. Cit. p. 43.

poder público ao patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, enquanto ação institucional, veio instituir condições políticas para a criação da Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937, que através do art. 46, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), *“com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”*<sup>63</sup>.

É importante perceber, que o SPHAN, hoje, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), surgiu enquanto serviço ligado à educação e à saúde pública. Também é importante observar a participação dos diretores dos Museus Nacionais Históricos ou Artísticos no Conselho Consultivo. Os demais membros desse Conselho Consultivo, eram nomeados pela Presidência da República<sup>64</sup>.

Após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 10 de novembro de 1937, foi promulgada a Constituição de 37, apresentando alguns avanços no projeto delineado em 1936. Agora, a Constituição estabeleceu garantias jurídicas para o surgimento de instituições artísticas, científicas e de ensino, assim como, legislou sobre a proteção do patrimônio cultural e natural, destacando este último, a necessidade de possuir características naturais que despertem interesse para proteção.

Hoje o IPHAN está vinculado ao Ministério da Cultura e administra os bens patrimoniais da nação através de suas 14 superintendências regionais e 19

---

<sup>63</sup> - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, 1976. P. 33.

<sup>64</sup> - Já citado no parágrafo 2º do Art. 46 da Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937, da Presidência do Brasil.

sub-regionais e os *museus* e Casas de Cultura de alcance nacional. Podemos citar: *“o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, o Museu da Inconfidência, além de nove Casas Históricas, um Parque Histórico, a Cinemateca Brasileira, o Palácio Gustavo Capanema, o Paço Imperial e o Sítio Roberto Burle Marx”*<sup>65</sup>.

Segundo relatório do IPHAN, existem *“mais de 16 mil edifícios tombados, 50 centros e conjuntos urbanos, 5 mil sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos, incluindo acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos, documentação arquivística e registros fotográficos, cinematográficos e videográficos”*<sup>66</sup>.

Também é de responsabilidade do IPHAN *“a preservação dos nove bens declarados pela Unesco - Patrimônio Mundial. São eles: o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto / MG, o Centro Histórico de Olinda / PE, Sítios Históricos e Arqueológicos das Missões Jesuíticas dos Guaranis / RS, o Centro Histórico de Salvador / BA, o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos / MG; os Sítios Arqueológicos de São Raimundo Nonato, no Parque Nacional da Serra da Capivara / PI, o Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e paisagístico de Brasília / DF, o Parque Nacional do Iguaçu / PR e o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São Luís/MA”*<sup>67</sup>

O IPHAN passou por várias transformações políticas, impulsionadas pelos novos ideais da Unesco, pelos Congressos Internacionais de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, pelas Conferências Mundiais sobre Políticas

---

<sup>65</sup> - <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm>, 03/01/2001, p. 1-3.

<sup>66</sup> - <http://www.iphan.gov.br/iphan/iphan.htm>, 03/01/2001, pp. 1 e 2-2.

<sup>67</sup> - *Ibid*, p. 1 e 2-2.

Culturais, pelos Conselhos Internacionais de Monumentos e Sítios, pelas Cartas, Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais, como podemos citar: as Cartas Internacionais sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios<sup>68</sup>. Também, foram decisivas as transformações político-administrativas e as mudanças urbanas e rurais ocorrida desde 1937, fazendo com que as ações do Instituto, até os dias de hoje, propiciassem à sociedade brasileira e às comunidades uma certa consciência de preservação do legado da cultura brasileira. E assim, transformou as comunidades detentoras dos bens históricos, artísticos e culturais, de certa forma, em colaboradoras nos projetos dos governos municipais, estaduais e do Ministério Público no tombamento e na administração do bem tombado (§ 1.º do art. 216 da Constituição Federal).

Em 05 de outubro de 1988, institucionalizou-se através da lei, uma nova forma de olhar ao patrimônio cultural brasileiro. A Assembléia Nacional Constituinte, promulgou a Constituição brasileira que, se comparada com todas as anteriores, demonstra maior avanço em relação aos ideais de preservação dos bens culturais até a data de hoje. Seu texto evidencia a prerrogativa do Poder Público na promoção e administração do patrimônio cultural brasileiro, e a participação da comunidade no sentido de apropriação e reconhecimento das ações administrativamente instituídas, *“por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”* (§ 1º do Art. 216 da Constituição Federal).

---

<sup>68</sup> - Cartas Patrimoniais. Cadernos de Documentos n.º 3. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, 1995, pp. 107-330.

*“Pela primeira vez surge a denominação patrimônio cultural e sua definição. Outra novidade é a distinção entre patrimônio cultural e natural, este último sob a denominação ambiental. O meio ambiente, aliás, passa a constar de capítulo específico”*<sup>69</sup> enquanto ambiente cultural e portanto, patrimônio natural brasileiro que também pode ser tombado pelo IPHAN.

No discurso do IPHAN, o tombamento tem como *“objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo sua destruição, descaracterização”*<sup>70</sup>, podendo ser aplicado aos bens móveis e imóveis, materiais e imateriais<sup>71</sup> de interesses culturais ou ambientais com fins de preservação da memória coletiva.

Elizabeth Tamanini no artigo, *“O Museu, a arqueologia e o público: um olhar necessário”*, ao relatar o mau gerenciamento do poder público em relação à paisagem citadina, levando em consideração também a atitude de aceitação dos cidadãos por administrações inadequadas de seu patrimônio cultural, cita Yves Lequim:

*“A idéia de conservação não se define em termos arqueológicos ou estéticos da tradição do patrimônio, mas dentro do processo de decisão econômica*

---

<sup>69</sup> - <http://www.iphan.gov.br/legislac/const.88.htm> – Legislação. Constituição de 1988, em 10 de 01 de 2001, p.1-5.

<sup>70</sup> - <http://www.iphan.gov.br/iphan/tomb.htm>, 03/01/2001, p. 1-5

<sup>71</sup> - O Decreto-lei n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 instituiu *“o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o programa nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”* ([http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto 3551.htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto%203551.htm)). O Decreto-lei n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 instituiu *“o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o programa nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”* ([http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto 3551.htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto%203551.htm)).

ou urbanística”<sup>72</sup>.

## **- O PATRIMÔNIO NA REPRESENTAÇÃO DA CULTURA:**

Através do senso comum, freqüentemente a cultura está associada ao campo das artes, tais como, pintura, música, teatro, cinema, etc., assim como, ciência. Esta é uma forma de representação elitista de apreciação dos objetos culturais, sejam eles, materiais ou simbólicos, enquanto objetos intangíveis. *“Um produto superior, que exige qualidades superiores para serem usufruídos”*<sup>73</sup>.

Neste sentido, a cultura aparece como produto de uma certa camada social de “iluminados” (herança do iluminismo), destinado a grupos seletos de admiradores com capacidades superiores para usufruir dos produtos culturais, ou seja, a cultura torna-se um produto elitista, pois os olhares reducionistas e excludentes hipervalorizam os produtos dessa cultura, que não é vista como atividade humana realizada no dia a dia, a qualquer hora, em qualquer lugar e por qualquer pessoa, como acontece em outras tradições culturais.

Como podemos observar na palestra de Eunice Ribeiro Durham aos técnicos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT), ao se referir a “*ter cultura*”, diz significar no senso comum, *“possuir um certo conjunto de conhecimento ou informações que não são utilizadas no dia-a-dia das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, ser dotado de uma capacidade especial para apreciar e usar esse patrimônio. Além do mais, a*

---

<sup>72</sup> - In: Pedro Paulo de Abreu Funari. Cultura Material e Arqueologia Histórica, p. 193.

<sup>73</sup> - Eunice Ribeiro Durham. In: Antônio Augusto Arantes. Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural, São Paulo, editora Brasiliense, 1984.

*cultura, concebida dessa forma, tende a ser altamente valorizada*<sup>74</sup>

Dentre os múltiplos conceitos atribuídos à cultura, podemos destacar duas categorias: cultura material e cultura imaterial. Muito embora esta divisão seja simplesmente atividade didática, segundo Pedro Paulo de Abreu Funari, *“a cultura, sendo o homem sujeito social da atividade, tem um caráter integral, material e imaterial, não há dualidade de culturas, pois a cultura refere-se à totalidade material e espiritual”*<sup>75</sup>.

Tendo os homens e as mulheres capacidades inerentes para construir o novo a partir da materialidade física, como também, envolver de significação todo artefato produzido, enquanto produção humana, a cultura material, segundo Funari, designa *“a porção da totalidade material socialmente apropriada, incluindo artefatos, ecofatos, biofatos e abrangendo ainda, toda representação física da cultura (corpo humano, por exemplo)”*<sup>76</sup>. A outra categoria, a cultura imaterial, nos remete à produção *“simbólica, que resulta da manipulação da linguagem: obras literárias, teorias científicas, sistemas religiosos, códigos jurídicos”*<sup>77</sup>.

A produção simbólica nos permite atingir o cerne da concepção de cultura a partir da compreensão do significado de um bem cultural, seja ele material ou imaterial, uma vez que todo bem material apresenta uma carga de expressão simbólica.

---

<sup>74</sup> - Eunice Ribeiro Durham. *In: Antônio Augusto Arantes. Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*, São Paulo, editora Brasiliense, 1984, p. 2.

<sup>75</sup> - Arqueologia, São Paulo, editora Ática S.A, 1988, p. 79.

<sup>76</sup> - Arqueologia, São Paulo, editora Ática S.A, 1988, p. 79.

<sup>77</sup> - Eunice Ribeiro Durham. *In: Antônio Augusto Arantes. Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*, São Paulo, editora Brasiliense, 1984, p. 27.

A cultura, no sentido popular, oferece os maiores exemplos desta afirmativa, pois os bens (materiais ou imateriais) característicos da cultura popular são valorizados exatamente pelo grau de representação simbólica adquirida em seu meio social. Levando em consideração que o ser humano se expressa de forma simbólica para significar sua visão de mundo, portanto, *“o produto cultural acabado é um símbolo, e o ato cultural é uma atividade de simbolização, isto é, uma atividade criadora e receptiva de símbolos”*<sup>78</sup>, ou seja, a cultura é uma representação social construída a partir da linguagem, ou melhor, das diversas formas de linguagem. *“A criação da cultura é, conseqüentemente, um ato da imaginação humana. É um ato de jogar com os dados do mundo material para construir uma ordem e um sentido”*<sup>79</sup>.

A cultura é tanto uma forma de dominar a natureza produzindo artefatos para garantir as necessidades, como, também, a construção de um sistema organizado de valores e sentidos representativos da visão de mundo. Durham diz que *“a cultura é uma elaboração humana que não apenas satisfaz as necessidades materiais, mas satisfaz também outras necessidades”*<sup>80</sup>, uma vez que os produtos culturais não encerram apenas nas elaborações práticas da humanidade, *“e isto, em todos os povos existentes na terra. Boa parte deles gastam uma quantidade enorme de tempo para produzir objetos que são economicamente inúteis, mas que são esteticamente satisfatório, que são instrumentos para o estabelecimento de relações entre as pessoas”*<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> - Salvador. Cultura e Educação Brasileira, 1971, p. 46.

<sup>79</sup> - João Francisco Duarte Jr. Fundamentos estéticos da Educação, São Paulo, editora Cortez, 1981, p. 51.

<sup>80</sup> - *In: Antônio Augusto Arantes. Produzindo o Passado. Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural*, São Paulo, editora Brasileira, 1984, p.29.

<sup>81</sup> - *Ibid*, p. 29.

Observando *“que todo fenômeno de cultura só funciona porque é também um fenômeno de comunicação”*<sup>82</sup>, e, compreendendo que os fenômenos de cultura *“só comunicam porque se estruturam como linguagem”*<sup>83</sup>, podemos concluir, que *“todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas significantes, isto é, práticas de produção de linguagem e sentido”*<sup>84</sup>. Neste sentido, podemos perceber que os olhares ao patrimônio histórico e a cultura como legado de fator identitário, se aprimoram, configuram e apresentam na memória interdiscursiva, através dos sentidos atribuídos a Fortaleza de São de Macapá.

---

<sup>82</sup> - Lúcia Santaella. O que é Semiótica, 1ª. Edição, São Paulo, editora Brasiliense, 1983, p. 12.

<sup>83</sup> - Ibid, p. 12.

<sup>84</sup> - Ibid, p. 12.

## **II O IPHAN E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ:**

*“Tombamento é, pois, o instituto jurídico através do qual o Poder Público determina que os bens culturais serão objeto de proteção, dizendo, inclusive, de que forma se dará essa proteção”.*

Assessoria jurídica do IPHAN /1994

### **2.1- DO TOMBAMENTO AO SEU PROCESSO DE MONUMENTALIZAÇÃO:**

Em 25 de janeiro de 1944, quando Janary Gentil Nunes chegou à Macapá, nomeado primeiro governador do recém criado Território Federal do Amapá, encontrou a Fortaleza em completo abandono e bastante destruída pelo mato, com grandes árvores frondosas em seu interior, *“fazendo com isso, que as fendas já existentes [desde o tempo do Império] se dilatassem, deslocando e*

*esmagando paredes e blocos de pedra*<sup>85</sup>. As águas do Amazonas colidiam com suas muralhas, pois ainda não haviam construído o muro de arrimo, para impedir a colisão. Do lado leste, no entorno da Fortaleza, existia um porto, à margem da praia, com um riozinho (hoje aterrado), onde ancoravam embarcações trazendo peixe, camarão frutas e outros gêneros alimentícios das localidades interioranas que abasteciam a cidade, e, onde a população amapaense comprava os alimentos, diretamente das embarcações<sup>86</sup>. Desta forma, a natureza destruía a arquitetura do forte.

Janary Nunes, de acordo com as propostas do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema<sup>87</sup>, em busca de uma identidade cultural brasileira alicerçada na valorização da arquitetura, criou condições para consolidar a Fortaleza de São José de Macapá como patrimônio histórico e cultural brasileiro e também do povo amapaense, providenciou a vinda de técnicos do SPHAN, atual IPHAN, a fim de realizarem levantamentos que culminariam com a abertura do processo de estudos para tombamento da Fortaleza como patrimônio histórico nacional, e, assim, se constituindo também, como patrimônio histórico da Amazônia e do povo amapaense.

A preocupação com o desaparecimento, a necessidade de restaurar para voltar às origens *“de uma vida social inscrita nas memórias atuais”*<sup>88</sup>, a

---

<sup>85</sup> - Estácio Vidal Picanço. Restauração da Fortaleza de São José de Macapá. *In: Marco Zero – Jornal do Amapá*, 1984, p. 11.

<sup>86</sup> - Informações prestadas por D. Maria da Silva Braga. Antiga moradora da Rua da Praia e por moradores do antigo bairro Alto.

<sup>87</sup> - ministro do governo Vargas de 1934 à 1945.

<sup>88</sup> - Henri – Pierre Jeudy. *Memórias do Social*, tradução de Márcia Cavalcanti, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1990. p. 50.

necessidade de conservação, a quem competia o direito e o dever de estabelecer a preservação, estavam presentes desde a criação do SPHAN. Dessa forma, o olhar do Instituto Nacional ao monumento da Fortaleza de São José de Macapá, não fugiu a regra em seu processo de monumentalidade. Um trecho da Carta de Atenas, de novembro de 1933. Da Assembléia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, sobre a Cidade e sua Região, na primeira parte - generalidades, diz o seguinte:

*“(...) Aumento ou redução de uma população, propriedade ou decadência da cidade, demolição de muralhas que se tornaram asfixiantes, novos meios de transporte ampliando a zona de trocas, benefícios ou malefícios de uma política escolhida ou suportada, aparecimento do maniquismo, tudo é movimento. À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia todo conjunto de construções ou de caminhos. A morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve substituir e aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva (...)”<sup>89</sup>.*

---

<sup>89</sup> - <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatimoniais/atenas-33.htm> , p. 5 de 42, 28/10/01.

A expressão *patrimonium* refere-se ao conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa física ou o que é considerado como herança comum. Segundo Funari, o termo patrimônio também passou a ser usado para “referência aos monumentos herdados das gerações anteriores”<sup>90</sup> e, enquanto propriedade, o patrimônio cultural além do sentido coletivo, também carrega um sentido econômico e jurídico. Portanto, o patrimônio cultural é sempre olhado como questão jurídica e, acima de tudo, política.

Em 1947, sob os olhares do Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fortaleza de São José de Macapá, encontrava-se em processo de estudo para tombamento, recebendo sua primeira restauração, pois os serviços realizados anteriormente, eram apenas de pequenos reparos. Essa primeira restauração foi realizada pelos próprios membros da Guarda Territorial criada pelo governador Janary e instalada nas dependências do forte.

Foram feitos os seguintes trabalhos:

*“restaurados: a capela com o altar e a imagem primitiva de São José, orago da cidade; o dormitório e o refeitório do capitão; dependências estas contíguas à capela; alojamento dos oficiais, que algum tempo se instalavam os da extinta Guarda Territorial, com pias, lavatórios, espelhos, biselados, banheiros, filtragem, e armários; a enfermaria, onde funcionou o 1.º Museu Territorial; o paiol de pólvora, onde funcionou o*

---

<sup>90</sup> - Pedro Paulo de Abreu Funari. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, p. 23

*Museu do Índio, dois xadreses e dois armazéns, o primeiro assoalhado, em um deles funcionou o antigo Tiro de guerra 130, as oficinas de marcenaria e carpintaria, onde mais tarde se instalou Imprensa Oficial do Território; Pavilhão de Comando e residência do ex-comandante da Fortaleza, posteriormente utilizado pela administração da ex-Guarda Territorial; xadrez dos oficiais, situado sob o portão principal; portão principal e 3 poternas, duas rampas, que dão acesso aos baluartes de N. S. da Conceição e São José e as guaritas. Além desses melhoramentos, foram introduzidos: construção de fossas biológica; rede de esgoto; instalação de água encanada e energia elétrica<sup>91</sup>.*

Nos anos 50, o projeto político-cultural, alicerçado na busca de um “conceito de cultura brasileira”<sup>92</sup> pensado a partir da revolução de 30 e, principalmente, a partir da criação do SPHAN, reformula-se com o projeto liberalizante do pós 2a. guerra mundial, que passa a interferir na realidade cultural brasileira.

Exatamente em 1950, os técnicos do SPHAN, terminam seus estudos e pareceres culminando com o Tombamento da Fortaleza em 22 de março de 1950,

---

<sup>91</sup> - Estácio Vidal Picanço. Restauração da Fortaleza de São José de Macapá. In: *Marco Zero - Jornal do Amapá*, 1984, p. 11

<sup>92</sup> - Sônia R. de Mendonça. In: *Maria Yedda Linhares (org.)*. História Geral do Brasil, 9ª edição, editora Campus, p. 344.

através do Processo N.º 423-T-50, inscrito no Livro de Tombo Histórico n.º 269, da folha 46<sup>93</sup>. A partir daí, a Fortaleza de São José de Macapá, passou a integrar o conjunto do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro em terras amapaenses. Foi o início de um novo significado e da sua monumentalização.

De acordo com o epígrafe, o Tombamento da Fortaleza significaria *“preservar por intermédio da aplicação da legislação específica”*<sup>94</sup>. Assim como, estaria impedindo sua *“destruição ou descaracterização”*<sup>95</sup>.

Na língua portuguesa, tombar um monumento de valor cultural, histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou natural, quer dizer: *“inventariar; registrar; Pôr (o Estado) sua guarda, para os conservar e proteger”*<sup>96</sup>. Neste sentido, a Fortaleza foi tombada, e, iniciava a construção de uma nova fortaleza: a Fortaleza como mito histórico e sentido simbólico. Muito embora, nesse período, a comunidade amapaense ainda não reconhecesse seu significado histórico. Seu processo de resignificação dava os primeiros passos, uma vez que seu aproveitamento como espaço social e cultural estava apenas começando.

A construção dos sentidos e a importância histórica da Fortaleza para a sociedade amapaense, começou com o discurso de historiadores da época, na publicação de seus trabalhos através da Imprensa Oficial do Governo Territorial, instalada na Fortaleza após seu tombamento. De acordo com os sentidos dado pelo SPHAN ao patrimônio na época, o monumento da Fortaleza deveria ser

---

<sup>93</sup> - Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico nacional, 4. Edição, Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1994, p. 3.

<sup>94</sup> - <http://www.iphan.gov.br/iphan//tomb/tomb.htm> , p. 1 de 5.

<sup>95</sup> - Ibid, p. 1 de 5.

<sup>96</sup> - Ibid, p. 1 de 1. 28/10/01.

habitado para assumir-se enquanto sentido social no presente e, assim, garantir a sua apropriação e a necessidade de conservação. Portanto, apropriar, habitar, conferia sentido à preservação, uma definição de identidade, *“o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria de seu patrimônio. Em outras palavras, as práticas de apropriação e colecionismo são entendidas como um esforço no sentido de transcender a inautenticidade e garantir a “autenticidade” (...)*<sup>97</sup>.

Buscando criar um novo sentido de patrimônio cultural, a partir da apropriação com habitação do monumento, o governo do território passou a desenvolver ações sócio-culturais dentro do recinto da Fortaleza, e também, aproveitando a inexistência de prédios públicos, providenciou o alojamento, nas dependências da Fortaleza, dos seguinte órgãos governamentais: Guarda Territorial, cujos soldados vestiam fardas ao estilo imperial; o 1º Museu Territorial; o Museu do Índio; o Tiro de Guerra 130 e a Imprensa Oficial, responsável pela divulgação dos trabalhos do governo, e, de controle da informação que a comunidade amapaense deveria saber.

Dando início à construção desse novo sentido à Fortaleza, com sua restauração e conservação permanente, *“passou a funcionar também em suas dependências oficinas de marcenaria, carpintaria e sapataria, onde os presos ajudavam os soldados na confecção de sapatos, fardamentos dos soldados, roupas*

---

<sup>97</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. Op. Cit. p. 24.

dos presos, etc<sup>1</sup>.

FOTOGRAFIA N.º 04



Visão geral da oficina de sapatos. Ano de 1952. O preso de "Cabeça raspada" também ajudava os "soldados" na confecção. Vê-se também a presença de mulher.  
Publicação: Marco Zero- Jornal do Amapá. 19 de março. 1982 e 1984.

Mais tarde se instalou um centro de lazer. Foram construídos três barracões cobertos de palha, onde, aos domingos e feriados, principalmente nos dias de festas populares e cívicas, programadas pelo governador Janary, a população amapaense freqüentava e fazia da Fortaleza um espaço de lazer e manifestações culturais. Nesse período, a Fortaleza também foi palco de desfiles

<sup>1</sup> - Claudete Nascimento Machado. Op. Cit. p. 03

cívicos. Os desfiles militares e estudantis da semana da Pátria eram realizados dentro da Fortaleza, como podemos observar nas fotografias históricas:

FOTOGRAFIA N.º 05

IMAGEM I

IMAGEM II

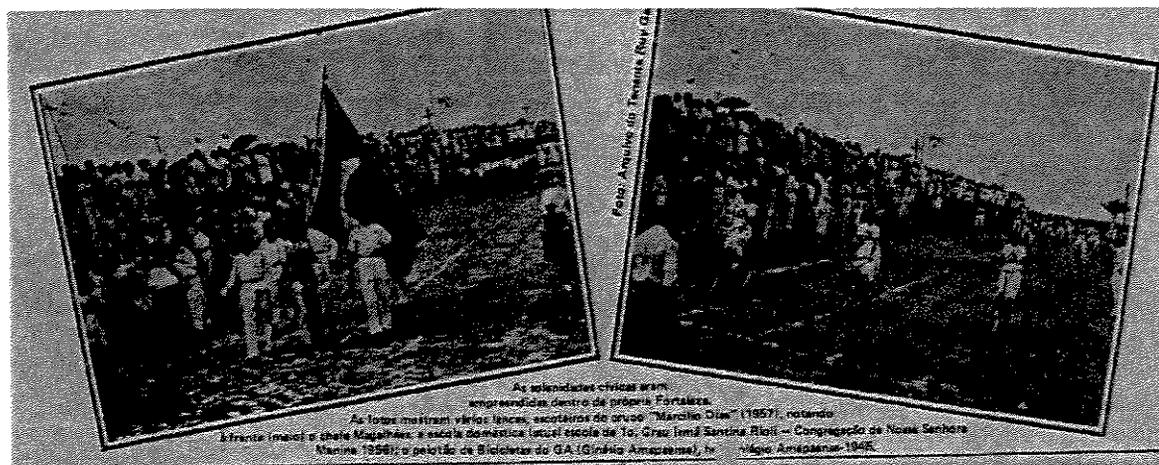
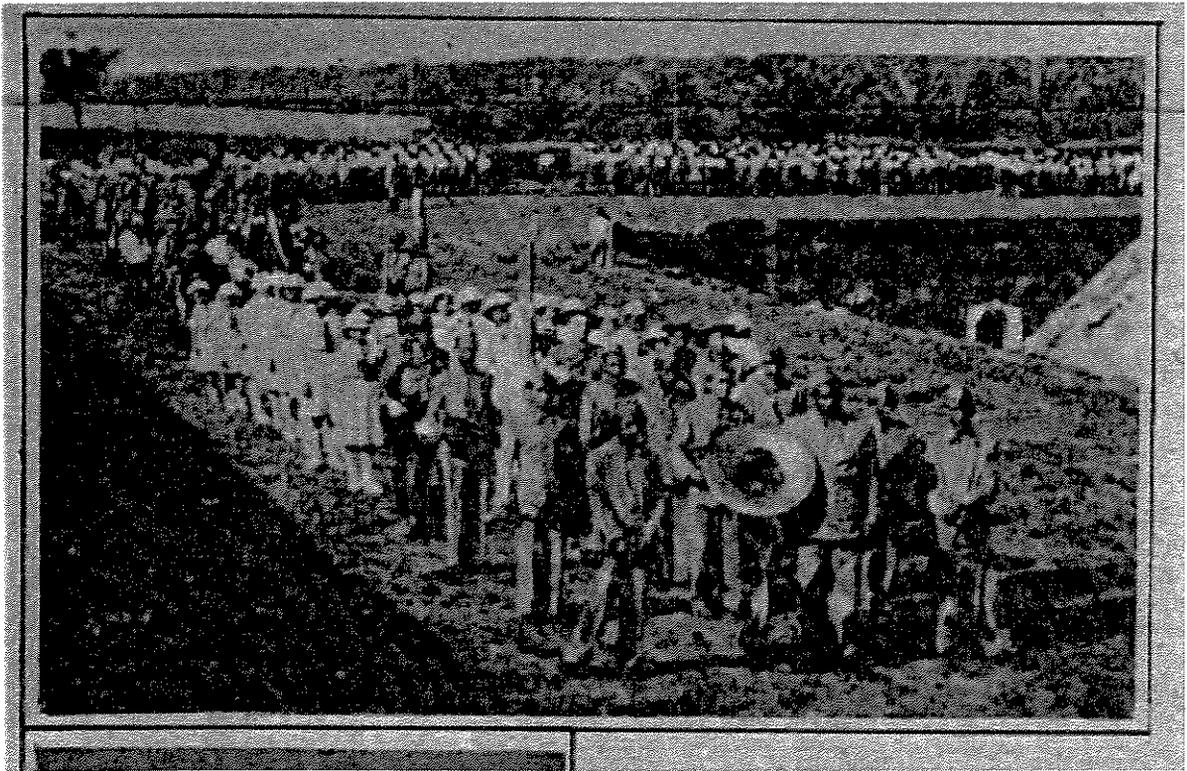


Imagem I - Desfile militar na Fortaleza em 1956.

imagem II - Desfile estudantil na Semana da Pátria em 1956.

Arquivo: Tenente do Rui Gama, publicado no MZ- Jornal do Amapá em 1984.

A Fortaleza era o espaço social onde aconteciam as festas religiosas, procissões e competições esportivas. Nos dias de festas cívicas e religiosas, a “cidade acordava” com disparos de tiros de canhão e rajadas de fogos a partir das cinco (5) horas da manhã. A comunidade amapaense se reunia na Fortaleza, onde aconteciam competições esportivas, festas dançantes, etc.



Na década de 50 os desfiles militares e estudantis aconteciam na Fortaleza.

A Fortaleza de São José de Macapá era o espaço público mais visitado da cidade, aconteciam as mais diversas atividades sociais. Foi um período, em que a comunidade amapaense se apropriou da Fortaleza mesmo sem conhecer a importância de sua monumentalidade.

Com a Ditadura de 64, os militares se apossaram de todo o Patrimônio Nacional, e, a Fortaleza, também por ser um monumento de origem militar, foi tomada da sociedade amapaense. Todas as instituições públicas foram retiradas de

seu recinto, ficando apenas, a Guarda Territorial. Dessa forma, os inquéritos e depoimentos eram prestados no recinto da Fortaleza, assim como, os presos, antes da construção da Colônia Penal do Beiroi, eram encarcerados em suas celas.

Mesmo após a instalação da Colônia Penal do Beiroi, ela recebeu presos políticos. Intelectuais e demais trabalhadores amapaenses considerados comunistas pelo regime da época, foram trancafiados em suas celas, mas, a umidade, as infiltrações, o mau cheiro e a falta de estrutura física e militar, não davam a menor condição humana de resistência por muito tempo. De qualquer forma, os presos das celas eram logo soltos ou transferidos para o Estado do Pará<sup>99</sup>.

Quando um presidente ou mesmo alguma autoridade de alta patente militar do Brasil, visitava Macapá, era em suas celas que prendiam as pessoas cassadas dos direitos de cidadãos e as pessoas convidadas pelo regime de força<sup>100</sup>, sendo soltas, após a partida das autoridades. Nesse período, com esse novo sentido de apropriação, ou seja, apropriação militar, é instalado na parte leste da área de entorno da Fortaleza, o Clube Social do Círculo Militar<sup>101</sup>. Assim, a Fortaleza deixou de ser utilizada como espaço social, cívico e cultural da sociedade amapaense, entrando num novo processo de abandono, sendo utilizada apenas, para o Comando da Guarda Territorial e pelos militares. No espaço de lazer da área do círculo militar. A sociedade amapaense que outrora tinha o monumento como espaço de lazer e sócio-cultural, com a invasão dos militares foi afastada do forte.

---

<sup>99</sup> - Santos, D. Op. Cit. Pp. 85-97.

<sup>100</sup> - Ibid, pp. 85-97.

<sup>101</sup> - Hoje, segundo informações de pesquisas iconográficas e de prospecção arqueológica, sabe-se que esse espaço de lazer do Círculo Militar, foi erguido no mesmo local onde iniciou-se a construção das Baterias Baixas do projeto original da Fortaleza.

Nessa época, o círculo militar era o espaço social da elite, lá, aconteciam festas, jogos, aniversários, banhos na piscina e demais formas de lazer e comemorações destinadas aos familiares da comunidade militar, de seus convidados ou pessoas conhecidas na elite macapaense.

Tendo sido apropriada pelos “escolhidos”, a parcela excluída sociedade amapaense, visitava o forte apenas nas comemorações da Semana da Pátria, quando, por alguns anos, os festejos cívicos se prolongavam depois dos festejos da avenida FAB, à tarde, nas dependências do forte”<sup>102</sup>.

Na língua vernácula, apropriação quer dizer: ato de apropriar-se; acomodação; adaptação, portanto, há um sentido expresso de apropriação. A maioria da população amapaense não se sentia agredida, acomodada com a usurpação. As ações autoritárias dos governantes militares eram reproduzidas pelos mesmos, enquanto necessárias para manter a “ordem” e o “desmando”. Criava-se um horror ao comunismo propagado na “guerra fria” sempre relacionado com o mal, o episódio da guerra do Araguaia, a questão política da soberania da Amazônia, o fato do Amapá ser uma área de fronteira, a falta de informação do povo amapaense, a falta de um corpo policial verdadeiramente preparado, e, a falta de conhecimento dos verdadeiros ideais comunistas, partindo inclusive dos próprios presos acusados, dos soldados da Guarda Territorial, e, conseqüentemente, da população amapaense, foram fatos responsáveis pelas “histerias coletivas” e pelas prisões no

---

<sup>102</sup> - Momentos vivenciados pela autora nos anos 70 do século XX.

recinto da Fortaleza, de pessoas acusadas de defensoras dos ideais comunistas<sup>103</sup>. E assim, a população amapaense, se adaptava a nova ordem social. Usamos o termo recinto, porque foram poucos os presos das celas, pois devido ao estado de má conservação da Fortaleza e, principalmente das celas, segundo informações de pessoas presas por diversas vezes, a maioria dos presos eram detidos fora das celas<sup>104</sup>.

Com a extinção da Guarda Territorial em 1975, e a instalação da Polícia Militar do Território Federal do Amapá, a Fortaleza passou a abrigar apenas a corporação da Banda de Música da Polícia Militar, e, no final dos anos 70, os militares estavam mais “maleáveis” e abriam mão de determinados espaços do patrimônio nacional. Assim sendo, no período de 1978 e 1979, no governo do oficial da marinha, o Comandante de Mar e Guerra Artur de Azevedo Henning, a Fortaleza recebeu serviço de limpeza, alguns reparos e reconstituições, por exemplo, o serviço de pintura dos baluartes, a restauração dos edifício da praça de guerra e outros reparos apoiados tecnicamente nos microfilmes das plantas originais da Fortaleza, trazidas de Portugal pelo referido governador. Havia também os estudos dos técnicos arquitetos especialistas em conservação e restauro do IPHAN, Dora e Pedro Alcântara, que fizeram um levantamento e prospecção do monumento, objetivando a criação do projeto de revitalização e utilização da Fortaleza como Patrimônio Histórico e Cultural.

---

<sup>103</sup> - Santos, D. Op. cit. pp. 85-95.

<sup>104</sup> - Informações prestadas por uma pessoas que vivenciou o período, e, por uma pessoas que afirma ter sido levada por diversas vezes à Fortaleza à prestar depoimentos. Também citaram nomes de presos políticos acusados naquele momento. No entanto, a pedido dos depoentes, não podemos mencioná-los.

No entanto, num Território onde o governador era sempre um militar indicado pelo Presidente da República, as mudanças constantes e a falta de prosseguimento das ações administrativas estabelecidas eram sucessivas, o dificultando a realização do projeto.

Em 1979, o governo do Território do Amapá, recebeu da Divisão do Serviço de Patrimônio da União – DSPU através do “Termo de Entrega”, a competência legal para administrar e preservar a Fortaleza num período de dois anos. Transcorrido esse período, a união deveria pronunciar-se sobre a continuidade ou ruptura do termo. Não acontecendo, a Fortaleza continuou sob a administração, mesmo de forma precária, do governo do território. Nesse período, o SPHAN implantou uma nova política cultural, ou seja, a política do “*bem patrimonial*”<sup>105</sup> é substituída pela “*produção e circulação da cultura*”<sup>106</sup>. Portanto, o projeto de revitalização e utilização do monumento da Fortaleza não recebeu o apoio necessário para sua execução.

Nos anos 80, as Conferências Mundiais sobre Patrimônio Cultural discutem o patrimônio como referência histórica de identidade, além das práticas profissionais nos museus e suas funções. Nesse período, as discussões mundiais e nacionais sobre patrimônio histórico e identidade cultural, e, principalmente o relatório de estudo dos técnicos I PHAN, Dora e Pedro Alcântara, propiciaram vários desdobramentos. A Divisão de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura começou estimular a sociedade amapaense a visitar o forte, incentivando

---

<sup>105</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, Editora UFRJ/MinC – IPHAN, p. 63.

<sup>106</sup> - Ibid, p. 63.

também as escolas, para estimularem nos alunos, a valorização da Fortaleza com patrimônio histórico e cultural brasileiro e amapaense. Inicia-se aí, um novo processo de apropriação. Os intelectuais utilizam das emissoras de rádio, a Rádio Nacional através dos programas locais e da Rádio Educadora, para reproduzirem à sociedade amapaense, o valor histórico da Fortaleza. Em seus discursos, lembravam sempre que a Fortaleza havia sido tombada pelo IPHAN como patrimônio nacional, portanto, precisava ser valorizada<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> - Informações prestadas a partir das lembranças da autora enquanto estudante amapaense, que viveu o período.

## 2.2 - O OLHAR A FORTALEZA A PARTIR DO DISCURSO DOS ARQUITETOS TÉCNICOS DO IPHAN: DORA E PEDRO ALCÂNTARA:

*O reconhecimento de uma herança cultural e sua transmissão não se relacionam somente com preocupações políticas, eles supõem a continuidade de uma representação da história, tanto das idéias quanto dos acontecimentos. Assim, a própria idéia de patrimônio, ainda que nem sempre de modo consciente, perdura desde a revolução Francesa como modo de reprodução das mentalidades coletivas”.*

Henri- Pierre Jeudy<sup>108</sup>.

Com a apresentação do relatório dos técnicos do IPHAN, desde o início dos anos 80, os discursos sobre a Fortaleza passaram a ser reproduzidos de forma mais fundamentada. A partir daí, até o início da segunda metade dos anos 90, os discursos sobre a Fortaleza foram repetitivos e compilados dos relatórios dos referidos técnicos.

Começou-se perceber, que a Fortaleza era “O ÚNICO MONUMENTO [em terras amapaenses] TOMBADO PELO SPHAN”, dizia a manchete da página 02

---

<sup>108</sup> – Memória do Social. Forense Universitária, 1990, p. 5

do Marco Zero - Jornal do Amapá, datado de 19 de março de 1982, por ocasião do bicentenário da Fortaleza, e, reproduzido novamente em 1984. Nesta reportagem, o jornalista entrevistou o Dr. Arquiteto Jorge Derenji, diretor do SPHAN/Coordenadoria Pará, e relatou: *“Em entrevista exclusiva que nos deu o dr. Jorge Derenji (...) nos esclareceu que a Fortaleza de São José de Macapá foi o único, até o presente momento, tombado por este Instituto Especializado”*, e concluiu dando o número do processo e a data do tombamento.

É possível perceber nos anos 80, durante o bicentenário da Fortaleza, que o conhecimento sobre o tombamento ocorrido nos anos 50, ainda era desconhecido pela a maioria da população amapaense. Ainda fazia sentido a imprensa informar sobre o fato.

Outro destaque foi a criação do Departamento de Ação Complementar – DAC, através da Secretaria de Educação e Cultura no governo do comandante da marinha Aníbal Barcelos, ainda anos 80. O DAC por sua vez, criou a Divisão de Assuntos Culturais e, subordinada a esta, a Seção de Patrimônio e Arquivo Histórico-SPAH, ficando a Fortaleza, vinculada a esta Seção. Continuou sem autonomia para resolver seus problemas administrativos e auto-gerenciamento enquanto Patrimônio Histórico e Cultural.

Também nos anos 80, mesmo sem receber atenção apropriada pelos órgãos governamentais, tanto nacional quanto local, a Fortaleza começou a ser tema de questionamentos por artísticas e intelectuais, nos seminários dos movimentos

culturais que começavam a surgir na cidade. Cabe destacar o Movimento Artístico e Popular Amapaense – MOAP que atuou vários anos através de exposições de artes plásticas, artesanatos, apresentações musicais, teatrais, apresentações de livros de autores amapaenses e discussões sobre arte e cultura amapaense e suas relações dentro das políticas culturais desempenhadas pelos órgãos governamentais, responsáveis pela institucionalização dos bens culturais.

Quando o MOAP deixou de ser um movimento de resistência e institucionalizou-se enquanto Serviço de Utilidade Pública, surgiram outros movimentos de resistência cultural como o Movimento de Integração das Artes, que não passou de algumas discussões.

A “derrubada” do regime militar em 15 de janeiro de 1985, não modificou a situação política e administrativa da Fortaleza abandonada e esquecida. As transformações administrativas com a permutas nos cargos do Departamento de Ação Complementar e consecutivamente da Divisão de Assuntos Culturais, nem foram percebidas, pois a substituição do governador militar Aníbal Barcelos, pelo civil Jorge Nova da Costa, não provocou alteração na estrutura política e administrativa na pasta da Educação e Cultura.

Em 1987, surgiu outro movimento denominado Sociedade de Arte Popular Amapaense – SAPO. O Sapo foi um movimento que se diferenciou dos demais pela preocupação com uma Política Cultural para o Território. Neste momento, houve a contribuição de João Paes Loureiro e Zélia Amador, intelectuais/artistas do Pará. Através deste movimento que durou alguns meses, foi realizado um seminário, com estudos e discussões de uma política cultural para o

Território do Amapá e a Fortaleza foi assunto de pauta, pela sua imponência, importância histórica e identificação com a cidade, ou seja, com o processo de construção da cidade. Sugeriu-se que deveria ser utilizada como espaço social e cultural, ou seja, transformada em espaço para exposições de artes plásticas, artesanato, apresentação de teatro, museu histórico e museu do som, seminários, *shows* musicais, etc.

No entanto, esse processo de conscientização da comunidade artística e intelectual da cidade de Macapá contribuiu apenas para que a Seção de Patrimônio e Arquivo Histórico, publicasse alguns textos contendo as reivindicações dos intelectuais sobre os sítios históricos de Macapá, incluindo a Fortaleza, mas, não houve nenhuma ação pragmática no sentido de garantir as aspirações da comunidade macapaense, de transformar a Fortaleza num espaço cultural como reivindicavam os integrantes do SAPO<sup>109</sup>.

Algum tempo depois, no início dos anos 90, com a transformação do DAC em Departamento de Cultura, a Fortaleza deixou de ser vinculada à Seção de Patrimônio e Arquivo Histórico e foi transformada em Divisão da Fortaleza de São José de Macapá. Esta Divisão passou a funcionar em suas próprias dependências e vinculada sempre ao Departamento de Cultura – DC, e este, por conseguinte, à Secretaria de Educação e Cultura.

Nesse período, apenas na data de seu aniversário em 19 de março, ela recebia serviços de capina para a realização da festa, quando acontecia missa em

---

<sup>109</sup> – Estas informações fazem parte das lembranças da autora, participando desde 1982, dos movimentos artísticos culturais.

Ação de Graça na Praça de Guerra, em frente a capela de São José, comemorando o dia do padroeiro da cidade, e, em segundo plano, aniversário da Fortaleza. A festa durava o dia todo, com programação de oficinas de arte para crianças das escolas da rede do estado, apresentação de coral, concerto da banda da Polícia Militar, exposição de artesanato, palestra de historiadores e finalmente com a procissão de São José, após a missa, no final da tarde, que saía da Fortaleza até à igreja matriz. Após a festa, a Fortaleza voltava a ser esquecida.

FOTOGRAFIA N. 08

FOTOGRAFIA N.º 07



Missa na Praça Central da Fortaleza/1996  
(arquivo da autora)



Procissão saindo da Fortaleza/1996  
(arquivo da autora).

No final dos anos 90 surgiram outros movimentos artísticos culturais, mas, sem nenhuma intervenção direta sobre a política cultural do Estado, portanto,

não participando do processo político administrativo da Fortaleza, enquanto bem patrimonial.

Com a instalação do governo João Alberto Capiberibe, em 1995, levando em consideração os projetos já iniciados pelo Departamento de Cultura e seus órgãos afins, foi extinto o Departamento de Cultura e criado a Fundação Estadual de Cultura, permanecendo a Fortaleza, enquanto Divisão, agora, não mais de um Departamento de Cultura vinculado a uma Secretaria de Educação do Estado, mas, vinculada à Fundação de Cultura – FUNDECAP.

O processo histórico de construção da monumentalidade da Fortaleza continua, hoje (2001).

Após concluída a restauração das edificações, foi dado início a execução do projeto de reabilitação, urbanização e paisagismo da área de entorno. Atualmente, o IPHAN desenvolve a política do *“desenvolvimento de uma cultura urbanística do patrimônio cultural”*<sup>110</sup> com intervenções na área de entorno. Essa área representa a *“projeção localizada na vizinhança do imóvel, que é delimitada com objetivos de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade”*<sup>111</sup>. Além do termo entorno, os técnicos do IPHAN utilizam-se também, do substantivo *“ambiência!”*, quando o sentido transcende a designação dos arredores e compreende o meio em que o bem está inserido<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> - <http://www.iphan.gov.br/proprog/urbi.htm>, 01/05/2001, p. 1-4.

<sup>111</sup> - O que é Tombamento? <http://www.iphan.gov.br/iphan/tomb.htm>, 1/8/01, p. 2 de 5.

<sup>112</sup> - José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros. *In: Cartas patrimoniais, Caderno de Documentos n.º 3, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasília, 1995, p. Nota do Tradutor.*

Portanto, o projeto de restauração, revitalização e reabilitação da Fortaleza de São José de Macapá, é um projeto dos novos ideais do IPHAN, através do atual programa de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, aglutinando vários projetos em busca de uma participação coletiva, apropriação da comunidade e de um ideal de vida que é o desenvolvimento sustentável. Assim, as intervenções na área de entorno da Fortaleza, garantidas pelo IPHAN através do Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS, propõem-se dar melhor qualidade à Fortaleza de São José de Macapá, ou seja, dar uma nova qualidade de utilização do patrimônio, que, segundo a política do IPHAN, e, da administração da Fortaleza, tem como objetivo, garantir a apropriação do patrimônio, proporcionando bem estar e o desenvolvimento da comunidade local. Portanto, pretendem otimizar para valorizar as potencialidades sócio-econômicas, culturais e funcionais da Fortaleza de São José de Macapá.

Muito mais do que um projeto político voltado para o patrimônio cultural brasileiro, no discurso do IPHAN, e conseqüentemente, da política cultural da Fortaleza, a “*revitalização*” e reabilitação da área de entorno, significa uma proposta ideológica, a qual, propõe contribuir com a melhoria da qualidade de vida da comunidade amapaense.

Este grande projeto de restauração, revitalização e reabilitação urbana e paisagística, em execução, criará um novo sentido a Fortaleza, transformando o monumento em Museu da Cultura do Amapá. No discurso da política cultural sobre a Fortaleza, ao ser implantada a instituição museológica no monumento, serão desenvolvidas diversas atividades científicas e sócio-culturais, possibilitando

*“autogestão administrativa e financeira e abrangência de atuação social, tendo os seguintes objetivos:*

- *Centros de lazer e convivência;*
- *Exposições históricas, científicas e artísticas;*
- *Exposições das diversas culturas populares da região;*
- *Lojas e restaurante com produtos típicos da região;*
- *Espectáculos teatrais e musicais;*
- *Palestras, conferências e seminários;*
- *Missas, Oficinas educativo – culturais;*
- *Pesquisas científicas em diversas áreas de conhecimento”<sup>113</sup>.*

Sobre este novo olhar ao monumento, de acordo com Henri-Pierre Jeudy: *“a restituição de uma arqueologia da cidade passa por operação de brilho, de limpeza que demonstram a ação mesma da conservação do sentido”<sup>114</sup>*. E assim se constróem as representações sociais e culturais conhecidas como: *“a revitalização das cidades e seus centros. É a partir dela que as relações econômicas se articulam tanto com o turismo como com a atividade comercial”<sup>115</sup>*.

*“A maneira mais cômoda e tranqüila que, normalmente, as políticas culturais utilizam para justificar a preservação da memória, da história e da cultura, é*

---

<sup>113</sup> - Folder. Fortaleza de São José de Macapá. O Museu da Cultura do Amapá. Governo do Amapá. Ministério da Cultura, Secretaria de Apoio á Cultura.

<sup>114</sup> - Henri – Pierre Jeudy. Memória do Social, 1990, pp. 110-111.

<sup>115</sup> - Ibid, p. 115.

*apelarem para a criação de novos museus e centros de memórias. Assim, o discurso da preservação torna-se vazio, dissociado e distante da sociedade que é, normalmente sacralizado*<sup>116</sup>.

---

<sup>116</sup> - Elizabete Tamanini. *In: Pedro Paulo de Abreu Funari. Cultura Material e Arqueologia Histórica*, 1988, p. 198.

### III - OUTROS OLHARES:

*“A confiança na objetividade do conhecimento que nos é dado pela visão tornou-se ainda maior com a possibilidade de serem reproduzidos “documentos fiéis” da realidade visível, assim como dos “fatos históricos” memoráveis. Com a fotografia, cria-se uma analogia entre a essência deste saber sem interposições subjetivas e a idéia da impressão da realidade”.*

Costa e Brusatin<sup>116</sup>

#### 3.1 - O OLHAR FOTOGRÁFICO:

O sentido histórico, artístico e de patrimônio e espaço cultural construídos no processo de monumentalização da Fortaleza, surgiram a partir do olhar institucional. O governador Janary Nunes trouxe à Macapá, os técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, a fim de emitir seus pareceres e aprovarem o tombamento da Fortaleza de São José como patrimônio histórico e cultural brasileiro, da Amazônia e do Amapá. Começou, então, o processo de aceitação da população amapaense.

---

<sup>116</sup> -*In: Maria Inez Turazzi. “A Missão fotográfica”: documentação e memória das obras públicas no século XIX. Caderno de Antropologia e Imagem, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Antropologia e Imagem, n.º 8 – Acervo de Imagem, Rio de Janeiro, 1995, p. 41*

*“Não basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É também necessário transmiti-lo. É sobretudo preciso que o herdeiro o aceite”<sup>1</sup>.*

As primeiras fotografias jornalísticas e também as fotografias artísticas da Fortaleza, foram encomendados pelo poder governamental ou pelos jornais. O primeiro fotógrafo a clicar a Fortaleza de São José de Macapá foi Pedro Neves. Fotógrafo do Rio de Janeiro estabelecido em Macapá, onde, publicou suas fotografias artísticas sobre a Fortaleza nos jornais dos anos 50. Outro fotógrafo conhecido foi Humberto Cruz, que começou a trabalhar em 1949 como ajudante de fotógrafo do governador Janary Nunes. Posteriormente se estabeleceu como fotógrafo oficial no serviço público territorial e, também, no Marco Zero - Jornal do Amapá. Todas as vezes que esse fotógrafo registrou a Fortaleza, procurou não apenas um simples registros histórico, mas, principalmente, ressaltar o valor estético do monumento. Seus trabalhos, registro documental, representaram a poesia do belo, ou seja; o lirismo da representação, no encontro entre fotógrafo e importante objeto fotografado. Dentre o grande repertório de Humberto Cruz, apresentamos as fotografias n.ºs 10, 11, 12, 13, 14 e 16 nas páginas, 89, 90, 91, 92, 93 e 139, respectivamente.

A fotografia foi importante para a construção histórica da Fortaleza como patrimônio cultural. A representação de sua monumentalidade, imponência e

---

<sup>1</sup> - É o que diz Jean-Michel Leniaud no texto: *“O patrimônio recuperado. O exemplo de Saint-Denis”*. In: *Nova História para uma História Cultural. Direção de Jean Pierre Rioux. Jean François Sirinelli*, editora Estampa, ad, p. 335.

rigidez de sua estrutura sólida acompanhada de sua história, contribuiu no seu processo de monumentalização.

A grandiosidade, a localização física e a rara beleza dos traços arquitetônicos da Fortaleza, motivou a inspiração dos fotógrafos buscando a representação de sua beleza ímpar, constituída também, pela sua área de entorno.

Localizada na embocadura às margens do rio Amazonas, num olhar não apenas horizontal, mas, num olhar de altura da Fortaleza localizada a vinte pés acima do nível do mar, num olhar majestoso, contemplando as marés

FOTOGRAFIA N.º 09



Fortaleza de São José de Macapá construída às margem do rio Amazonas. Observa-se em primeiro plano a construção do clube de lazer Círculo Militar.

altas, marés baixa, o fascínio da bravura e a serenidade do rio que encantam, compõe o visual da Fortaleza em frente a baía de Macapá.

Transmitir uma visualidade sem poluição, um bem estar visual ao ser fotografado, só poderia provocar sensações poética e não simplesmente registros históricos, pois a história de sua representação fotográfica, mesmo de caráter documental, segundo o fotógrafo Humberto Cruz, não aconteceu pelo reconhecimento da importância histórica do forte.

Humberto Cruz começou a conhecer e se interessar pela história da Fortaleza e da cidade de Macapá, a partir de seu trabalho de fotógrafo oficial do governo e da imprensa jornalística. Essa relação do fotógrafo / fotografado a partir da sedução do belo, não foi única. Muitos outros fotógrafos importantes da Fortaleza, também foram atraídos pelo sentido do belo e não pelo histórico. Alguns até associaram o belo e a história tradicional numa só significação. No entanto, é principalmente a relação com o belo que possibilita o desejo da imagem e a poética visual da Fortaleza, e portanto, a sua contemplação. A importância da fotografia no processo de monumentalização da Fortaleza foi ressaltada também, por Aloísio Brasil, editor do antigo Marco Zero – Jornal do Amapá, como podemos observar no texto publicado no jornal do bicentenário da Fortaleza e publicado novamente no aniversário de 1984.

#### *“A FORTALEZA EM FOTOS ARTÍSTICAS*

*Aos rutilos embates do sol ou aos ternos clarões da lua, a Fortaleza de São José de Macapá se constitui a fonte inspiradora de fotografias artísticas. Dia e noite ela é cortejada*

*por fotógrafos macapaenses em busca da hora mais propícia para associar o pôr do sol ou o romper da aurora com a água do Amazonas a um ângulo da Fortaleza, que enseja a “excepcional foto” que a sensibilidade artística idealizou. Quando não, percorrendo as dependências daquele monumento, no contraste de luz e sombra , em um ângulo interno, de efeito extraordinário, surge a grande foto. Vezes outras, são os baluartes (o São José, Nossa Senhora da Conceição, o S. Pedro ou Madre de Deus) que desafiam o “olho artístico” de nossos fotógrafos. E eles são reproduzidos em imagens fotográficas espetaculares.*

*E as fotos aéreas da nossa vetusta Fortaleza ? Como são bonitas ! A “estrela de quatro pontas” se evidencia na paisagem da cidade. A imponência e a consistência de sua estrutura se destaca pela beleza arquitetônica.*

*Bem poucas pessoas sabem a “ginástica” que os fotógrafos fazem para tirar belas fotos da Fortaleza de Macapá. Bem poucos sabem o quanto Humberto Cruz e Alberto Uchôa são enamorados da Fortaleza. Cortejam-na Rondam-na Circundam-na. Observam-na. Analisam-na (...) Em busca de ângulos novos. De luzes e sombras. De nuances ainda não descobertas pelas suas sensibilidades. Para fazerem “a grande foto”, a “foto dos seus sonhos”, a foto que acreditam que ainda*

*não fixaram em suas câmeras. São os pesquisadores de ângulos do bonito monumento (...)*<sup>118</sup>.

Portanto, o olhar romântico à Fortaleza de São José de Macapá, está significado também, no discurso não verbal, no discurso produzido a partir das imagens visuais sobre o monumento. De acordo com Eni Orlandi,

*“há um momento na história da reflexão sobre a linguagem em que o lingüístico se identifica com a Lingüística, ou seja, se reduz diretamente o fato (de linguagem) a disciplina (que trata da linguagem). Concomitante a esta redução, outra se sobrepõe a ela: reduz-se a significação ao lingüístico, ou seja, ao fato de linguagem definido pela perspectiva da lingüística. E assim se apagam as diferenças entre o verbal e o não-verbal, ou então se submete um (o não verbal) ao outro (ao verbal)”*<sup>119</sup>.

O romantismo e sua história romântica dos tempos áureos, está presente no dualismo da memória discursiva do passado e presente, através da leitura das imagens icônicas (linguagem não verbal) representadas nas imagens fotográficas, compondo a poética da Fortaleza, numa expressão de passado-presente, amor-dor, alegria-tristeza.

---

<sup>118</sup> -Aloísio Brasil. In: *Marco Zero Jornal do Amapá*, Caderno Especial, Macapá, 1984.

<sup>119</sup> - Eni Puccinelli Orlandi. Rua – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, n.º 1/1995, Campinas, p. 35.

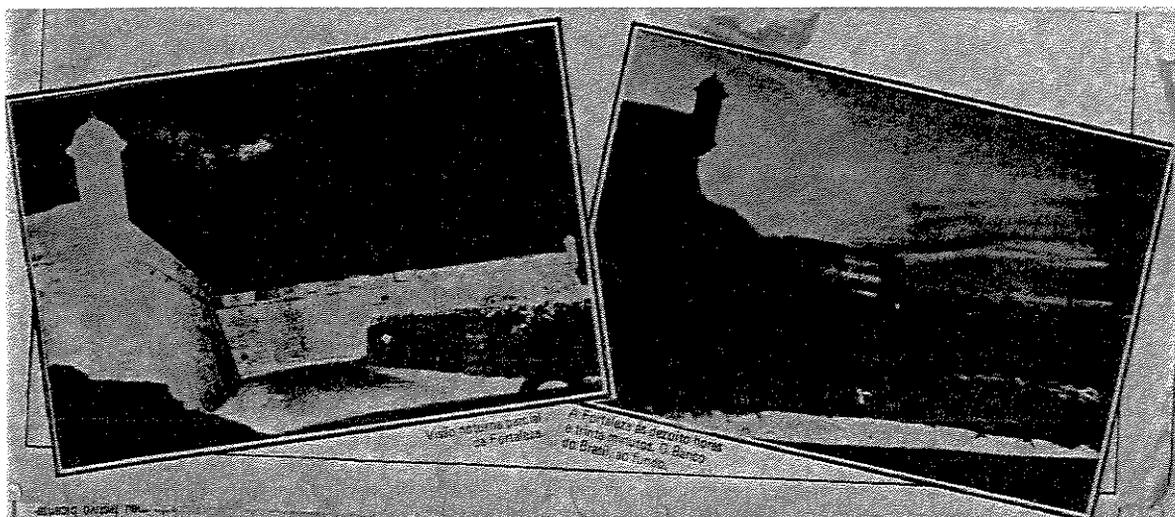
Vejamos a fotografia n.º 10, onde a Fortaleza é representada ao gosto nostálgico da noite escura e sob as luzes, produzindo uma expressão marcante de exibição da vida, de um passado vivo nas lembranças, luminoso.

#### FOTOGRAFIA N.º 10

Imagem I - Visão noturna parcial da Fortaleza iluminada

Imagem II - A Fortaleza sem iluminação, às 18:30 horas. Apresentando o Banco do Brasil.

Fotógrafo: Humberto Cruz. Publicação: Marco Zero - Jornal do Amanã/ 1982/1984.



Visão noturna parcial da Fortaleza iluminada e a Fortaleza às 18:30 horas. O Banco do Brasil ao fundo.

É possível observar nas fotografias artísticas da Fortaleza, o romantismo fotográfico revelando-se no conhecimento da representação visual. Também nas fotografias artísticas, é constante a presença da figura feminina em vários estilos, traduzindo a sensualidade do monumento, e, ao mesmo tempo, a rigidez de suas grossas muralhas ornadas com grandes pedras de cantaria, seja no beijo dos enamorados na composição do tão fotografado baluarte,

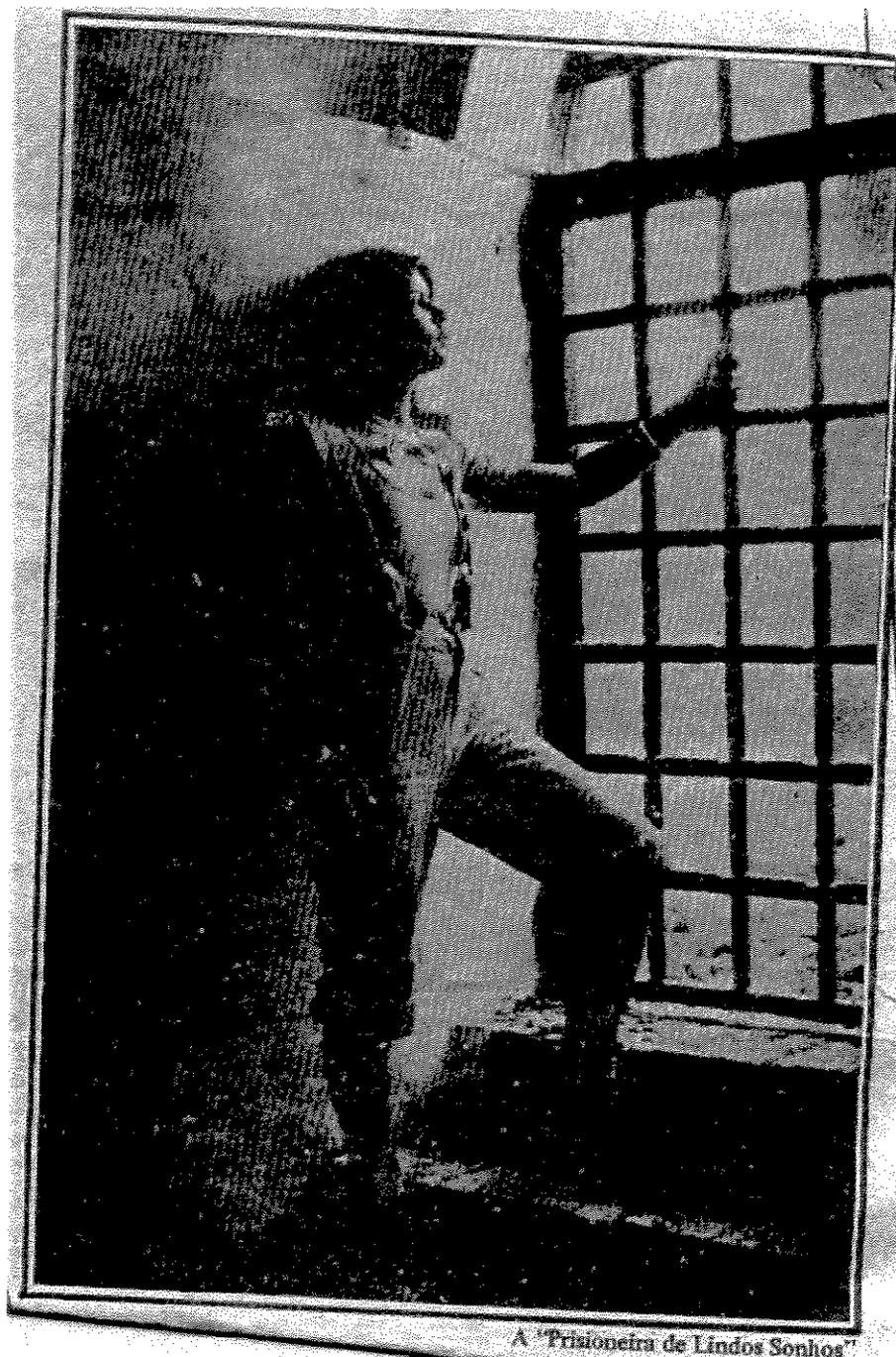
FOTOGRAFIA N.º 11



Fotografia: HUMBERTO CRUZ.  
Publicação: Marco Zero – Jornal do Amapá. 1982 e 1984.

ou na representação das celas do passado, como cenário à fantasia fotográfica

FOTOGRAFIA N 12



A "Prisioneira de Lindos Sonhos"

Fotografia: Humberto Cruz. Publicação: Marco Zero – Jornal do Amapá/1982-1984.

da prisioneira ou ainda, na luminosidade da representação feminina, da festa e do luxo.

FOTOGRAFIA N.1 3



Fotografia: Humberto Cruz. Publicação: Marco Zero – Jornal do Amapá – 1982/1984.

Outro exemplo desse dualismo discursivo, compondo a poética da Fortaleza, está presente na fotografia de um de seus tão declamados baluartes, onde o urubu, representado imagisticamente na memória discursiva como “feio”, do “mal”, conseguiu apagar esse maniqueísmo, e, compõe o belo, num olhar enfático e carregado de expressões simbólicas.

FOTOGRAFIA N.º 14



**Urubus compoendo a beleza do baluarte**  
**Fotografia: Humberto cruz. Publicação: Marco Zero**  
**Jornal do Amapá/ 1981 – 1984.**

Poderíamos dizer também, que o urubu, representaria o abandono (no período fotografado a Fortaleza passava por um processo de abandono) e descaso a esse bem patrimonial. No entanto, a Fortaleza abandonada permanece com suas expressões muito mais acentuadas pelo romantismo do olhar do espectador através do olhar do fotógrafo.

### 3.2 - O OLHAR DA IMPRENSA:

*“Como analisar a produção textual institucional sem desconhecer ou minimizar as formas de controle exercidas pelo modo institucional de significar? Por outro lado, como evitar correlações simplistas entre as instituições e os “discursos” nela engendrados? Ou ainda, como criticar modelos de análise que engessam a produção discursiva institucional em esquemas tipológicos redutores, separando “forma” e “conteúdo”?*

*- Bethania Mariani<sup>121</sup> -*

Nos anos 50, o tombamento da Fortaleza ocorreu enquanto ação administrativa sem grande importância para a cidade, uma vez que seu processo de monumentalização começou desde então. Portanto, a importância do ato

---

<sup>121</sup> - *In: Discurso e Instituição: A Imprensa.RUA, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – UNICAMP – NUDECRI, Campinas, SP, n.º 5, março de 1999, p.47.*

político para a sociedade amapaense, veio acontecer três décadas depois. Vários anos após a queda do regime militar, com a nova apropriação da Fortaleza, e, principalmente, com o projeto de restauração e reabilitação da Fortaleza e da área de entorno, ainda em processo de execução.

A falta de compromisso com a guarda da documentação oficial no Brasil, e, principalmente, de um arquivo público no Amapá, fez com que os documentos oficiais sobre o tomamento e outros períodos históricos da Fortaleza nos seus arquivos e, também, nos arquivos da 2ª regional do IPHAN (com sede em Belém) sejam escassos. Os textos, as fotografias e os livros publicados pela Imprensa Oficial que resistiram a má conservação e a destruição documental<sup>122</sup> são pouquíssimos. A partir do relato oral de profissionais do antigo jornal Marco Zero – Jornal do Amapá, do redator Aloísio Brasil, do fotógrafo Mário Cruz, além do sr. Raimundo Anaice de Oliveira, personagem conhecida na sociedade amapaense e, de alguns fatos registrados em nossas lembranças, conseguimos preencher lacunas que, juntamente com os documentos impressos sobre a Fortaleza em vários períodos, favoreceram a reconstituição histórica, assim como, permitiram perceber as imagens e representações sobre esse monumento para a história da cidade e também, para a história do estado do Amapá, da Amazônia e do Brasil.

---

<sup>122</sup> - Era comum nas administrações da cidade e mais tarde, do antigo território, queimarem os documentos e fotografias do arquivo morto, considerado lixo, portanto, sem utilidade.

## - UM OLHAR ROMÂNTICO, RACISTA E FORTEMENTE ALEGÓRICO:

O discurso da Fortaleza por muito tempo se manteve alicerçado em uma retórica compilada ou mesmo inspirada no livro: *“Histórico da Fortaleza de São José de Macapá”*<sup>123</sup> publicado pela Imprensa Oficial em 1953, quando esta ainda funcionava nas edificações da Fortaleza. Podemos ressaltar alguns dos trechos, reproduzidos ou inspiradores mais tarde, para produção de panfletos, jornais e diversos textos sobre a Fortaleza:

*“ A Fortaleza de Macapá, além de grandemente emocionar, entusiasma e exalta o patriotismo e alimenta o orgulho racial. (...) Um povo que soube descobrir e que fez mais, soube defender e preservar a unidade de uma pátria tamanha. Foi realmente um grande povo. (...) A Fortaleza de Macapá é uma relíquia histórica, é uma sombra luminosa do passado que, nos fins remotos do norte pátrio, ainda tem grandeza bastante para se projetar sobre a nação inteira, como exemplo do valor pessoa, da dignidade do soldado, no heroísmo da gente do Brasil. (...) Sabemos que nela o negro, seu obreiro paciente e resistente trabalhou; assim como o índio Tucujús, êste erguendo-a para a própria defesa de sua terra natal, muito embora trabalhador recalcitrante, desobediente e obstinado, mas determinado, valiosos e imprescindível. (...) sabemos também que foi o Português o*

---

<sup>123</sup> - O livro é de autoria de Rui Gama do Nascimento, publicado no Território Federal do Amapá em 1953, através da Imprensa Oficial, no período do governo Janary.

*elemento vigoroso e incansável, que permitiu, no decorrer de alguns séculos a formação da grande Pátria comum e livre, que é o nosso querido Brasil*<sup>124</sup>.

Nesse processo de construção das memórias nacionais, no período moderno, a história *factual* apropria-se das representações românticas, das alegorias, associando o sentimento de pátria e de amor aos valores cívicos, transformando a história num verdadeiro sentimento mítico-religioso, e, os monumentos como produto dessa história, são o maior alvo dessas representações.

Podemos perceber no referido discurso, o sentido de raça, de escravidão e o próprio sentido romântico dado à História, além de monumento enquanto objeto da história e da cultura amapaense. Os discursos de Rui Gama do Nascimento<sup>125</sup> e Jarbas Amorim Cavalcante<sup>126</sup> foram significativos para a construção da memória histórica da Fortaleza, a partir de representações alegóricas, intervenções racistas e românticas em relação ao passado e ao monumento como símbolo da história. Neste sentido, a Fortaleza como fragmento

---

<sup>124</sup> - Rui Gama do Nascimento. *Histórico da Fortaleza de São José de Macapá*, Imprensa Oficial, Território Federal do Amapá, 1953, p. 3-4.

<sup>125</sup> - Foi tenente e sub-comandante da Guarda Territorial. Membro da Comissão nomeada pelo governador Janary Nunes em 8 de julho de 1950 para fazer um levantamento de todos os elementos construtivos da Fortaleza, relatando sobre o estado anterior à restauração daquela época e mencionando a área restaurada e a condição em que se encontravam naquele momento. A referida Comissão era dirigida pelo Dr. Douglas Lobato Lopes, diretor da Divisão de terras e Colonização Keppler Navegante Teixeira da Mota, estatístico e membro da comissão, além do ten. Ruy Gama do Nascimento.

<sup>126</sup> - Foi juiz de direito e um dos pioneiros do T. F. do Amapá e autor do livro *Fortaleza de São José de Macapá: Traços Históricos*, publicado em homenagem ao sesquicentenário da Independência do Brasil através da editora-gráfica São José, 1ª edição, Macapá - AP 1973.

da história foi representada alegoricamente, como história total, história dos grandes acontecimentos:

*“FORTALEZA DE MACAPÁ!*

*Sentinela da pátria, na entrada da Amazônia!*

*Ontem, uma praça de guerra pronta para defender a integridade de uma terra que se apresentava para ser a grande Nação Brasileira. Hoje, um monumento à nossa história e um exemplo à nossa soberania. Duzentos anos de atalaia. Dois séculos como guardião da Amazônia, no braço Norte do Rio Mar (...)<sup>127</sup>.*

No poema carregado de representações simbólicas, o dizer, *“Hoje, um monumento à nossa história”*, evidencia a imagem do monumento militar construído no período colonial, e, a História total, ou seja, enquanto *“sentinela da Pátria”*, o particular significa o todo. A história da nação é representada por este monumento. *“Dois séculos como guardião da Amazônia”*. É a História de Defesa da Amazônia, em cuja área foram construídas várias fortificações, no entanto, na exaltação alegórica do poeta, é significada apenas, por este

---

<sup>127</sup> - Sem autor. In: *Marco Zero. Jornal do Amapá, caderno especial*, Macapá, 1984, p. 01.

monumento.

Entre as imagens e representações românticas, racistas e alegóricas de Jarbas Cavalcanti sobre a Fortaleza, apresentamos os seguintes dizeres:

*“Ao braço negro se deve em maior parte aquele monumento [da Fortaleza]; seu potencial de trabalho foi sempre melhor cotado, (...) o índio fugia muito e era difícil apanhá-lo, o preto raramente o fazia e quando desertava deixava-se prender facilmente. (...) A Fortaleza tal qual a vimos em certos dias. Bandeiras da Colônia, do Reino Unido, império e República acenam ao Brasil no mastaréu das muralhas, aos 7 de Setembro, 21 de Abril, 3 de Maio, 15 de Novembro, 15 de Maio e outras datas. A juventude escolar, Guarda territorial, Exército, Tiro de Guerra, precedidos da Bandeira marcial desfilam pelos espaços terraplenos. Festões, galhardetes e flâmulas enfeitam os edifícios e as ameias medievais, agitados pelos favônios constantes. Discursam autoridades, e um longo frêmito de emoção desperta o canhoneiro sublinhando poderosamente a seqüência dos acontecimentos. (...) O índio e o negro parecem sorrir em colóquio com os antepassados, sofridos e sacrificados, a sussurrarem que nem tudo foi em vão, que a grande obra*

*participa validamente da satisfação e do progresso circundantes pelos tempos afora (...)*<sup>128</sup>.

A alegoria é uma representação de conceitos abstratos através de figuras simbólicas que se apresentam enquanto “*conteúdo manifesto e conteúdo latente*”. É uma forma de dizer algo indiretamente. No sentido alegórico, fala-se do todo usando o particular.

No processo histórico de formação do patrimônio nacional, as representações simbólicas foram instrumentos utilizados na construção dos discursos nacionalistas e também, regionalistas. “*Assumir uma estória como alegórica significa agir como se algo estivesse sendo dito de modo indireto. Em outras palavras, alegorias, enquanto metáforas extensas, são usadas para dirigir nossa atenção para traços não suspeitados de um determinado tema, fazendo com que percebamos através de uma lente diversa*”<sup>129</sup>.

No período do tombamento da Fortaleza, as ações do SPHAN estavam voltadas a um ideal de civilização evolucionista do “*patrimônio histórico e artístico brasileiro*”<sup>130</sup>, e para defender a existência desse patrimônio genuinamente brasileiro, desenvolvia ações voltadas às “*origens da cultura brasileira na “tradição” singular produzida pelas contribuições das*

---

<sup>128</sup> - Jarbas A. Cavalcanti. Fortaleza de São José de Macapá: *Traços Históricos*, editora São José, 2. a edição, Macapá – AP, 1997, p. 50 e p. 104-105.

<sup>129</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. *A Retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, editora UFRJ/MinC – IPHAN, ad, p. 116.

<sup>130</sup> - *Ibid*, p. 46.

*populações indígenas, africanas e européias no Brasil*<sup>131</sup>. Neste sentido lemos os versos do poema:

*"(...) Galúcio lhe arquitetou e construiu. Seu heroísmo marca o início de nossa história e da formação cultural de nosso povo. Nas suas entranhas os corpos dos heróis permanecem, imóveis no pó, na matéria. Porém no éter, receberão eles a gratidão de um povo que sabe venerar todos aqueles que contribuíram para a nossa independência*<sup>132</sup>. Dessa forma, a construção histórica das imagens e representações sobre a Fortaleza referendaram alegoricamente a positividade da Coroa Portuguesa para o povo autóctone, quando a cultura do povo português é concebida como marco, início da história. Do povo autóctone lembra-se apenas da contribuição na formação cultural brasileira a partir da chegada do português.

A leitura alegórica nos possibilita descobrir a estrutura profunda do texto e perceber o jogo das representações dos sentidos, ou seja, nos permite dizer o outro e ver o outro sempre através de representações *"onde recursos dramáticos, literários ou pictóricos são usados para ilustrar concretamente uma idéia ou princípios morais ou religiosos*<sup>133</sup>.

A alegoria é uma criação lingüística e a representação alegórica pode mudar o discurso da ordem social e histórica dos fatos para produzir sentidos entre leitor e ouvinte que assimilam e reproduzem o discurso, num

---

<sup>131</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. Op.Cit. p.44.

<sup>132</sup> - Fernando Canto. Sempre Forte. In: *Jornal do Amapá – Marco Zero do Equador, Caderno Especial*, Macapá, 19 de março de 1984, p. 01.

<sup>133</sup> - Flávio R. Koth. *Alegoria*, editora Ática S. A, São Paulo, 1986, p. 77.

processo interdiscursivo: “(...) o *nosso modo de dizer não é indiferente aos sentidos*”<sup>134</sup>, pois os sentidos, “*são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade*”<sup>135</sup>

Observando a relação linguagem – história e produção histórica da linguagem através da poesia acima citada, negligenciando índios e negros na exaltação dos construtores do Forte, fazendo das realizações do conquistador um marco e referencial da História e da Cultura, há um apagamento da história dos negros e índios na memória discursiva da Fortaleza.

O leitor pode inquirir, então como se explica o fato, de muitos textos, poesias, histórias e imagens de pinturas e desenhos divulgados sobre a Fortaleza de São José de Macapá, mencionarem a importância dos índios e negros na construção da Fortaleza, como braço de um trabalho forçado?

É necessário uma leitura para perceber o lugar da interpretação dos sentidos, sendo importante distinguir a posição do sujeito-histórico, e, portanto, o contexto sócio-histórico e ideológico inscrito na materialidade discursiva, e assim, desvendar o contexto filosófico, social e político inscritos no discurso ou na imagem representativa de um discurso. Somente com leitura criteriosa, será possível investigar os princípios sociais norteadores do discurso e das imagens discursivas, como também, em que base histórica e filosófica estão fundamentados e a qual ideologia servem. Tomemos como exemplo, a citada

---

<sup>134</sup> - Eni Orlandi, *Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos*, Pontes, Campinas, 2000.2000, p. 35

<sup>135</sup> - *Ibid*, p. 35

poesia "*Sempre Forte*" ao cantar a Fortaleza agradecendo aos portugueses pelo empreendimento, levanta a questão de uma imagem muito declamada e bastante utilizada pelos técnicos do IPHAN, Secretarias e Departamentos de Cultura: a imagem da origem, do fundador. No discurso de origem da Fortaleza, Galúcio, representando o português, o dominador, aparece como construtor. Os negros e índios são mencionados como força de trabalho. "*Ao braço negro se deve em maior parte aquele monumento (...). O índio fugia muito e era difícil apanhá-lo(...)*"<sup>136</sup>.

Observando a poesia "*Sempre Forte: (...) Galúcio lhe arquitetou e construiu (...)*", é possível perceber a relação hierárquica em trabalho pensante e braçal, entre quem ordenou e quem executou. Neste sentido quem construiu a Fortaleza? Os índios e negros num período de dezoito anos de labor ao sol causticante, retirando da região, muito dos materiais construtivos, sob às intempéries da Amazônia, quando o trabalho brutal, na mais dura escravidão, provocava muitas mortes anônimas, ou, os portugueses que idealizaram, ordenaram e administraram o processo construtivo?

Até o início dos anos 90, as publicações sobre a história da Fortaleza mencionavam o "braço" negro a maior contribuição nos trabalhos de sua construção. Hoje, após estudos mais aprofundados com os documentos existentes do Arquivo Público do Pará, as atuais publicações sobre a

---

<sup>136</sup> - Jarbas A. Cavalcanti. Op.Cit. p.50

Fortaleza, fazem referência ao maior contingente indígena na construção do Forte. No entanto, ainda é comum ouvir a versão antiga, disseminada por muitos anos através da escola, da imprensa falada e escrita e através das imagens visuais representando o negro como principal força de trabalho escravo na construção da Fortaleza.

A partir de 64 até o final dos anos 70, a Fortaleza foi esquecida pela imprensa. Falar de arte e de cultura no período, era questão de polícia. Muitos foram presos na Fortaleza porque ousaram discutir sobre arte e cultura amapaense<sup>137</sup>.

O período de maior repressão da ditadura não foi apenas um período de abandono físico mas também de total ignorância da importância da fortaleza como um dos monumentos da História e da representação artística e cultural amapaense, tombado pelo IPHAN.

Com os relatórios dos trabalhos dos arquitetos do IPHAN Dora e Pedro Alcântara, em 78 e 79, a Fortaleza apareceu na mídia local através dos discursos jornalísticos e fotográficos, construídos a partir dos discursos apresentados nos relatórios dos arquitetos do IPHAN. Isto fica claro na fotografia e legenda n.º 15, na pág. 105 fazendo referência à Fortaleza enquanto monumento turístico amapaense.

---

<sup>137</sup> - Episódios já relatados quando falamos das prisões na Fortaleza.



Imagem de 1978 do jornal: Marco Zero o Jornal do Amapá.

### 3.3 - A FESTA DOS 200 ANOS DA FORTALEZA:

*“(...) Acordei nervosa e engalanada. Hoje, é o dia D, dia de São José, 19 de março de 1782. Dia da minha inauguração. Acordei com salvas de tiros e toque de cornetas. Desfiles diversos, diversos folquedos, marabaixo (...) Após duzentos anos, sinto-me ainda uma criança, porém, estou realmente integrada e aceita no patrimônio da cidade (...)”*

Roberto Macedo<sup>138</sup>

<sup>138</sup> - A Fortaleza conta sua história. In: *Marco Zero – Jornal do Amapá* (editor do jornal), Macapá, 1984, p. 2.

Foi uma festa com grande significado para intelectuais e artistas. A comunidade amapaense não vivenciava o processo de reapropriação do patrimônio, e, estando distante da Fortaleza, a apropriação dos militares ainda era bastante significativa no contexto social amapaense. O regime repressivo e o medo do poder militar, ainda eram visíveis no então Território Federal do Amapá. A arte e a cultura eram vistas como subversivas. Apenas os historiadores com os textos permitidos na época, e, os poetas com suas poesias carregadas de lamento pelo abandono forçado e pela necessidade de ser apropriada novamente pela sociedade amapaense falavam sobre/por ela, sem discutir os verdadeiros motivos do abandono.

Foi neste sentido que, em 19 de março de 1982, no bicentenário de aniversário da Fortaleza, publicou-se no jornal Marco Zero – Jornal do Amapá, a poesia do editor Roberto Macedo, sob o título: “*A Fortaleza conta sua história*”<sup>139</sup>, quando ela (o autor fala de suas pretensões sobre o turismo em Macapá, ela (o autor) diz: “(...) *Aguardo o cais do Porto de Santana, onde o pajé, Amapá e Roraima (ENASA) e outros irão aportar, e a Equatur [empresa de turismo recém criada na época], que vai fazer turismo aqui. Célia, tenho passado e, madestia à parte, sou faceira e bela, você não acha*”? No final do discurso, ela (o autor) conclui: “(...) *Venham sempre me visitar. Tragam seus filhos, alunos, amigos e namorados. Eu tenho vida, tenho medo da solidão, do esquecimento, do abandono. Macapá, 19 de março de 1982*”<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> - Republicada em 19 de março de 1984. Roberto Macedo *In: Marco Zero – Jornal do Amapá*, caderno especial, 1984, p.2.

<sup>140</sup> - *Ibid*, p. 2.

Observa-se que nesse período, os discursos pediam a apropriação e pelo reconhecimento da Fortaleza enquanto patrimônio e espaço cultural. Esse processo de reapropriação foi lento, ou seja, ainda está acontecendo.

Desde os anos 80 até a metade dos anos 90, as publicações sobre a Fortaleza eram chamados à população amapaense para o reconhecimento de seu valor como patrimônio histórico e cultural, e, também, para a necessidade de sua reapropriação como espaço social e cultural. A Fortaleza era lembrada em pequenos textos publicados no Jornal do Dia e no Suplemento do Diário Oficial, publicado pela Imprensa do Estado e Departamento de Cultura, por ocasião do aniversário de construção da Fortaleza, onde encontramos referências a seus sentidos enquanto representação da História Nacional, da História da Amazônia e da História e Cultura Amapaense.

A imprensa lembrou a Fortaleza no bicentenário de sua construção através da publicação do Marco Zero - Jornal do Amapá, em parceria com o Departamento de Turismo-DETUR, do então território. Um caderno especial sob o título: *"FORTALEZA DE MACAPÁ 200 ANOS"*<sup>141</sup>, contendo publicações de historiadores, poetas, fotógrafos, entrevistas com administradores culturais, e outros.

O bicentenário da Fortaleza de São José de Macapá também foi assunto de matéria publicada nos jornais do Pará. A Província do Pará publicou uma vasta matéria sobre a Fortaleza mencionando a programação:

---

<sup>141</sup> - Esse jornal publicado no bicentenário da Fortaleza foi novamente editado no aniversário do ano de 1984.

*“Os festejos terão início às 06:00 horas, com uma salva de tiros dos canhões da Fortaleza. O hasteamento da Bandeira Nacional, com o acompanhamento da Banda da Polícia Militar, uma apresentação do Coral “Vozes do Amapá, a abertura de uma Exposição de Artes Plásticas e um coquetel comemorativo completam a programação da manhã. A tarde, autoridades e público se concentrarão no pátio interno da Fortaleza para a procissão em homenagem a São José, padroeiro da cidade. A procissão se deslocará até a Catedral de São José, onde será rezada uma Missa em ação de Graças pelo Dia do padroeiro. Às 21:00 horas, um espetáculo pirotécnico encerrará a programação do dia 19”<sup>142</sup>.*

Em 92, a Imprensa Oficial e o Departamento de Cultura publicaram: *“FORTALEZA DE SÃO JOSÉ: Patrimônio Cultural Nacional – 210 anos”<sup>143</sup>*. Em 93, novamente no aniversário da Fortaleza, saiu o artigo: *“FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ - PALCO DA HISTÓRIA E RESISTÊNCIA – ESPAÇO CULTURAL DE SEU POVO”<sup>144</sup>*, em publicação conjunta da Imprensa Oficial e

---

<sup>142</sup> - Macapá festeja 200 anos da Fortaleza. *In: A Província do Pará, 19 de março de 1982*, Recortes de jornais /Arquivo do IPHAN, 2ª. Superintendência Nacional, Ministério da Cultura.

<sup>143</sup> - Publicado no TIPITI – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado do Amapá, março de 1992, ano I, n.º 09.

<sup>144</sup> - Claudete Nascimento Machado, *In: TIPITI – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado do Amapá*, 18 de março de 1993, ano II, n.º 17.

Departamento de Cultura. Nos anos seguintes, a Fortaleza continuou sendo lembrada na ocasião do aniversário de construção, através de publicações do Jornal do Dia.

Na segunda metade dos anos 90, a Fortaleza era reconhecida pela população como patrimônio histórico e cultural amapaense, pois o trabalho contínuo de muitos anos da imprensa e intelectuais, começou a aparecer. Nesse período, foi visível a apropriação da Fortaleza como patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, da Amazônia e amapaense, principalmente. Consolidara-se, a Fortaleza enquanto bem de aproveitamento turístico. Foi quando a comunidade amapaense, mesmo sem levar em consideração o abandono do monumento pelas autoridades constituídas, tomou a Fortaleza enquanto patrimônio herdado através da história dos antepassados.

A partir daí, no discurso sobre a Fortaleza, a *“apropriação é entendida como uma resposta necessária a fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade”*<sup>145</sup>, assim como, fazia sentido os discursos do SPHAN dos anos 80, através de Aloísio Magalhães: *“o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono (as comunidades locais)”*<sup>146</sup>.

A população amapaense, desde 95, começou se reapropriar do

---

<sup>145</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, editora UFRJ/ MinC – IPHAN, ad. p. 24.

<sup>146</sup> - Ibid, p.63.

Monumento através de programações religiosas, culturais e educacionais. Contudo, começou intensificar-se em março de 1998, quando foi concluída a primeira etapa do projeto de recuperação e revitalização da Fortaleza, criada após ter sido resolvida a questão judicial entre o governo do estado do Amapá e o Ministério Público.

### **3.4 - O OLHAR DO PODER PÚBLICO: Retomada a posse da sociedade civil:**

*“O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social”<sup>147</sup>.*

Sob a acusação de abandono e descaso administrativo, e, também, levando-se em consideração que o citado Termo de Entrega estava sem validade,

---

<sup>147</sup> - Bethania Mariani. Discurso e Instituição: A Imprensa, RUA, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI, Campinas-SP, n.º 5, março, 1999, p. 51.

a Fortaleza de São José de Macapá, por ordem do Ministério Público, foi fechada à visitação pública, para a realização de todas as obras de restauração. O projeto de restauração e revitalização da Fortaleza estava sendo anunciado, em todos os meios de comunicação e programas de governo. O fechamento ao público durou pouco, devido a repercussão negativa que o fato causou entre a comunidade artística, estudantil e intelectual amapaense. O Ministério Público, de forma intencional, provocou um sentimento de revolta na sociedade amapaense, aguçando o sentimento nacionalista e regionalista, e, apontando para a necessidade de apropriação do forte pela comunidade amapaense, além de fazer emergir algumas discussões sobre problemas até então pouco evidentes.

A questão central foi a responsabilidade de administração da Fortaleza. A quem caberia? Durante o regime militar, no governo Arthur Henning, a União repassou a administração da Fortaleza ao governo do então território através da assinatura de um termo que previa o prazo de dois anos para que a União se manifestasse quanto à permanência ou não desse termo de entrega. No entanto, esse termo caiu no esquecimento e o governo federal não se manifestou. A Fortaleza permaneceu sob os cuidados empíricos da administração local, assim, a Banda de Música da Polícia Militar e também, a construção do Círculo Militar<sup>148</sup>, continuaram mesmo após a mudança do regime militar, alojando-se na Fortaleza, cuja edificação realizara-se à revelia das leis de

---

<sup>148</sup> - A construção vinha sendo questionada pelo IPHAN desde o final do regime militar, com o resultado dos estudos iconográficos e de prospecção arqueológica apresentados no relatório de Dora e Pedro Alcântara, onde relatavam que o referido círculo fora edificado sobre a área de construção das Baterias Baixas da Fortaleza.

tombamento.

A liminar do Ministério Público começou a ser alvo de críticas: “(...)

*Agora a justiça concede uma liminar em ação do Ministério Público Federal determinando o fechamento da Fortaleza até que o governo inicie obras de recuperação. Mas existe outra ação pedindo a retirada da sede do local onde se encontra [falava-se do círculo militar]. E o Círculo Militar continua lá”<sup>149</sup>.*

### **3.5 – A FORTALEZA E OS MILITARES: O mito e a Ditadura:**

*“Poderíamos dizer, assim, que a busca da modernidade, mesmo sem levar em conta a destruição dos bens culturais, poderia bem ser interpretada como um tipo de luta não apenas por melhores condições de vida., mas contra a própria lembrança do sofrimento secular dos subalternos”.*

Pedro Paulo Abreu Funari<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> - Jornal Marco Zero, Macapá- AP, 23 de agosto de 1996.

<sup>150</sup> - Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 41. 1-2, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 2001, p. 27

No dia 12 de agosto de 1996 a Procuradoria Geral da República no Estado do Amapá, através do procurador João Bosco Fontes júnior, entrou com uma ação judicial solicitando o fechamento da Fortaleza até que o Governo do Estado executasse as obras de restauração do forte. A liminar foi deferida pelo juiz federal Marcus Vinícius Reis Barros.

Com a decisão judicial, o monumento foi fechado para visitação pública e retirada também, toda a gerência administrativa que o estado possuía na Fortaleza. A partir daí a Associação dos Amigos da Fortaleza começa mobilizar a comunidade amapaense em atos simbólicos de “*abraço à Fortaleza*” como forma de protesto contra o fechamento. Surgiram muitas discussões sobre a interdição da Fortaleza, no entanto, a disputa entre o poder político do estado através do executivo e o poder jurídico pelo Ministério Público e Justiça Federal, em nenhum momento a restauração é discutida na comunidade amapaense, apesar de ser o motivo da impetração da liminar.

Discutindo a interdição da Fortaleza à visitação pública, o jornal Marco Zero apresentava como problema, a seguinte questão: “*A construção da sede do Círculo militar na área de entorno da Fortaleza de São José, foi feita ao arpejo da lei, no tempo em que os militares faziam o que bem queriam, e prendiam os que falavam qualquer coisa em contrário. Os tempos mudaram, os militares voltaram às suas funções constitucionais, mas o Círculo Militar continua lá (...)*”<sup>151</sup>.

---

<sup>151</sup> - Jornal Marco Zero, Macapá - AP, 23 de agosto de 1996.

O poder jurídico como instrumento do estado moderno, utilizando leis para reorganizar o social, foi sempre invocado para sustentar a racionalidade (razão) do discurso da autoridade: "(...) *A construção da sede do Círculo Militar na área de entorno da Fortaleza de São José, foi feita ao arrepio da lei (...).*"

A lei a que se refere o artigo organizou e instituiu o patrimônio histórico e artístico nacional<sup>152</sup>.

O governo do estado representando os órgãos de cultura, além da imprensa do estado, levando em consideração as recomendações do IPHAN, associaram a restauração à necessidade da retirada dos militares da área da Fortaleza. A manchete no Diário do Amapá, no caderno de cultura diz o seguinte: "*Governo não restaura Fortaleza enquanto Círculo se mantiver*" (...) "*Fortaleza não será restaurada com Círculo em sua área*"<sup>153</sup>. Os militares representam o obstáculo ao processo de restauração e revitalização do monumento.

Há também um deslocamento do discurso, para a questão do vencimento do convênio com o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Somente nesse momento, o vencimento do convênio com o Patrimônio Histórico, há cinco anos atrás, ganhou sentido, como podemos observar no jornal Diário Marco Zero: "*O governador lembrou que o convênio com o Patrimônio Histórico venceu há cinco anos e que não houve a preocupação de renová-lo*"<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> - Trata-se do artigo 17 e 18 do Decreto Lei n.º 25 de novembro de 1937 apresentada no anexo II e o artigo n.º 166 do Código Penal Brasileiro que estabelece: "estabelece detenção ou multa para os responsáveis em alterar ou modificar aspectos de locais especialmente protegidos *por lei*".

<sup>153</sup> - Diário do Amapá, Caderno de Cultura, Macapá – AP, Terça feira, 27 de agosto de 1996.

<sup>154</sup> - Diário Marco Zero, Macapá/Santana, 23 de agosto de 1996.

Ao Analisar este artigo, é possível criar paráfrases e perceber outros sentidos: *“A construção da sede do Círculo Militar na área de entorno da Fortaleza de São José, foi feita ao arrepio da lei, no tempo em que os militares faziam o que bem queriam, e prendiam os que falavam qualquer coisa em contrário. Os tempos mudaram [hoje], os militares voltam às suas funções constitucionais, mas o Círculo Militar continua lá”*. Ou seja:

- 1- (...) *Antes fazia sentido a permanência dos militares na Fortaleza.*
- 2- (...) *Hoje, não faz mais sentido os militares continuarem no forte.*
3. (...) *Os tempos mudaram, os militares não mandam mais no patrimônio cultural brasileiro.*
4. (...) *Os tempos não mudaram, pois militares continuam na Fortaleza.*
5. (...) *Os militares se apropriaram da Fortaleza indevidamente, mas, os tempos mudaram, os militares não mandam mais no patrimônio cultural brasileiro, portanto, devem sair da Fortaleza.*

A presença dos militares na Fortaleza é um incômodo e faz mais sentido do que a própria restauração do forte, como podemos observar no artigo seguinte: “(...)Na opinião do governo, **SE** uma restauração deve ser iniciada, uma das primeiras medidas é a **imediate** retirada do complexo [o Círculo militar] **que descaracteriza o monumento histórico**”<sup>155</sup>. O discurso apresenta dúvida quanto à necessidade de restauração, mas é enfático quanto a retirada imediata do círculo militar da área da Fortaleza. Porquê o incômodo? Quando se fala de restauração, qual o sentido de restauração? Restaurar o quê? Restaurar para quê? E para quem? Quem define o que deve ser restaurado? Que característica tem um monumento histórico?

### **3.6 - O OLHAR ENTRE O BEM E O MAL:**

Os discursos da e através da imprensa, não dizem o que é um monumento histórico nem as características tem um monumento histórico, mas, salientam a descaracterização do monumento. Neste sentido, podemos observar o discurso de origem de forma consensual. Não se discute as característica de um monumento histórico, deslocando para o discurso da descaracterização:

---

<sup>155</sup> - Diário do Amapá, Caderno de Cultura, Macapá, 27 de agosto de 1996.

*“(...) Enquanto os militares batem o pé, o caso continua nas raias da justiça. E a Associação de Amigos da Fortaleza de São José está se empenhando para entrar com uma ação cível pública para ter o forte livre daquele **corpo estranho ao monumento**”<sup>156</sup>. E no diário do dia 18 de setembro: “(...) Segundo o Presidente Claudiomar Silva, **o círculo militar agride e descaracteriza o patrimônio histórico**”<sup>157</sup>. Fazendo analogia entre esses discursos e o já referido jornal Diário do Amapá, de 27 de agosto de 96: “**O Círculo Militar, construído na década de 70, por ocasião da ditadura militar, acabou tomando parte da área da Fortaleza. Na opinião do governo, se uma restauração deve ser iniciada, uma das primeiras medidas é a imediata retirada do complexo que descaracteriza o monumento histórico**”.*

Há dúvida quanto a necessidade de restauração do monumento, mas não há dúvida quanto a descaracterização.

Há também, uma idéia maniqueísta e de tempo passado e presente. Nesse sentido, selecionamos algumas paráfrases dos discursos, para perceber os dizeres não visíveis:

---

<sup>156</sup> - Diário Marco Zero, Macapá/Santana, 17 de setembro de 1996.

<sup>157</sup> - Diário Marco Zero, Macapá/Santana, 18 de setembro de 1996, ano I, n.º 73

1. (...) Por ocasião da ditadura militar, os militares se apropriaram da Fortaleza descaracterizando monumento histórico (no passado).
2. (...) O complexo do círculo militar já faz parte da Fortaleza (no presente).
3. (...) **Mas**, os tempos mudaram [hoje], o Círculo e os militares são estranhos à Fortaleza, portanto, precisam sair para que ela volte a ter características de monumento histórico (como no passado remoto).
4. (...) Retirando o círculo e os militares da área da Fortaleza, ela volta as suas origens com características de um monumento histórico.
5. (...) O círculo e os militares fazem mal à Fortaleza (hoje).

Na programação que comemorou os 210 anos de aniversário da Fortaleza, em 19 de março de 1992, encontra-se: “(...) *É motivo de emoção e entusiasmo pisar onde soldados e homens deram prova de bravura e dignidade* (...)”<sup>158</sup>.

Na relação maniqueísta, o mal é representado pelas ações militares do período da ditadura militar e o bem está associado às origens, a um período

---

<sup>158</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. 210 anos, 19 de março de 1992, Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Assuntos Culturais, Fortaleza de São José de Macapá.

fundante. Os militares representados pelos soldados do período colonial aparecem enquanto homens dignos. O termo bravura é utilizado em forma de elogio aos soldados dos tempos mais remotos, do período da construção, representado como marco histórico. Neste momento, no discurso da programação, as ações militares representam o bem e os militares venerados. Ou seja, os soldados do passado mitificado são sacralizados.

A representação da origem está significada na lembrança de um tempo áureo, que precisa ser guardado numa vitrine intocável da memória e, principalmente, na busca de uma caracterização fundamentada no tempo de construção da Fortaleza de São José de Macapá, período em que, o sentido militar não tem a mesma representação de hoje. Os militares contemporâneos relacionam-se com a ditadura militar, a um período do mal, a ser esquecido e expulso da memória e das representações.

Assim, a saída dos militares e do círculo militar da Fortaleza, só foi possível pela falta de sentido da permanência destes no recinto do forte.

Em outras épocas históricas, de acordo com o contexto, as ações do IPHAN foram totalmente diferentes. Em 1946, *“(...) foi solicitado ao Instituto de Patrimônio Histórico, permissão para ser feito o aquartelamento da Guarda Territorial na própria Fortaleza. Concedida tal permissão, em julho de 1946, foi dado início à instalação dos elementos que então compunham o Grupo de Guardas”*<sup>159</sup>.

---

<sup>159</sup> - Rui Gama do Nascimento. *Histórico da Fortaleza de São José de Macapá*, Imprensa Oficial, Território Federal do Amapá, 1953, p. 13-14.

Eunice Durham discursando sobre o patrimônio cultural afirma:

*“Devemos conceber o patrimônio cultural como cristalizações de um “trabalho morto” que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo “trabalho cultural”, através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais rica serão as possibilidades de sua utilização futura. Desse modo, podemos conceber que haja certos bens privilegiados, em virtude dos significados que acumulam durante sua história, que merecem um esforço especial no sentido de preservá-los e colocá-los à disposição da população para usos futuros”<sup>160</sup>.*

---

<sup>160</sup> - Eunice Ribeiro Durham. *In: Antonio Augusto Arantes. Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*, São Paulo, editora Brasiliense, 1984, pp. 30-31.

### 3.7 - FORTALEZA – MONUMENTO E HISTÓRIA:

Na carta de Veneza de maio de 1964 – Carta Internacional Sobre Conservação e Restauração de Monumentos Históricos, no seu art. 7.º diz: “o monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa”<sup>161</sup>. O artigo se refere ao deslocamento do monumento enquanto peça museal. Neste discurso o sentido de história é contemporâneo, e não *factual*. Podemos observar também, a relação inseparável entre história e monumento, o testemunho enquanto algo “vivo” e presente em todos os momentos históricos. E, quando se fala do meio em que se situa, pensasse no lugar onde o patrimônio está inserido, o seu espaço social.

Como este lugar e objeto estão situados num tempo histórico, cabe perguntar: - Que sentido de história está posto nos jornais, nas entrevistas, poesias e demais impressos sobre a Fortaleza de São José de Macapá? O convite do aniversário de 210 anos da Fortaleza também diz:

*“Percorrer um monumento suntuoso como é a Fortaleza de São José de Macapá, é razão de perplexão, diante de tão grande marco histórico. (...)210 anos de existência, uma História que precisa ser conhecida, um monumento que precisa ser valorizado no seu verdadeiro significado histórico e cultural”*<sup>162</sup>

<sup>161</sup> - <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/veneza> .

<sup>162</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. 211 anos. Op. Cit.

Por quê a importância dessa história? Por que a história do monumento precisa ser conhecida e ele ser valorizado? Que significado histórico e cultural está posto quando o discurso enfatiza: “(...) *um monumento que precisa ser valorizado no seu verdadeiro significado histórico e cultural*”.

No palco da memória coletiva expressando o drama do medo da perda de uma identidade cultural em ruínas, mas que ainda pode ser salva, encontramos uma história, uma história de um significado, e, enquanto signifiicante, atravessada num discurso de patrimônio, de história e de cultura. Uma história recorte, fazendo do monumento um marco, uma síntese da história de todos os homens e mulheres amapaenses. Uma história carregando todos esses sentidos e também, romantismo. É a história trazendo as lembranças nostálgicas dos tempos passados, com sabor do romantismo patriótico carregado de exaltação, de reconhecimento de um tempo vitorioso, de guerras territoriais e de heroísmo.

Desde 1937, com a criação do atual IPHAN, os sentidos de “*perda*”, “*destruição*”, “*resgate*”, “*salv guarda*”, “*defesa*”, “*restauração*”, “*proteção*”, “*evitar um desastre irreparável ao Patrimônio Histórico Artístico e Cultural*”, “*evitar que seja alterado, desfigurado, modificado, descaracterizado*”, tornaram-se corriqueiros nos discursos sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro.

Nos discursos da/e sobre a Fortaleza, além de carregar os sentidos de destruição, de medo do desaparecimento e portanto, a luta contra a morte, nos materiais (discursos) apresentados sobre a Fortaleza, há também, um sentido de história fundante sendo significada pelo medo da descaracterização. A história é lida enquanto origem, e como tal, se situa a partir da chegada dos portugueses, como podemos observar no trecho da poesia *“Sempre Forte: (...) Gallucio lhe arquitetou e construiu. Seu heroísmo marca o início de nossa história e da formação cultural de nosso povo (...)”*<sup>163</sup>. Com esta história fundadora, se construiu a história da Fortaleza e sua relação com a cidade de Macapá. O sentido de história fundadora, aparece nos discursos do IPHAN desde 1937, quando o patrimônio histórico e artístico nacional estava associado aos monumentos e ao passado que se fazia presente através da arquitetura. Nesse período, os monumentos históricos e religiosos são a mais alta representação do patrimônio nacional e portanto, da História e da cultura brasileira, com narrativa relacionada ao sentido evolucionista.

*De sua criação até 1970, o IPHAN olha os monumentos como representações visuais identificadas com um civilização e com a história de seu povo. “Não há cidade culta a cujo panorama faltem as características dos monumentos do seu passado. Estes é que lhe compõem a fisionomia e contribuem para o seu prestígio”*<sup>164</sup>.

---

<sup>163</sup> - Fernando canto. Sempre Forte, In: *Marco Zero Jornal do Amapá, caderno especial*, Macapá, 1984, p.1.

<sup>164</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. Op.Cit. p. 65.

A identificação dos monumentos do passado enquanto marco histórico, pode ser observada nos discurso da administração da Fortaleza em 1992: *“Percorrer um monumento suntuoso como é a Fortaleza de São José de Macapá, é razão de perplexão diante de tão grande marco histórico”*<sup>165</sup>.

### **3.8 - UM OUTRO OLHAR: A Fortaleza Como Espaço de Lazer Urbano e Monumento Turístico:**

*“O que parece marcar a literatura etnográfica no século XX (e não só a literatura etnográfica) é a busca de uma autenticidade ao mesmo tempo existencial, estética, epistemológica. Segundo a proposição expressa pelo verso de Baudelaire “(...) qualquer lugar fora daqui (...)”, artistas escritores, e etnográficos vão buscar, fora dos limites da civilização ocidental (ou em outras margens), formas de vida que representem uma alternativa crítica á “inautenticidade” da moderna civilização urbana, industrial do ocidente (Clifford, 1998)”*

José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> - Fortaleza de São José de Macapá. 210 anos, 19 de março de 1992. Op. Cit.

<sup>166</sup> - Ibid, Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. In: *Caderno de Antropologia e Imagem*, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS e do Núcleo de antropologia e Imagem NAI. UERJ, 1995, Acervo de Imagens, nº 8, pp. 29-30.

Em 1997, começou a retirada dos militares e a demolição da área do círculo militar na Fortaleza, dando início ao projeto de Restauração e Revitalização, através da FUNDECAP, da Divisão da Fortaleza de São José de Macapá e instituições ligadas à cultura, ao Ministério da Cultura - MINC, através do Fundo Nacional de Cultura – FNC e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Segundo os técnicos da Fortaleza, a restauração possibilitou *“resgatar o acesso original do monumento através das pontes que ligam a Esplanada ao Revelim, e este, ao núcleo da praça fortificada.”*<sup>167</sup>

Foram restaurados também, *“oito prédios internos, que receberam iluminação e equipamentos para suas novas utilizações como auditório, galerias de artes, salas de exposições, lanchonetes e bibliotecas”*<sup>168</sup>.

Atualmente, o projeto de Restauração e Revitalização esta na fase de reabilitação da área de entorno, através do projeto de urbanização e paisagismo da áreas de proteção do monumento, de acordo com o *“Programa de reabilitação Urbana de Sítios Históricos – URBIS”*<sup>169</sup>. O projeto possibilitará novos usos, novos sentidos, novos olhares. Nesta etapa, serão recuperadas as partes externas, ou seja, a área *“extra-muralha, como as ruínas do redente e estrada coberta, os fossos, a esplanada e outros elementos desaparecidos”*<sup>170</sup>. O projeto

---

<sup>167</sup> - (Folder). 219 anos. Fortaleza de São José de Macapá, Governo do Estado do Amapá. Fundação Estadual de Cultura do Amapá, Departamento Cultural e Histórico, Fortaleza de São José de Macapá.

<sup>168</sup> - Ibid.

<sup>169</sup> - <http://www.iphan.gov/proprog/urbis.htm>, 04/10/2001, p. 1 de 4,

<sup>170</sup> - Ibid, (Folder). 219 anos. Fortaleza de São José de Macapá.

de urbanização e paisagismo da área de entorno prevê *“espaços para contemplação e lazer, ciclovia, pista de cooper, dois núcleos de conforto público, com box de segurança, informações turísticas e banheiros, além de áreas ajardinadas, estacionamento e parques infantil”*<sup>171</sup>. Esse sentido de reapropriação dos bens culturais significando *“devolução desses bens aos seus autênticos proprietários: as comunidades locais”*<sup>172</sup> é um legado das narrativas/ações do IPHAN desde 1979 e principalmente, dos anos 80.

Não somente na área de entorno, mas, em todo o processo de restauração do forte, foram realizados vários trabalhos de prospecção, escavação arqueológica e estudos históricos visando as ações técnicas e a elaboração de documentos destacando sempre o discurso da “originalidade” e da preocupação com a “descaracterização”:

*“Consideramos que é de fundamental importância que os elementos externos sejam sempre lembrados como parte integrantes do monumento a fim de que não cometamos o erro de descaracterizá-lo”*<sup>173</sup>.

*“(…) a nova dinâmica do projeto prevê a retirada de vários prédios construídos na área de entorno da Fortaleza (...) [as] abóbadas das casamatas e ruínas do revelim da Fortaleza necessitam de diagnóstico e soluções específicas,*

---

<sup>171</sup> - Ibid.

<sup>172</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves, A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, editora UFRJ/ Min.C/ IPHAN, ad, p. 80.

<sup>173</sup> - Giovana Costa de Oliveira e Vanessa Araújo Bralde. A Restauração da Fortaleza de São José de Macapá. In: Relise sobre a Fortaleza de São José de Macapá, arquivo da Fortaleza.

*para que todo o reparo técnico não fuja do projeto original da Fortaleza de São José*<sup>174</sup>.

*“O processo de revitalização do monumento foi pautado em criteriosas normas restaurativas e suas características foram valorizadas através do respeito às técnicas construtivas originais e de utilização de recursos modernos para adequação dos prédios às novas funções propostas”*<sup>175</sup>.

Henri-Pierre Jeudy sobre os paradoxos da autenticidade nos indaga: *“Quais são os limites da desfiguração de um edifício?”*<sup>176</sup>. Os limites da desfiguração nos levam a raiz da questão da originalidade e da descaracterização. Em nome de uma realidade construída e apropriada para o momento, se constróem as políticas preservacionistas. Ainda sobre os paradoxos da autenticidade, Jeudy lembra: *“A quem já não aconteceu de não mais reconhecer uma pequena cidade ou um bairro de uma grande cidade? As operações de limpeza urbana produzem efeitos de desestruturação que uma memória individual logo não percebe. Ora, a desfiguração é apenas uma outra*

---

<sup>174</sup> - Discurso de Elizabeth Melo, coordenadora regional do IPHAN ao Jornal do Dia, 28 de agosto de 1977, arquivo do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico nacional, 2<sup>a</sup> Coordenação Regional, p. 5 A

<sup>175</sup> - 219 anos. Fortaleza de São José de Macapá, folder, governo do Estado do Amapá.

<sup>176</sup> - Henri-Pierre Jeudy. *Memórias do Social*; tradução: Márcia Cavalcanti, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1970, p. 53.

*configuração. Esta última pode tornar-se incômoda em nome da história de uma cidade*<sup>177</sup>

O discurso da originalidade está significado pelo sentido de relatividade ou de origem, conferindo originalidade, começo, primeira manifestação.

O sentido de princípio está posto, mas, de que origem falam os discursos sobre a Fortaleza de São José de Macapá? Dissemos anteriormente que o tombamento da Fortaleza deu origem a fortaleza dos sentidos.

Foi a institucionalização do patrimônio histórico e cultural num processo histórico, portanto, que origem se pretende guardar na memória?

Outro discurso muito utilizado pelos técnicos e conseqüentemente pela comunidade amapaense é o discurso da descaracterização. Descaracterizar no sentido semântico significa fazer perder as características. Ora, característica significa a particularidade de uma pessoa ou de uma coisa. Qual particularidade ou característica tem uma fortaleza que não é mais militar e muito menos administrada pela Coroa Portuguesa? não guarda a entrada da cidade e nem da Amazônia através da foz do rio Amazonas?

É uma fortaleza cujo processo histórico se configurou através dos mitos da monumentalidade histórica atravessando dois séculos de resignificações e construções de símbolos.

---

<sup>177</sup> - Ibid, pp. 53-54.

Assumindo-se hoje, no projeto de restauração e revitalização, enquanto, “(...) *utilização de recursos modernos para adequação dos prédios às novas funções propostas*”<sup>178</sup>.

No projeto de reabilitação urbana, serão criados para melhor atender ao lazer e turismo, novos elementos constitutivos, onde, nova e antiga estrutura estarão sendo utilizadas para garantir melhor aproveitamento socio-econômico e cultural: novos usos, melhor visibilidade, apropriação, conservação e aproveitamento turístico.

A idéia de autenticidade está relacionada a uma representação alegórica dos discursos nacionalistas, criados pelos intelectuais do pensamento modernista no Brasil, e, reproduzidos pelo IPHAN desde a criação do instituto na direção de Rodrigo, seguindo com as representações de Aloísio até aos discursos atuais reformulados com marcas de vários períodos históricos.

Os discursos da autenticidade aparecem como representação alegórica na busca de unidade, pelo medo da fragmentação, da destruição, da ruína, da morte. A busca de uma autenticidade significa a busca de uma identidade nacional brasileira, a partir do medo da perda dos sentidos nacionalistas já consolidados, num tempo em que *“tudo o que é sólido se desmancha no ar”*<sup>179</sup>.

No projeto de urbanização e paisagismo da Fortaleza de São José

---

<sup>178</sup> - 219 anos. Fortaleza de São José de Macapá. Folder, Governo do estado do Amapá. Fundação Estadual de Cultura do Amapá, Fortaleza de São José de Macapá.

<sup>179</sup> - Marshall Berman. Tudo que é sólido desmancha no ar: aventura da modernidade, São Paulo, Companhia das letras, 1995.

de Macapá, *“os vestígios arquitetônicos pertencentes ao conjunto arquitetônico encontrados no local também receberão tratamento adequado, integrando o projeto de entorno do forte. Os aspectos arquitetônicos e decorativos da fortificação serão valorizados com a iluminação geral, destacando-a na paisagem urbana e resgatando a real dimensão histórica e arquitetônica”*<sup>180</sup>.

Todos esses procedimentos, não fogem as regras preservacionistas dos demais monumentos e sítios históricos instituídos pelo IPHAN, pois todos seguem as normas internacionais de conservação e recuperação.

Procurando somar divergências nas idéias e nas ações pragmáticas de recuperação, reconstituição e reabilitação dos edifícios culturais e, também, conscientes da necessidade de criar normas mundiais sobre os procedimentos preservacionistas, reuniu-se na cidade de Veneza em maio de 1964, o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos para discutir a conservação do patrimônio monumental e ambiental do mundo, dando origem a conhecida Carta de Veneza, utilizada como recomendações às ações de restauração e preservação dos monumentos.

Além das recomendações da Carta de Veneza e demais Congressos Internacionais sobre Bens Patrimoniais, Conservação e Restauração, seguem-se também, os “critérios políticos de interesses ligados a cada região ou nação [como por exemplo, os ideais do IPHAN], e respectivas classes dominantes, as quais nem sempre confessam suas verdadeiras intenções práticas,

---

<sup>180</sup> - Fortaleza de São José de Macapá, 219 anos: Símbolo da memória histórico cultural do povo amapaense. Governo do Estado do Amapá. Fundação Estadual de Cultura do Amapá. Departamento Cultural e Histórico – Fortaleza de São José de Macapá.

principalmente nos *momentos de definições de verbas a serem alocadas tendo em vista a preservação de monumentos, de modo especial os conjuntos urbanos*<sup>181</sup>.

Jeudy fez intervenções dignas de considerações sobre a busca das origens nos programas de reabilitação dos lugares representativos para a história e a cultura de uma povo dizendo o seguinte:

“(...)Todo um local de produção abandonado pode ser objeto de uma reconstituição organizada, sem que haja uma preocupação dominante com uma configuração fiel, mas buscando criar um espaço vivo com uma paisagem característica onde as pessoas que assim o desejarem poderão viver ou reviver experiências. Esse espaço de produção industrial é então repensado em seu conjunto, mas se a memória do lugar não foi esquecida, não se torna uma referência obsessiva. No entanto, um tal espaço reconstituído e transformado na sua arquitetônica desempenha também o papel de uma forma originária. Ele se impõe como modelo de recriação espacial e existencial já que os modos de vida, os modos de produção que são então vividos, são eles próprios objetos de uma reabilitação”<sup>182</sup>.

---

<sup>181</sup> - Carlos A. C. Lemos. *O Que é Patrimônio Histórico*, 5ª edição, editora Brasiliense, São Paulo, 1987, p.84.

<sup>182</sup> - Henri – Pierre Jeudy. Op. Cit. P. 50.



## **IV Capítulo - A FORTALEZA AOS OLHARES DOS ARTISTAS E INTELLECTUAIS AMAPAENSES:**

*“A imagem torna-se mais que real;  
a natureza é reduzida à aparência da aparência.  
O objeto representado passa a ser um mero  
pretexto que procuramos esquecer (...) Só é real  
aquilo que for traduzido em imagens”.*

Anais do Museu paulista. Nova Série, n.º 1-1993.

### **4.1- IMAGENS DA FORTALEZA NA LITERATURA E NA MÚSICA AMAPAENSE:**

Na literatura, a Fortaleza é cantada em versos, prosas, e também em letras de música de artistas amapaense. No bicentenário de aniversário da Fortaleza, Fernando Canto publicou a poesia:

**“SEMPRE FORTE”**

*“Dezenove de março: dois séculos de história rondam  
a Fortaleza de São José de Macapá.*

*Durante todo esse tempo ela permanece imutável, inexorável às intempéries do sol causticante é das procelas toscas. O silêncio testemunha a vigilância constante através dos seus baluartes. Orgulho nacional, a maior, a mais bela, imponente e sólida fortaleza deste país, entre os dezoitos fortes amazônicos quase eternos do Rio-Mar.*

*O limo impregnado em suas pedras não fala e nem lembra à esperança que há de além-porvir do seu interior, mas o mesmo granito sobreposto aos outros recorda o sangue do braço escravo e índio que lhe construiu por dezoito anos, sob a orientação da inteligência do luso conquistador. Dezoito anos rebatendo a custo à malária e a febre amarela, à varíola e doenças tropicais. Anos sem fim no constante destruir de pedra e da argamassa, pois urgia proteger a nossa terra pela entrada estratégica da foz do Amazonas.*

*O capim cresceu e floriu no interior dessa Fortaleza antiga do silêncio, agora patrimônio inesquecível, símbolo da cidade que leva o nome de seu padroeiro. Um capim soluçante que às tardes amenas, despede-se do sol na esperança de sua volta.*

*Bem sei que ela continua forte e os fantasmas não mais a habitam, voláteis, pelas celas abobadais, fustigadas eternamente por um ou outro resto de sangue prisioneiro.*

*Sob a égide da Cruz de malta ainda se pode sentir à proteção de Deus nesta terra, durante anos esquecida pelos homens. O Amapá floresceu à sombra de sua inócua, mas respeitável e sóbria idoneidade.*

*Sei também que ela continua forte, sempre forte e acalenta a fúria do Amazonas nas tardes em que as núves choram de saudade, mesmo a revelia do mau tempo, que lhe provoca tenras rachaduras.*

*Galúcio lhe arquitetou e construiu. Seu heroísmo marca o início de nossa história e da formação cultural de nosso povo. Nas suas entranhas os corpos dos heróis permanecem, imóveis no pó, na matéria. Porém no éter, receberão eles a gratidão de um povo que sabe venerar todos aqueles que contribuíram para a nossa independência.*

*O Amapá te saúda, Fortaleza de São José; Fortaleza sentinela, guardiã de nosso patrimônio. São José, São Pedro, Madre de Deus, e Nossa Senhora da Conceição, baluartes vigilantes, com o Revelim, formam uma estrela. Estrela que brilharam nos teus duzentos anos, de inauguração.*

*O fogo simbolizará o ardor da gratidão. Tu serás palco da cultura e da arte. Nós amapaenses queremos preservar-te. Queremos tua muralha visível e forte, tua história perene e sólida ao sabor do tempo e da vida*<sup>182</sup>.

Os versos são representações da Fortaleza pelo olhar do poeta, vendo na grandiosidade, monumentalidade, singularidade estilística e histórica, motivo de orgulho e entusiasmo, cantando em versos, imagens e musicalidade.

Outra poesia muito conhecida sobre a Fortaleza foi publicada em 1889, de autoria do Dr. Alexandre Vaz Tavares<sup>183</sup>, denominada “MACAPÁ”. Seus versos apresentamos a seguir:

*"Por atalaia gigante  
ou em sinal de defesa,  
do granito mais possante  
levanta uma fortaleza  
negras muralhas ao sul".*  
*"Outrora adornadas de aço,  
faziam troar o espaço  
dos canhões seus com o fracasso,  
no vasto horizonte azul".*

---

<sup>182</sup> - Fernando Canto. Sempre Forte, *In: Marco Zero Jornal do Amapá*, Macapá, 1984, p. 01.

*Outrora, quando ascendia  
sobre aquela grimpa ingente,  
entre os sons da artilharia  
o pendão aurifulgente,  
o auriverde pavilhão:  
trajava a cidade inteira  
alva roupagem faceira  
pela data brasileira  
ou festa de devoção".*

*"Então, que alegre não era  
ver-se o lêdo rodopio,  
em manhã de primavera  
ou nas tardinhas de estio,  
de um povo em festa a folgar:  
moças com laços de cores,  
raparigas com mil flores,  
rapazes buscando amores  
tudo era rir e brincar".<sup>184</sup>*

---

<sup>183</sup> - Alexandre Vaz Tavares nasceu em agosto de 1858 em Macapá. Estudou e fez carreira pública na capital de Belém do Pará, e, no ano de 1922 chega à Macapá como prefeito nomeado. *In: TIPITI, publicação cultural da imprensa oficial*, 18.03.93, ano II, n.º 17, p. 06.

<sup>184</sup> - **"Macapá - poesia de Vaz Tavares"** *In: MZ - Jornal do Amapá*, Macapá, 1984, p. 17.

Através da poesia de Alexandre Vaz Tavares, podemos perceber a significação da Fortaleza em datas anteriores a 1889, num passado, em que, na lembrança do autor, século XIX, a comunidade amapaense utiliza-se da Fortaleza como espaço de lazer e nas comemorações de datas cívicas e religiosas.

#### **4.2- IMAGENS DA FORTALEZA NAS ARTES PLÁSTICAS:**

A representação da Fortaleza nas artes plásticas está no acervo pictórico de vários pintores amapaenses e também no acervo dos artistas fotográficos.

Raimundo Braga de Almeida – R. Peixe é o pintor amapaense mais conhecido, e, com o maior número de acervo sobre a Fortaleza de São José de Macapá. A Fortaleza representada em suas obras revelam um realismo lírico e perpassa por muitos períodos das artes plásticas amapaenses e em vários momentos da história da Fortaleza.

A fotografia de n.º 15, em exposição no aeroporto de Macapá é a ilustração fotográfica da pintura desse artista. A obra representou a antiga Doca de Macapá, ao lado da Fortaleza nos anos 60. O realismo plástico surge associada a uma interdiscursividade imagética, ou seja, a inspiração associa a lembrança de vida à memória produzida por imagens fotográficas variadas, lembrando a cidade com seu porto, que já não existe, e também o riozinho, hoje

aterrado, foram significados na lembrança do autor em 1980, quando presenteia a cidade com sua nostálgica memória, em imagens também lembradas pelos antigos amapaenses.

**FOTOGRAFIA N.º 16**



**Pintura de R. Peixe/1980  
Exposição: Aeroporto de Macapá  
Fotografia: Humberto Cruz / setembro /2001.**

É a pintura na representação da história, uma expressão romântica dos tempos áureos vividos pelo observador entusiasmado e orgulhoso de um passado áureo e que insiste em permanecer na memória coletiva. Além desta mais conhecida obra de R. Peixe sobre a Fortaleza, existem muitas outras obras

do referido artista e de outros não tão conhecidos, expostas nas galerias dos órgãos públicos, privados e nas casas de particulares.

Romeu Mariz Filho, já falecido, segundo Jarbas Amorim Cavalcanti<sup>185</sup> foi outro artista plástico que pintou a Fortaleza de São José de Macapá em vários momentos. Segundo o autor, Romeu Mariz Filho criou várias obras retratando a Fortaleza, no entanto, em Macapá, não dispomos de nenhuma para analisá-la discursivamente e plasticamente. Jarbas Amorim Cavalcanti faz referências dizendo o seguinte:

*“(...) seus quadros realistas gravaram diversos aspectos do quase bissecular monumento (...) Reproduziu-a à luz brilhante do dia, quando o sol do Equador, cuja linha imaginária atravessa a cidade, derrama implacáveis feixes de prata nas paredes musgosas dos baluartes, por onde se vão refletindo em manchas amarelas e pardas, revelando as linhas divisórias francamente perceptíveis de pedras de cantaria, tal a justeza das mesmas. Os ângulos pentagonais, onde ainda se empinam as guaritas meio desfeitas das sentinelas, destacam [-se] à luz do luar, a descer brandamente sobre o raso o quadrado da construção, envolvida em misterioso halo noturno no flanco da cidade.*

---

<sup>185</sup> - Autor do livro: Fortaleza de São José de Macapá: Traços Históricos, editora São José, 2. a edição, Macapá – AP, 1997,

*Efeitos claro-escuro Romeu Mariz procurou obter com sua paleta e suas tintas líricas da imobilidade contemplativa da Praça forte, da sombra e da luz que se revezam e a envolvem nos nascentes brandos, nas soalheiras terríficas e nos crépusculos que de longe parecem enviar-lhes uns últimos fios de ouro velho em despedida. Quando a patina do tempo derruir completamente a grande massa de pedra e as, próprias ruínas tiverem perecido, os belos quadros evocativos e pa-trióticos de Mariz Filho estarão a evocá-la, a revelar sua poderosa significação (...)<sup>186</sup>*

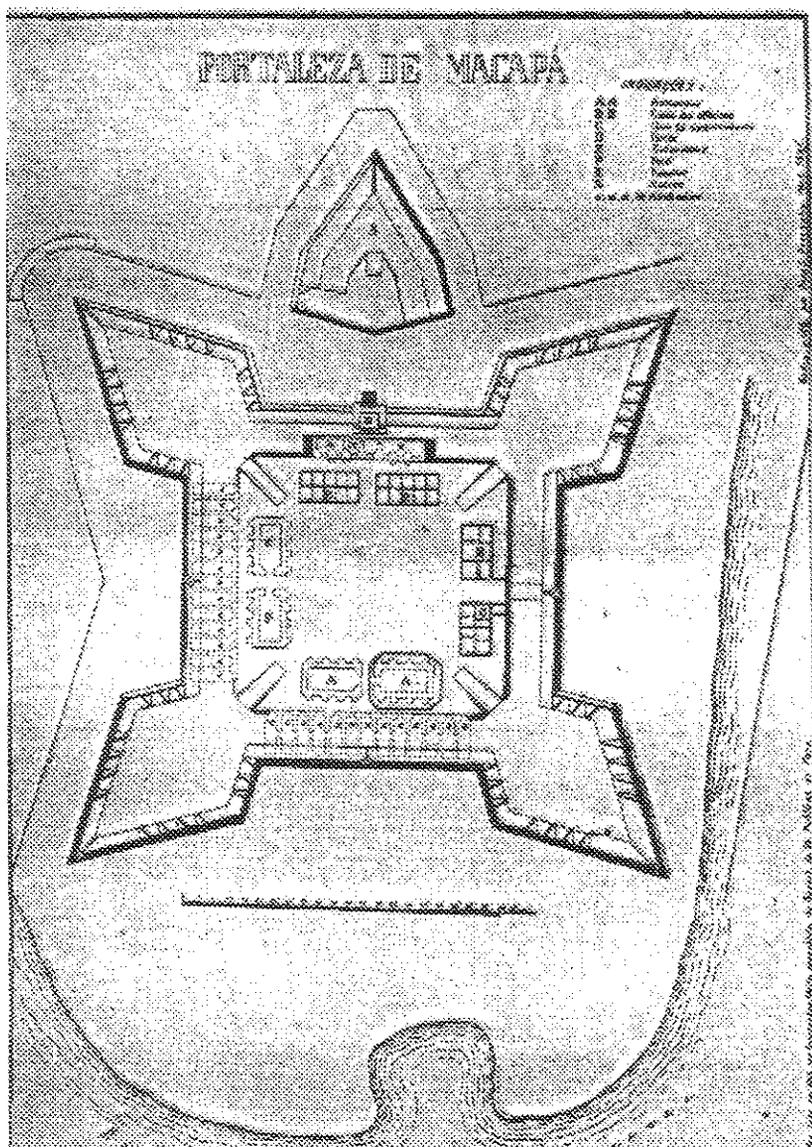
A comunidade amapaense, também utiliza a Fortaleza como palco de representações teatrais. Vários grupos da cidade já recorreram à Fortaleza para compor a visualidade cênica de suas obras teatrais, como podemos ressaltar o grupo teatral Jovens Unidos do Amapá, tradicionalmente conhecido por sua peça: Uma Cruz para Jesus, apresentada na Fortaleza anualmente por ocasião da semana santa. No início dos anos 80, quando o grupo começou suas apresentações, estas eram realizadas dentro do monumento. Com o passar do tempo, as representações foram transferidas para o lado da Fortaleza aproveitando-se do espaço e do visual majestoso, antigo e monumental enquanto cenário da mais tradicional peça teatral do Amapá.

---

<sup>186</sup> - Jarbas A. Cavalcanti. Op.Cit. p 104.

Além de emprestar suas formas desde os antigos tempos às Representações pictóricas, às lentes dos fotógrafos, e, seu cenário às representações do teatro amapaense, a Fortaleza foi e é fonte de inspiração para poetas, músicos, artesão e desenhistas.

FOTOGRAFIA N.º 17



Cópia da Planta Baixa original da Fortaleza representando além dos demais elementos construtivos, os 4 baluartes: São José, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição e Madre de Deus.

O designe mais conhecido é a estrela de quatro pontas utilizada nas mais diversas formas de ilustrações, cujas formas sugerem a Cruz de Malta como alusão ao colonialismo português e a religião, representando os quatro baluartes: Nossa Senhora da Conceição, Madre de Deus, São Pedro e São José.

#### **4.3 - O DISCURSO DO IPHAN REPRODUZIDO NA COMUNIDADE AMAPAENSE:**

*“A Fortaleza de São José, no passado, com seus canhões, desafiou o invasor, no presente, como uma “esfinge” desafia o próprio tempo”.*

*“Tombar é uma medida muito importante. Porém preservar é mais ainda, por isso todos, comunidade e governantes, devem unir-se na luta pela preservação do patrimônio cultural do Estado do Amapá. Afinal não estamos fazendo mais do que o nosso dever. Estamos zelando pelo que é nosso e pela preservação de nossa identidade cultural”.*

Maria de Fátima Pinheiro da Silva<sup>187</sup>.

Em 19 de março de 1993, por ocasião do 211º aniversário da

---

<sup>187</sup> - *In: Fortaleza de São José de Macapá: 1782 - 1991*, arquivo da Coordenação Estadual de Indústria, Comércio e Turismo – Departamento de Turismo do Estado do Amapá, ad.

Fortaleza foi publicado um discurso afirmando a necessidade de reapropriação do monumento pela comunidade amapaense, o qual apresenta os seguintes dizeres:

*“Após vários estudos bibliográficos, iconográficos e de prospecção arqueológica da Secretaria de Educação e Cultura do estado, e pessoas ligadas a Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, chega-se a conclusão da necessidade de execução de um Projeto de Restauração e Revitalização Histórico Nacional, dando-lhe condições digna de um Espaço Cultural, reafirmando sua função social na comunidade amapaense”<sup>188</sup>.*

Nesse período, a comunidade intelectual e a comunidade artística amapaense, talvez absorvendo os novos ideais do atual IPHAN, sentia a necessidade de uma nova significação do monumento da Fortaleza.

O sentido alegórico está presente em todos os momentos nos quais a Fortaleza é representada pela comunidade amapaense. Este foi o sentido do abraço na Fortaleza pedindo reabertura ao monumento<sup>189</sup>.

Em setembro de 1996, no dia do Patrimônio Cultural, estudantes, artistas e a comunidade amapaense estiveram presentes para um “abraço à

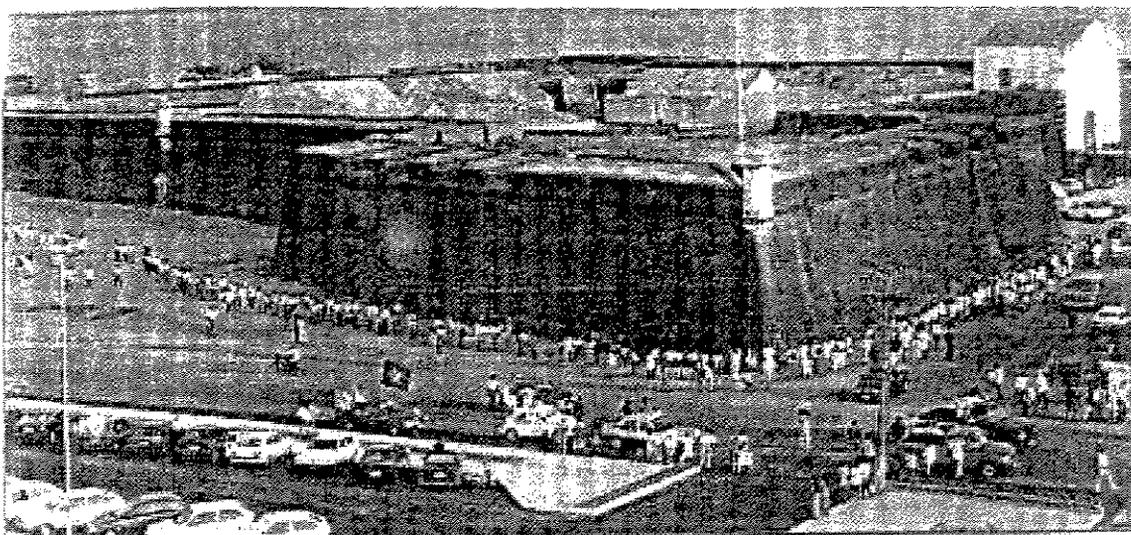
---

<sup>188</sup> - Claudete Nascimento Machado, TIPITI. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do estado do Amapá e do Departamento de Cultura, 18 de março, de 1993, ano II, n.º 17, p. 03.

<sup>189</sup> - Diário do Amapá, caderno de cultura, em Macapá, 18 de setembro de 1996.

Fortaleza de São José de Macapá” organizado pela Associação de Amigos da Fortaleza, como forma de protesto contra a interdição do Forte pela Procuradoria Geral da República no Estado.

FOTOGRAFIA N.º 18



Abraçando a Fortaleza, os amapaenses protestaram contra o fechamento do monumento (Cultura 10)

#### O ABRAÇO NA FORTALEZA PROTESTA CONTRA O FECHAMENTO E PEDE REABERTURA DA FORTALEZA.

Fotografia: Diário do Amapá, 18 de setembro de 1996

Um pouco antes do abraço simbólico á Fortaleza, o jornal Marco Zero publicou :

Osmar Jr. (Músico) “ - *A Fundecap estava fazendo um bom trabalho na Fortaleza. Os poderes estão no caminho errado*

*quando tomam decisões unilaterais sobre o funcionamento ou não de determinados setores que servem ao público. Mas o que está parecendo é que já existe interesses comerciais por trás de tudo isso. Querendo ou não o Governo do Estado tem responsabilidade também”.*

*Dinaldo Melo (psicólogo) “ – Houve por parte do procurador incoerência. O poder de guarda da Fortaleza é do estado, hoje. Mas em nível de jurisdição, está sob domínio Federal, porque existe a lei de tombamento. Então acho que ele não foi coerente. Antes da determinação, acho que ele deveria discutir isso com o Ministério Público e segmentos do setor cultural”.*

*Cézar Bernardo de Souza (Botânico) “ – Esta notícia chegou até nós sem as entrelinhas. Sou contra o fechamento, porque a Fortaleza não pode ser vista como um patrimônio do governo ou do presidente da República. É um patrimônio do povo. Quem tem que ser punido é alguém que não esteja cumprindo com os compromissos necessários para a*

*manutenção da Fortaleza. É preciso fazer uma reavaliação da Fortaleza. É uma violência fechar o forte (...)*”.

Edgleuma Melo (Funcionária pública) “ – *É preciso ver até que ponto a Procuradoria está errada. Acho que isto serve também para acelerar os trabalhos de povoamento do nosso forte. A coisa está muito parada. Imagine um monumento como este não estar tendo uma função de relevada importância sócio-cultural. Fechar a Fortaleza é estar colocando o turismo para o escanteio*”.

Coaracy Barbosa (aposentado e historiador“ – *Fechar a Fortaleza é uma loucura. Desde 1600 que amapaenses estão aí, que começaram com acampamento. Eu não entendo um negócio desses. Fechar o forte é fechar a cultura, o turismo. Isso não pode acontecer Então que se feche tudo logo. Derrubem a Fortaleza*”.

Através dos discursos, podemos observar a memória historicizada significando e sendo significada no olhar à Fortaleza enquanto patrimônio sócio-cultural e enquanto bem de aproveitamento turístico. São efeitos de uma intertextualidade e interdiscursividade funcionando no discurso da e sobre ela, a Fortaleza, mostrando compromissos políticos e ideológicos e as relações formuladas e organizadas na institucionalização e identificação do patrimônio cultural brasileiro sobretudo a partir dos anos 30 em diante, com os ideais modernistas, com a criação do IPHAN e configurado no desenvolvimento de uma política patrimonial brasileira, a partir do surgimento das leis de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional e dos congressos internacionais sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural mundial<sup>190</sup>.

A Fortaleza não é relevante apenas aos macapaenses brancos. Na construção histórica dos *“waiãpi (...) um povo falante de uma língua Tupi-Guarani, vivem em ambos lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa”*<sup>191</sup>, a Fortaleza chama-se *“Mairi, a casa de argila do herói lanejar”*<sup>192</sup> e foi construída por eles, pelos seus antepassados. Apresentando-se também, como *“marco essencial na história territorial e na consciência étnica dos Waiãpi do Amapá”*<sup>193</sup>

---

<sup>190</sup> - De 1931 com a elaboração da Carta de Atenas – Sociedade das Nações, outubro de 1931 à 1997 com a Carta de Fortaleza, foram realizados 28 encontros dando origem a Cartas, Declarações, Recomendações, Documentos de Convenção e Normas. <http://www.iphan.gov.br/iphan/cartas.htm> – Cartas Patrimoniais.

<sup>191</sup> - Dominique Tilkin Gallois. Mairi Revisitada: A reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi, São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo - NHII / USP, FAPESP, 1994, p. 9

<sup>192</sup> - Ibid, p. 29.

<sup>193</sup> - Dominique Tilkin, Gallois. Op.Cit. p. 30.

#### 4.4 - O OLHAR DA UNIVERSIDADE:

*“A moderna crença segundo a qual os historiadores descrevem ou deveriam descrever os fatos ‘como eles realmente ocorreram’ é produzida por meio de uma estratégia onde o historiador define a autoridade da narrativa como “a autoridade da própria realidade” O que implica em que o historiador, enquanto narrador, desapareça. O lugar de onde ele fala permanece invisível, sendo “a própria realidade” que se manifestaria através do seu texto. O passado que o historiador descreve e analisa é apresentado como uma “realidade” cuja existência independeria do narrador, sendo sua tarefa a de expor aquele passado tal como ele realmente ocorreu”.*

José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>194</sup>

Após os levantamentos sobre os trabalhos de conclusão de cursos na UNIFAP, identificamos existir apenas um trabalho do curso de graduação em Educação Artística defendido em 1999 para obtenção do título de graduação em

---

<sup>194</sup> - José Reginaldo Santos Gonçalves. A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, editora UFRJ/MinC.– IPHAN , p.17.

Educação Artística na Fundação Universidade Federal do Amapá/UNIFAP, em Macapá. O trabalho: *Fortificações da Amazônia: estudo da Fortaleza de São José de Macapá*". Autoria de: Antônio Cleyves Vieira, Raquel Braga e Zuleica Vieira, sob a orientação do arquiteto e professor do curso: Josuel Souto foi defendido em 1999. Os alunos apresentaram a Fortaleza como representação artística, arqueológica e histórica, procurando destacar os estudos arqueológicos e o processo de restauração iniciado em 1977, ainda em fase de execução. O levantamento consistiu nas informações históricas até então reproduzidas sobre a Fortaleza. As idéias desenvolvidas foram apresentadas como forma de significar o discurso da autoridade, ou seja, o discurso do IPHAN e dos técnicos da Fortaleza, ou que desenvolveram os trabalhos técnicos na Fortaleza.

O estudo foi muito significativo pela representação dos elementos artísticos de arquitetura da Fortaleza com discussões voltadas aos traços estilísticos. O segundo e último estudo sobre a Fortaleza de São José de Macapá, desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá até o presente momento, está em fase de estudo, este, do curso de graduação em História/98, sendo elaborado pela alunas: Yollanda Karoline Costa Souza; Lúcia Cândido Oliveira dos Santos; Hermon Santo e Maria do Socorro Camarão Moura. A responsabilidade de orientação da pesquisa foi conduzida no primeiro momento pela professora mestranda da UNICAMP/SP, do curso de História: Cecília Maria Chaves Brito Bastos e, atualmente pela professora de História da América, Verônica Luna. Segundo as entrevistadas que conduzem as pesquisas: Yollanda e Lúcia, o estudo volta-se para a História e Arqueologia, e, informam também, o

objetivo de investigar a Fortaleza enquanto cultura material e as possibilidades de aproveitamento turístico do monumento.

*“Devemos respeitar e preservar este monumento porque é a nossa história”.* Assim começou a falar uma das alunas que apresentou o referido estudo no Seminário do curso de História da Fundação Universidade Federal do Amapá, realizado em maio de 2001, no auditório da Fortaleza de São José de Macapá. No evento apresentamos este trabalho como pesquisa em andamento.

Desde 1997, a Fortaleza vem sendo objeto de estudo científico e acadêmico, inclusive de professores e estudantes da UNIFAP.

Observando o texto do grupo de alunos do curso de Educação Artística e a fala das alunas entrevistadas do grupo de História, percebemos que o olhar acadêmico não diferente dos outros olhares em relação ao sentido histórico e cultural da Fortaleza, considerando-a monumento da civilização brasileira, amazônica, e, o monumento representativo da História e da cultura amapaense. Num discurso que evidencia a busca pela originalidade e o sentido de História Fundante a partir do Brasil Colônia. É uma História que só emociona a partir dos sentidos já configurados na memória discursiva. Isto possibilita indagar: - Que História é essa que se significa apenas por um monumento? - Que História apresenta como marco, uma construção belíssima, monumental, mas, testemunho também do poder colonial?

Com a reabertura da Fortaleza à visitação pública, a administração procurou fazer um trabalho profissional de instituição cultural: as visitas orientadas, e, levando em consideração que as obras de restauração e

reabilitação da Fortaleza ainda não estão totalmente concluídas, as visitas são possíveis com o acompanhamento de um guia treinado. Esta é atualmente, a única forma do visitante ter acesso ao monumento. Além disto, a Fortaleza possui um Serviço de Educação Patrimonial, destinado aos estudantes, procurando conscientizar o bom uso e a conservação da Fortaleza enquanto monumento histórico e cultural.

Como pesquisadora da Fortaleza<sup>195</sup>, aproveitei a visita guiada para entrevistar o guia que de forma gentil e altamente profissional, me acompanhou na empreitada. Meu objetivo naquele momento, era compreender o sentido e a forma de percepção dos guias treinados pela instituição para acompanhar o visitante. Perceber que sentido de história, de cultura, de patrimônio, de preservação e de apropriação, vem sendo reproduzidos aos visitantes. Foi muito satisfatório saber, que muitos visitantes resistem a essa visita-guiada, preferem fazer uma visita solitária. O que não foi difícil compreender o porquê.

Ao ser guiada para visitar a Fortaleza, portando um gravador, ouvindo a história reproduzida pelo guia, fiz várias perguntas, quando achava necessário.

Ouvindo a narração de uma história repetitiva, de uma história que se impõe como verdade inquestionável, houve um momento em que o guia disse:

---

<sup>195</sup> - hoje, diferente de tempos passados, não tive acesso ao monumento sozinha, numa relação mais individualizada entre pesquisador (a) e monumento, pois, atualmente, ao visitante só é permitido o acesso no recinto do monumento, acompanhado (a) de um guia para contar a repetitiva história da Fortaleza sob o ponto de vista da História tradicionalmente narrada.

- *“Tem pessoas que querem saber da história da Fortaleza e tem outras, que não querem, querem namorar e [pausa], aí atrapalha, porque não é permitido [pausa]. O visitante muitas vezes não entende, ai fica um negócio meio complicado né [pausa], porque muitos querem saber da história, outros não, aí, a gente não aceita as pessoas ficarem a vontade porque a visita é monitorada”.*

- Na sua opinião, qual o sentido das pessoas entrarem na Fortaleza? Você acha que todo visitante vem à Fortaleza apenas para conhecer a história?

- *“Não, não [pausa], é pra ter o contato né ... com a históoooooria. O que aconteceu aqui dentro. Saber dos escravos, o que aconteceu na história com os escravos. Se morreu muita gente. Não houve batalha, mas em termos de serviços, levou dezoito anos [pausa]. Com certeza muitos escravos morreram! (...) A visitação aqui é monitorada. A gente não permite a pessoa ficar sozinha, de repente, a gente não sabe o que é que as pessoas vão fazer, e empata até a visitação da gente, porque alguns querem saber da história, outros não querem, dizem que já sabem da história”.*

- E aí, o que vocês fazem?

- *“A gente chama o coordenador e diz que a pessoa está atrapalhando, por que outros querem saber da história. Aí ele explica que a visita é monitorada, que a pessoa não pode ficar sozinha, sem a presença do guia pra contar a história (...) Aí ele diz: se você não quiser, você vai me desculpar, mas eu vou pedir pra você sair”.*

- *“Antes a Fortaleza não tinha guia. Muita gente vinha aqui pra namorar, pra fazer [pausa] semvergonhice aqui dentro da Fortaleza (...). A gente tem que alertar ao visitante do nosso trabalho aqui dentro como guia [pausa], pra não jogar papel no chão, pra conservar a Fortaleza, porque é o nosso trabalho”.*

- Muitos dizem que sentem grande emoção, que sentem muita paz, que se sentem felizes ao entrarem aqui na Fortaleza, e você? Você está todo dia aqui, trabalha aqui. O que a Fortaleza representa pra você? O que você sente quando está aqui dentro?

- *“Eu não tinha muito conhecimento da Fortaleza ao vim trabalhar aqui. Então eu aprendi que tem que ter conhecimento”.*

Que tipo de conhecimento?

- *“Sobre a história da Fortaleza, principalmente (...) É uma felicidade minha está trabalhando aqui na Fortaleza, porque isso aqui vai servir para os meus filhos [pausa]. Saberem que o pai deles trabalhou aqui”!*

A lembrança social da Fortaleza sobre os tempos de outrora, a fez ser vista pela população amapaense de uma forma individual e coletiva, pois os olhares sobre ela, apresentam-se de acordo com a vivência, a experiência cultural e a forma de percepção de mundo de cada um, enquanto olhar instituído, haja vista que seu processo histórico de monumentalidade, encarregou-se de criar os olhares sobre ela, a partir do olhar da instituição, a partir do olhar do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Hoje, depois de ter consolidado sua monumentalidade, a Fortaleza vive um novo processo histórico. É o atual período de musealização e transformação em patrimônio urbanístico, quando o

monumento será transformado em palco de representação do social e, também, em objeto museal, pois, no “*projeto de urbanização e paisagismo*”, de acordo com os técnicos do monumento, os aspectos arquitetônicos e estilísticos, serão enaltecidos com a iluminação geral do monumento e com a visualidade propiciada pelo paisagismo que colocará o monumento na vitrine do espetáculo visual. Dessa forma, surge um novo olhar sobre a Fortaleza, um olhar instituinte que se institucionaliza no processo do dizer e do representar. Esse processo de representação do social dentro do espaço museal e de exposição desse objeto museal enquanto museu aberto, além do sentido garantido pelo IPHAN de contribuir para a cidadania, através do desenvolvimento sustentável da região, também, tem como objetivo; atrair para ser apropriado e, valorizar o patrimônio na sua “*real dimensão histórica e arquitetônica*”<sup>196</sup>. Aqui, o sentido de apropriação significa também, preservação e vida nova ao monumento.

Dessa forma, os valores da Fortaleza enquanto patrimônio histórico, artístico e cultural, serão utilizados e instituídos para atrair a população amapaense e o turista, através de sua representação visual e retórica, num processo de construção de discursos instituidores sobre a Fortaleza do presente com projeções para o futuro. Para entender melhor nossa forma de raciocínio, é importante perceber que existe um olhar pessoal que se associa a um olhar grupal, familiar e social, de acordo com a memória coletiva, como observa Goethe em “Verdade e Poesia”: “*Quando queremos lembrar o que*

---

<sup>196</sup> - Fortaleza de São José de Macapá, 219 anos: Símbolo da memória histórico-cultural do povo amapaense. Governo do Estado do Amapá, Fundação Estadual de Cultura do Amapá, Departamento Cultural e Histórico – Fortaleza de São José de Macapá.

*aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças”<sup>197</sup>.*

---

<sup>197</sup> - Goeth, apud Ecléa Bosi. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. T. A. Queiroz, editor, São Paulo, Série 1ª. Estudos Brasileiros, Vol. 1, p. 21.

## Capítulo V – CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM OLHAR DE SOBREVÔO.

*“Valor e monumentalidade estão portanto ligados, e o patrimônio continua sendo o meio essencial de uma teatralização social dos valores, uma vez que consagra as próprias imagens das memórias coletivas para além da temporalidade da vida cotidiana”*

Henri-Pierre Jeudy<sup>198</sup>

O monumento da Fortaleza de São José de Macapá atravessou os séculos numa sucessão de símbolos, sentidos, imagens e representações criadas e reproduzidas no processo histórico, de acordo com a geo-política estabelecida pelos interesses de uma ordem social interna e externa que se configurou historicamente estabelecendo e garantindo o modo de pensar, sentir, expressar e perceber historicamente, socialmente e esteticamente a realidade.

Enquanto monumento militar, construída pelos portugueses em terras amazônicas e brasileiras, a Fortaleza, mesmo nunca tendo sido utilizada para fins militares, no seu processo de monumentalização ela continua sendo significada pelas ações militares no olhar do povo amapaense, que acredita que o fim das incursões estrangeiras em terras amapaenses se deve à imponente, a estrutura

---

<sup>198</sup> – Henri – Pierre Jeudy. Memórias do Social. Op. Cit.

monumental e as características militares do forte, nos elementos arquitetônicos e defensivos, bastante avançados para a época. Um projeto militar para diferentes tipos de combate, com algumas edificações construídas à prova de bomba.

Passando por vários períodos de abandono, com o tombamento enquanto patrimônio histórico e cultural brasileiro, após a criação do Território Federal do Amapá e a chegada do 1.º (primeiro) governador, começou a história do monumento da Fortaleza, uma história encantadora pelo discurso poético, alegórico e representação visual carregada de símbolos e poesia.

O tombamento da Fortaleza deu início à criação do sentido de monumento histórico, e, com a necessidade de alojar instituições públicas do recém criado território, além da falta de um espaço para convívio social e cultural, veio garantir sua apropriação como patrimônio cultural. A partir daí, a Fortaleza monumentalizada voltou a constituir espaço sócio-cultural para a comunidade amapaense, que mesmo sem compreender esse processo de institucionalização, após o projeto de restauração, se apropriou da Fortaleza como espaço social e cultural aos domingos e feriados, nas datas cívicas e nos dias de festas religiosas. No entanto, sua utilização como espaço social e cultural não começou com sua monumentalização e muito menos, a partir da política do primeiro governo do território, como pensam muitos. A citada poesia “Macapá”, expressa em seus versos, que no passado mais longínquo, muito antes do seu tombamento, num período anterior à data de publicação da poesia, ou seja, anterior a 1889, em datas de comemorações cívicas e em dias de festas religiosas, a cidade inteira se utilizava da

Fortaleza como espaço público:

*“Em manhãs de primavera ou nas tardinhas do estio, de um povo em festa a folgar: moças com laços de cores, raparigas buscando amores... tudo era rir e brincar”*<sup>199</sup>

Em 1964, após “ser expulsa” da Fortaleza, a comunidade amapaense passou a olhá-la de longe. Foi um período em que as visitas ao monumento eram muito raras. A partir daí, as imagens e representações da Fortaleza viram passado, cuja materialidade cultural, estava ali enquanto monumento, objetivação cultural e memória histórica de um passado distante.

Somente no final dos anos 70, a partir das intervenções dos arquitetos: Dora e Pedro Alcântara, representantes do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é que, a comunidade amapaense começou, ainda, de forma bastante tímida e esporadicamente, a se aproximar da Fortaleza, movida por interesse turístico e histórico. Isso aconteceu num processo lento, num trabalho de estímulo da imprensa, dos intelectuais e dos órgãos de cultura. Um processo ainda em andamento.

Os anos 80 representaram relativa importância na história da Fortaleza de São José de Macapá. Levando em consideração a importância da referida década para o estudo da cultura material, pela criação dos Curso de Pós-Graduação em Arqueologia nas universidades do centro-sul e também pelos estudos e constantes discussões nesse período, sobre o papel dos museus em relação a preservação do patrimônio cultural, da identidade nacional e de suas características

---

<sup>199</sup> - Poesia “Macapá” de Alexandre Vaz Tavares, *In: Marco Zero – Jornal do Amapá*, Macapá, 1984, p. 17.

regionalistas.

A importância dos anos 80 para a Fortaleza, também se deu em consideração às transformações culturais ocorridas no seio da sociedade brasileira, principalmente com as transformações na estrutura política do país a partir da mudança do regime de ditadura militar, e conseqüentemente, com as transformações ocorridas dentro do próprio IPHAN. Neste período, o IPHAN desenvolveu uma política cultural voltada aos bens culturais numa perspectiva material e imaterial. Os monumentos arquitetônicos e as obras de arte, antes privilegiados aos olhares do IPHAN, nos programas institucionais voltados ao patrimônio cultural, continuam como importantes, no entanto, não mais privilegiados. Assim, por um lado, a Fortaleza foi favorecida pelas grandes transformações culturais, por outro, houve um arrefecimento em relação ao olhar do IPHAN sobre a Fortaleza, como também, das demais instituições federais e dos órgãos estaduais responsáveis pela cultura.

A partir dos ideais modernistas, após os anos 30, os pesquisadores no Brasil preocuparam-se em estudar o povo brasileiro moderno numa discussão que envolvia a formação racial brasileira. O estudo, *“envolvia muito mais os negros do que os índios”*<sup>200</sup>.

Até a primeira metade dos anos 90, as imagens e representações da Fortaleza, tinham o negro como maior contribuidor em termos de proporcionalidade de mão de obra, de qualidade e organização do trabalho. Com esse ponto de vista,

---

<sup>200</sup> - Prous, apud.Elizabete Tamanini. O Museu, A Arqueologia e o Público: Um olhar necessário. *In: Pedro Paulo de A Funari. Cultura Material e Arqueologia Histórica*, UNICAMP, Campinas –SP, 1998, p. 183.

a Fortaleza ganhou imagens e representações de origem negra. Hoje, após pesquisas nos arquivos de Portugal e no Arquivo Público do Pará, já existe um novo olhar, uma nova forma de representação da Fortaleza: é a Fortaleza construída pelos índios, principalmente. Um discurso construído a partir do olhar à amazônia indígena e, de acordo com os documentos primários sobre a amazônia na era de Portugal. As formas de representação passam a produzir sentidos de que, os índios capturados na região dos Tucujus,<sup>201</sup> representaram o maior contingente de trabalhadores braçais na construção da Fortaleza, seguida, em menor quantidade, dos negros africanos. Hoje, de forma generalizada, existe um certo apagamento das imagens dos negros na representação da história da Fortaleza, mesmo quando se fala da participação dos dois elementos étnicos. Atualmente, a antiga imagem da Fortaleza negra foi substituída pela imagem da Fortaleza indígena. Isto é perfeitamente percebido pelo visitante através dos textos históricos e guias de orientações escritas na língua Waiãpi, espalhadas por todo o recinto da Fortaleza<sup>202</sup>.

No Amapá, a “queda” da ditadura militar, foi importante para a História da Fortaleza. A partir daí, a classe artística e intelectual começou a discutir de forma mais aberta, as políticas culturais. Seminários, palestras, debates e publicações em jornais, tendo a Fortaleza como objeto de discussão, apareceram de forma mais intensa.

O final dos anos 90 representou o momento de consolidação do

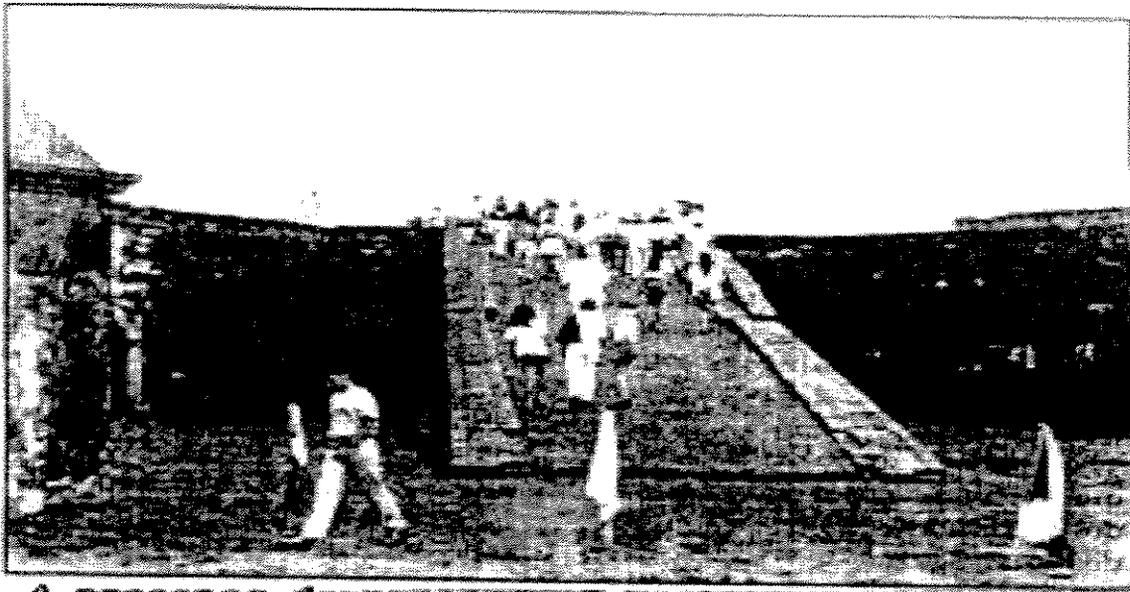
---

<sup>201</sup> - Em 1748, o rei de Portugal D. João V criou a Província dos Tucujus. Essa denominação veio dos índios habitantes das terras do Estado do Amapá. (Estácio Vidal Picanço, 1981: p. 38). Terras cuja área compreende praticamente os municípios de Macapá, Mazagão, Laranjal do Jary, Água Branca do Amapary, Serra do navio e Amapá.

<sup>202</sup> - o apagamento da linguagem afro-brasileira, deve-se ao fato de que, vivendo na cidade dos brancos, a língua dos povos afros foram diluídas no processo de construção da língua nacional.

sentido de reapropriação da Fortaleza como monumento histórico e cultural brasileiro, da amazônia e amapaense de forma mais genérica, não apenas da classe artística e intelectual da cidade, como nos tempos passados. O simbólico abraço à Fortaleza é uma das formas de representar a aceitação do monumento pela população amapaense, como seu patrimônio cultural. As freqüentes visitas ao monumento, ilustrada através da fotografia n. 19, não representam apenas, conhecer uma história contada a partir do ponto de vista de um ideal colonizador, mas, também, para se apropriar do patrimônio deixado pelos antepassados e, a partir daí, construir sua própria história.

## **Fortaleza de São José: história, festas** ... FOTOGRAFIA N.º 19



**A presença de pessoas na Fortaleza é constante**

Em 96, com a criação da Associação de Amigos da Fortaleza, muito embora ela surja por iniciativa de funcionários da Fortaleza e sua primeira

administração sendo constituída também pelos funcionários daquele momento, a iniciativa e o trabalho dessa associação, de alguma forma, contribuiu para a reabertura do monumento quando ele foi fechado à visitação pública. Contribuiu para saída do Círculo Militar e dos militares da Fortaleza, e, no processo de discussão sobre o projeto de restauração do forte em execução desde 1997, restauração esta, que, de acordo com mudanças nas políticas culturais do IPHAN e do Ministério da Cultura no Brasil, e também, com as mudanças políticas no estado do Amapá. A Fortaleza está sendo restaurada com propósito museológico, diferente dos anos 50, quando após a restauração, se instalou no recinto da Fortaleza, o 1.º (primeiro) Museu Territorial e o Museu do Índio. Nesse período, a concepção de museu era de “gabinete de curiosidades”, museu “depósito de objetos”. Hoje, com a atual restauração, a Fortaleza será espaço e objeto museológico. Ao mesmo tempo, espaço de convívio e de representação do social, com adaptações para auditório, palestras, reuniões, apresentações artísticas, galerias de artes plásticas, salas de exposições, locais próprios para lanchonetes.

Mostrará com evidência, numa proposta de exposição museológica, os espaços externos à muralha; as ruínas do redente, a estrada coberta, os fossos, a esplanada, além dos demais elementos construtivos desaparecidos. A Fortaleza museu aberto oferecerá espaços para convívio social de lazer, para contemplar a panorâmica vista do rio Amazonas e também, ciclovia, pistas destinadas ao cooper. Um lugar para descanso nos dias de folga com áreas ajardinadas, dois núcleos de conforto público contendo box de segurança, informações turísticas, banheiros, estacionamento e parque infantil.

O resultado das escavações e dos demais estudos históricos realizados na Fortaleza transformarão o monumento em objeto de vitrine através dos “*vestígios arqueológicos pertencentes ao conjunto arquitetônico encontrados no local*”, cujos objetos após higienizados e tratados no sentido museográfico, irão compor o visual de entorno da Fortaleza-museu. Esse projeto de restauração e revitalização da Fortaleza, associado à reabilitação urbana com intervenções paisagísticas e urbanísticas da área de entorno, são estratégias da atual política do IPHAN para “*o desenvolvimento de uma cultura urbanística do patrimônio*”<sup>203</sup>, que segundo o IPHAN, garante o desenvolvimento econômico das comunidades locais, e portanto, também segundo o IPHAN, o desenvolvimento sustentável, a apropriação do bem pelos seus herdeiros e, conseqüentemente, o direito à cidadania.

Observando os olhares a Fortaleza de São José de Macapá, investigando os sentidos dados a ela desde 1950. No tombamento, quando o olhar ao passado e o sentido dado a esse passado foi o que possibilitou a sua inscrição no Livro Histórico de Tombo, hoje, em 2001, nos seus 51 anos de tombamento, quando a cidade conta com uma universidade federal (UNIFAP) com mais de dez (10) de funcionamento, e, quando a Fortaleza torna-se uma proposta de “museu aberto” buscando além do sentido de espaço social, também, o de significar esse social, através dos projetos que discursivamente, garantem melhorar a qualidade de vida da população, a partir da reabilitação e reapropriação da Fortaleza e de sua área de entorno, com projetos culturais que têm como objetivo político, o

---

<sup>203</sup> - Discurso de Francisco Weffort – Ministro de Estado da Cultura, sobre o Programa de Reabilitação Urbana dos Sítios Históricos. <http://www.Iphan.Gov.br/urbis.htm>. 03/04/2001, p.1-4

desenvolvimento sustentável e o direito à cidadania. Neste sentido, surgiu a necessidade de investigar o olhar da academia sobre a Fortaleza, ou seja, compreender a importância da Fortaleza para a comunidade acadêmica. Perceber qual sentido é dado ao monumento a partir dos trabalhos de conclusão de curso de alunos da universidade federal do estado do Amapá. Por fim, chegamos a conclusão que, a comunicação entre a academia e os demais segmentos da comunidade amapaense é muito estreita. Os estudos realizados pelo grupo do curso de Arte, foi efetivado no acompanhamento da primeira fase da restauração da Fortaleza e apresenta o mesmo discurso dos técnicos e de todo o material impresso apresentado no referido processo de restauração e reabilitação do monumento, materiais estes, que foram apresentados no processo de análise e bibliografia desta dissertação.

O grupo do curso de História está em fase de execução do trabalho, acompanhando o processo de restauração e reabilitação do monumento e também, apresenta o mesmo olhar do IPHAN e da política cultural do estado através do discurso dos técnicos do monumento da Fortaleza.

As constantes palestras e demais eventos acadêmicos realizados no espaço da Fortaleza, evidenciam o discurso do patrimônio histórico brasileiro, da amazônia e o discurso do patrimônio histórico e cultural amapaense através dos dizeres significados pela academia amapaense e pela política cultural do estado, na retórica dos técnicos e administradores da Fortaleza. Mas, é necessário, um olhar sobre o funcionamento dos discursos. É necessário um refletir constante sobre os discursos e ações das políticas culturais direcionadas à Fortaleza como patrimônio brasileiro, amazônico e amapaense, uma vez que a Fortaleza já passou por vários

processos de significação e resignificação, uma vez que, atualmente, a Fortaleza, já consolidado a sua monumentalidade, passa pelo processo mais significativo de sua história até a data de hoje, que é a construção de um novo sentido de monumento histórico e cultural, e um novo sentido de apropriação, a partir da restauração e da reabilitação do sítio histórico e do projeto de urbanização e paisagismo da área de entorno, ou seja, a Fortaleza “museu aberto” enquanto espaço multicultural.

Se toda verdade é construída, se não somos donos dos nossos dizeres, pois estão significados na história e na ideologia, fazendo sentido em nós e para nós, nos dizeres de Eni. P. Orlandi, podemos afirmar também, que o sentido de preservação, de apropriação, de patrimônio cultural, de restauração, de reabilitação e da própria história configurada no passado, consolidada no presente e projetada para o futuro, são verdades construídas a partir da posição do sujeito significado pela ideologia inscrita na história, pois *“o sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia”*<sup>204</sup>.

Observando que a *“história é história porque os fatos reclamam sentidos”*<sup>205</sup>, buscamos ao longo deste trabalho, Identificar e dar visibilidade ou maior visibilidade aos sentidos dos discursos verbais e icônicos construídos sobre a Fortaleza de São José de Macapá, ou seja, trazer para discussão, questões ainda não visíveis e assim, suscitar novas discussões sobre os assuntos que envolvem a

---

<sup>204</sup> - Eni P. Orlandi. Do sujeito na história e no simbólico, *In: Escritos. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso.*, Laboratório de estudos urbanos- LABEURB – NUDECRI – UNICAMP, maio/1999, p. 21.

<sup>205</sup> - P.Henry, apud. Eni P. Orlandi. Do Sujeito na História e no Simbólico, *In, Escritos. Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*, Labeurb/Nudecri – Unicamp, Campinas, maio de 1999, p. 21.

Fortaleza como patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, da Amazônia e amapaense. Foi o que sustentou o nosso estudo, portanto, não recai aqui nenhuma cesura, nenhuma crítica destrutiva a ninguém. Ao analisar os discursos e apresentar as autorias, ao nominar os discursos analisados, fizemos também, por respeito e reconhecimento ao trabalho de todos aqueles que construíram e estão construindo a história da Fortaleza.

*“Se me disponho a filosofar, é porque busco compreender as coisas e os fatos que me envolvem, a Realidade em que estou imerso. É porque quero saber o que posso saber e como devo ordenar minha visão do Mundo. Como situar-me diante do Mundo físico e do Mundo humano e de tudo quanto se oferece à minha experiência. Como entender o discurso dos homens e meu próprio discurso. Como julgar os produtos das artes, das religiões e das ciências”.*

Oswaldo Porchat Pereira



## VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### 6.1 - FONTES ESPECÍFICAS:

#### 1 - LIVROS:

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva e ALCÂNTARA, Antonio Pedro Gomes de.

Prognóstico Histórico e Físico da Fortaleza de São José de Macapá. Projeto de Restauração, Macapá, Governo do Território F. Do Amapá, 1979.

CAVALCANTE, Jarbas Amorim. *Fortaleza de São José de Macapá: Traços Históricos*, editora São José, 2ª. Edição, Macapá – AP, 1997.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Mairi Revisitada. A reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo*, Universidade de São Paulo: FAPESP, (estudos), 1984.

LOMBAERDE, Pe. Júlio Maria. *Macapá: sua História desde a fundação até hoje*. Macapá, datilografado, 1987.

OLIVEIRA, João Batista Gomes de. “Musealização da Fortaleza de São José de Macapá - F.S.J.M.: Sede de um Complexo Museológico para o Estado do Amapá”. Dissertação de Mestrado, Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Rui da Gama. *História da Fortaleza de São José de Macapá*, Imprensa Oficial, Macapá- AP, 1953.

PICANÇO, Estácio Vidal. *Informações sobre a História do Amapá ( 1500 a*

1900). Macapá, Imprensa Oficial. 1981.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

\_\_\_\_\_. *A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém, SEJUP, 1993.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da Autonomia Territorial ao fim do Janarismo - 1943 a 1970*. Macapá, Gráfica O DIA, 1998.

\_\_\_\_\_. *História do Amapá*. Macapá, Valcan, 1994.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*, São Paulo, Marco Zero, 1994.

## 2 - PERIÓDICOS:

1. "A Construção e recuperação de monumentos históricos e culturais está transformando a paisagem urbanística da cidade em cenário atraente para o turismo". *In: Jornal dos Municípios*. Ano III, nº13-0138, Macapá - AP, 19 de novembro de 1998.
2. "Ainda resta a lembrança dos tambores de setembro". *In: Jornal do Dia*.
3. LOCAL. PIONEIROS. Macapá, 04 de setembro de 1998, p. 5.
4. Bens Móveis e Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico
5. e Artístico Nacional. 4ª. Edição. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1994.
6. Dora Monteiro e Silva de Alcântara. Relatórios n.º 1º, 2º, 3º, 4º e Projeto de Recuperação da Fortaleza de São José de Macapá. Rio de Janeiro, 25 de
7. agosto de 1981.

8. Fortaleza de São José de Macapá. Diagnóstico Histórico Tipológico e Físico. Governo do estado do Amapá. Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Departamento de Saneamento e Desenvolvimento Urbano. D.P.J. Arquitetos Associados Ltda.
9. Fortaleza de São José de Macapá. Especificações Técnicas. D.P.J. Arquitetos Associados Ltda.
10. “Fortaleza de São José. Patrimônio Cultural Nacional”. *In: Suplemento Cultural*.  
*TIPITI. Diário do Estado do Amapá*. Ano I, n.º 09, pp. 02-03.
11. ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ. Certidão de Pessoa Jurídica. 1º Ofício de Notas da Comarca de Macapá, estado do Amapá, 10 de setembro de 1996.
12. Fortaleza de São José de Macapá, 1782. Histórico. Governo do Território Federal do Amapá- Secretaria de Planejamento e Coordenação do Departamento de Turismo, Governo Aníbal Barcelos, 1980.
13. Fortaleza de São José de Macapá – 200 anos. SEPLAN – DETUR. *In: Jornal do Amapá. Marco Zero. Caderno especial*. Macapá, 19 de março de 1984, pp. 1-20.
14. Fortaleza de São José de Macapá - 210 anos (Folder) 19 de março de 1992. G.E.A – SEECE. Departamento de Cultura, Fortaleza de São José de Macapá.
15. Fortaleza de São José de Macapá. O Museu da Cultura.. Governo do Amapá. Ministério da Cultura. Secretaria de Apoio à Cultura (Folder).
16. Fortaleza de São José de Macapá – 218 anos. 19 de março de 2000. (Folder) Governo do estado do Amapá.

17. Fortaleza de São José de Macapá. O mais imponente e o mais sólido monumento militar do Brasil Colônia faz 200 anos. *In: O Liberal Amapá*, Belém, 19 de março de 1982.
18. Fortaleza de São José de Macapá. Processo de Restauração e Revitalização : 1997/1999. Macapá - AP, Brasil, janeiro de 1999. Governo de Estado do Amapá. Fundação Cultural do Estado do Amapá - FUNDECAP. Fortaleza de São José de Macapá.
19. Fortaleza de São José de Macapá. Símbolo da Memória Histórico – Cultural do Povo Amapaense. 219 anos. Governo do estado do Amapá.
20. Fortaleza de São José de Macapá – 1782 – 1991 – Coordenação Estadual da Indústria, Comércio e Turismo, Departamento de Turismo do Amapá
21. Fortaleza de São José. Técnicos avaliam serviços de restauração do Forte. *In: Jornal do Dia. Coluna: Caderno*, 28 de agosto de 1997. P. 5<sup>a</sup> Arquivo do IPHAN – 2<sup>a</sup> Superintendência Regional.
22. MACHADO, Claudete Nascimento. “Fortaleza de São José de Macapá. Palco da História e Resistência. Espaço Cultural de Seu Povo. *In: TIPITI*. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado do Amapá e do Departamento de Cultura. Ano II, n.º 17, Macapá, 18 de março de 1993.
23. “Macapá: 229 anos. Do Forte de Cumaú à Cidade de Macapá”. *In: Jornal Fronteira*. Macapá, 04 de fevereiro de 1987.
24. Patrimônio Histórico Cultural do Amapá. Governo do estado do Amapá. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte – Departamento de Cultura, Divisão de Projetos e Pesquisas Histórico-culturais. Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Amapá.

25. Arquivo da Fortaleza de São José de Macapá: Recortes de jornais diverso, contendo reportagens sobre a Fortaleza em diversas datas. Arquivos da Fortaleza de São José de Macapá (Fotocópia).
26. Relatório da Fortaleza de São José de macapá. Arquitetos: Dora Monteiro e S. de Alcântara e Pedro Gomes de Alcântara, 1978.
27. Relise Sobre a Fortaleza de São José de Macapá. Arquivo da Fortaleza.
28. "Restauração – Governo tenta recursos para restaurar Fortaleza". *In: Jornal A Hora do Povo*. Macapá – AP, 03 a 09 de outubro de 1991.
29. RODRIGUES, Fernando. Macapá: De Povoado à Capital. Programação para o dia 04/02/1992. GEA/SEECE/CONSELHO DE CULTURA / DEPARTAMENTO DE CULTURA.
30. "SENTINELA DA PÁTRIA NA EMBOCADURA DO AMAZONAS". *In: Jornal o Liberal. Coluna: Caderno*, 13 de março de 1987. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência Nacional. (Fotocópia).
31. Trechos Extraídos de Documentos Históricos Relacionados ao projeto de Construção da Fortaleza de São José de Macapá. Pesquisa realizada por Alcântara, Dora e Pedro et alii na Biblioteca Nacional, na Biblioteca e Arquivo Militar do Ministério do Exército. Arquivo do Instituto do patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência nacional. (Fotocópia).
32. "Macapá festeja 200 anos da Fortaleza". *In Jornal A Província do Pará. Coluna: Caderno*. 19 de março de 1982. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência Nacional. (Fotocópia)

33. "Fortaleza veste roupa nova para viver 212 anos". *In: Jornal do Povo. Coluna: Caderno*. 18 de março de 1994, p. 08. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência Nacional. (Fotocópia).
34. "Obras do Círculo Militar podem sofrer embargo devido ser área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá". *In: Jornal do Dia. Coluna: Caderno*. 28 de julho de 1994, p. 07. Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência Nacional. (Fotocópia).
35. "Fortaleza: A história em 212 anos". *In: Jornal do Povo. Coluna: Caderno*, 18 de março de 1994, p. 08. Arquivo do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência. (Fotocópia).
36. "Ação tenta reaver área da Fortaleza". *In: Jornal o Liberal do Amapá. Coluna: Caderno*. 19 de setembro de 1997. Arquivo do Patrimônio Histórico Nacional – 2ª Superintendência. (Fotocópia).

## 6.2. GERAL:

### 1 - LIVRO:

AGEERTT, Clifford. *A interpretação da cultura*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*, editora Brasiliense, São Paulo.

ARJONA, Marta. *Patrimônio Cultural e Identidad*. Editorial Letras Cubanas, La Habana, 1986.

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes, 4ª edição, 1998.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural*, editora Brasiliense, São Paulo, 1984.
- ARAÚJO, André Vidal. *Introdução à Sociologia da Amazônia*, Manaus, ed. Sérgio Cardoso, 1996.
- ARNAUT, Jurema Kopke Eis e ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de (Organização). *Museografia: A linguagem dos Museus a serviço da sociedade Artístico Nacional*. Organização dos Estados Americanos, 199ci7.
- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Provinha do Pará*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.
- BAUMAN, ZAYGMUNT. *Em Busca da Política*. Tradução: Marcus Penchel, Jorge Zahar Editor, Rio de, 2000.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutividade e de seu patrimônio cultural.", Conferências realizadas no Museu Histórico Nacional de 23 a 27 de outubro de 1995. Instituto do Patrimônio Histórico e Técnica". *In: Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense, 4ª edição, 1990.
- BERMAN. Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moises, Ana Maria L. Ioriatti, São Paulo, Companhia das letras, 1995
- BUORO, Anamélia Bueno, *O Olhar em Construção: Uma experiência de ensino e Aprendizagem da arte na escola*, São Paulo, editora Cortez, 1996.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Milton lobo. *Constituições do Brasil*,

11.ª edição, São Paulo, editora Átlas, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion e Mauad, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da Fotografia e do Cinema. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vaninfas.

(Orgs.). Domínios da História. Ensaios de teoria e

metodologia., 4ª edição, Campus, Rio de Janeiro, 1997, pp. 401- 417.

CARR. E. H. *Que é História?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, 3ª edição,

Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

CERTEAU, Michel “A Operação Histórica”. In: História: Novos

Problemas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ª. ed., 1979,

pp. 17- 48.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e

Representações, Lisboa, DIFEL, 1990.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco, Fundamentos Estéticos da Educação, 4ª

edição, Campinas, editora Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_, Por Que arte – Educação? 8ª edição,

Campinas, editora Papyrus, 1996.

DUBY, Georges. “História Social e Ideologias das Sociedades”. In:

História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.

2ª. ed., 1979, pp. 130 –144.

FENTRESS, James e Wickham, Chris. *Memória Social. Novas*

*Perspectivas sobre o Passado.* Telma Costa (tradução). Editorial

Teorema Ltda, Lisboa, 1992.

FISCHER, Ernst. A Necessidade da Arte. Tradução: Leandro Konder, 9ª edição,

Editora Guanabara S.A, 1987.

- FURET, François. *A Oficina da História*. Trad. Felipe Jarro. Lisboa,
- FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *Cultura material e Arqueologia Histórica*, Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Arqueologia*, São Paulo, Editora Ática S. A, 1988.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do Patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ / MinC.- IPHAN, ad.
- JEUDY, Henri-Pierre, *Memória do Social*, tradução de : CAVALCANTI, Márcia. Rio de Janeiro, editora Forense Universitária Ltda., 1990.
- HENRY, Paul. *Os Fundamentos Teóricos da "Análise Automática do Discurso"* de Michel Pêcheux (1969). *In*: Françoise Gadet. (Org.) Tony Hak. UNICAMP, ad. (Fotocópia)
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. Tradução: Paulo, Jefferson Luiz Camargo, Martins Fontes, São Paulo, 2001.
- KOTH, Flávio R. *A Alegoria*, editora Ática S. A, São Paulo, 1986.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História Novas Abordagens*. Tradução: Mesquita, 4ª edição, Livraria Francisco Alves Editora S. A, Rio de Janeiro, 1995.
- LE MOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*, 5.ª edição, São Paulo, editora Brasiliense s. a. 1987.
- LINHARES, Maria Yedda (organizadora). *História Geral do Brasil*. 9ª edição, Revista e Atualizada, editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- LOZANO, Jorge. *El Discurso Histórico*. Alianza Editorial S.A., Madrid, 1987.
- MATTOSO, José. *A Escrita da História*. Teoria e Métodos, Lisboa, Estampa,
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos*

- Jornais (1922 –1989)*, editora Revan, Campinas – SP, 1998.
- NETO, Nello Andreotti (Org.). *Código Penal Brasileiro*, São Paulo, Editora RIDEEL, 1991.
- OSTROWER, FAYGA. *Criatividade e Processos de Criação*, Petrópolis, Vozes, 6.ª edição, 1987.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e leitura*, editora Cortez, Campinas / SP, 1993.
- \_\_\_\_\_, *Análise de Discurso, Princípios e Procedimentos*, Pontes, Campinas, 2000.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.
- PÉCHEUX, Michel. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimentos*. ORLANDI, Eni P. (tradução), Pontes, Campinas / SP, 1990.
- PORCHER, Louis; tradução de MICHALSKI, Yan. *Educação Artística: luxo ou necessidade?* 5ª edição, São Paulo, Summus editorial, 1982.
- SANTAELLA, Lúcia. *Arte e Cultura: equívocos do elitismo*, São Paulo, Cortez, 3ª edição, 1995.
- \_\_\_\_\_, *O que é Semiótica*, 1.ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SUASSUNA, Ariano. *Iniciação à Estética*, 4.ª edição, Recife, editora Universitária Da UFPE, 1996.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. MOREIRA, Antônio José da Silva (tradução), Lisboa, Ed. 70, 1987.
- WALTHER-BENSE, Elisabeth. *A teoria Geral dos Signos*.
- CARVALHO, Pérola de (tradução), editora Perspectiva, São Paulo, 2000.

ZERNER, Henri. A Arte. *In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre.*

*História Novas abordagens.* Rio de Janeiro, Livraria Francisco

Alves, 144-159, São Paulo, 2000.

## 2 - PERIÓDICOS:

- Constituição de 1988. República Federativa do Brasil. Ed. Atual, em dezembro de Brasília, Senado Federal, 2001.
- *“Imagem, história e Semiótica”*, Anais do Museu paulista, Nova Série, n.º 1, 1993
- .Arte e Cultura da América Latina; Revista da Sociedade Científica de Estudos da Arte, Volume VI, n.º 1, maio de 1999.
- 3. Caderno de Antropologia e Imagem. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Antropologia e Imagem, n.º 1, 1995, Rio de Janeiro, 1995.
- Cartas Patrimoniais. Caderno de Documentos, n.º 3. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, Brasília, 1995.
- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais, Ministério da Educação e Cultura – D. P. H. N., 1967 (foto cópia)
- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Legislação Brasileira de Proteção dos Bens Culturais, Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, 1976,
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://www.iphan.gov.br/legislac/const88.htm>  
<http://www.iphan.gov.br/iphan/tomb.htm>

[http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei 378-37.htm](http://www.iphan.gov.br/legislac/nacionais/lei%20378-37.htm)

<http://www.iphan.gov.br/relatorio/reliphan.htm>

- Porto Alegre: Revista de Artes Visuais. Revista Semestral do Mestrado em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Porto Alegre, v. 1, n.º 1, junho de 1990.
- Rua, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Campinas, UNICAMP- SP, n.º 5, março, 1999.
- Cadernos de Antropologia e Imagem, Núcleo de Antropologia e Imagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. UERJ, 1995, v. II – 8 – Acervo de imagem.
- Os Desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Pedro Paulo de A. Funari. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Volume XLI (1-2), Porto, 2001

## VII - ANEXO:

Em 13 de janeiro de 1937 o presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei n.º 378, cuja Secção III do Capítulo III– Dos serviços relativos à educação, diz o seguinte no “Art. 46: **Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional**”<sup>1</sup>.

§ 1º: “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo”<sup>2</sup>.

§ 2º : “O Conselho Consultivo se constituirá de diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República”<sup>3</sup>.

§ 3º : “O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, 1976. P. 33.

<sup>2</sup> - Ibid..

<sup>3</sup> - Ibid.

<sup>4</sup> - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Legislação Brasileira de Proteção dos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, IPHAN, 1976, ps. 33 e 34.

(...)

*“Art. 128 da Constituição de 1937, criada em 10 de novembro do mesmo ano. “A arte, a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, pública e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de uma e de outro (o desenvolvimento da arte, da ciência e do seu ensino [grifo nosso] , favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”.*

(...)

*Art. 134 da mesma constituição: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais na Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.*

(...)

*“Art. 136. O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito à proteção e solicitude especiais do estado<sup>5</sup>.*

*Em 30 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas cria o “Decreto - Lei N ° 25” (IPHAN: Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais,*

---

- Adriano CAMPANHOLE, e Hilton Lobo. CAMPANHOLE Constituições do Brasil. 11ª edição, São Paulo, editora Atlas, 1994, ps.566 e 567.

1976, ps.5 à 13), cujo decreto apresentado a seguir, continua em vigor regulamentando as atividades do IPHAN.

## *“CAPÍTULO I*

### *DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*

*Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.*

*§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4 desta lei.*

*§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.*

*Art. 2º A presente lei se aplica as coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como as pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.*

*Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:*

*1.º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;*

2.º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam

carreira no país;

3.º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da introdução do Código Civil e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4.º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5.º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6.º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

*Parágrafo Único.* As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## CAPÍTULO II

### DO TOMBAMENTO

Art. 4.º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1.º desta lei, a saber:

1.º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2.º do citado art. 1.º;

2.º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3.º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4.º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1.º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2.º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5.º O tombamento dos bens pertencente a União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6.º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica do direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente

Art. 7.º Proceder-se á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para construir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

*Art. 8.º Proceder-se á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.*

*Art. 9.º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:*

*1.º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões se sua impugnação;*

*2.º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;*

*3.º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.*

*Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6 desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.*

*Parágrafo Único. Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.*

### CAPÍTULO III

#### DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

*Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.*

*Parágrafo Único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

*Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.*

*Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.*

*§ 1.º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.*

§ 2.º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3.º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15 Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do país, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo estado em que se encontrar.

§ 1.º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2.º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3.º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

*Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.*

*Parágrafo Único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.*

*Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes; sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.*

*Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requer, levará ao conhecimento do Serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.*

*§ 1.º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.*

*§ 2.º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.*

§ 3.º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las a executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do patrimônio e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietário ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1.º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

#### CAPÍTULO IV

#### DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, a União, os estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1.º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2.º. *É nula alienação realizada com violação do dispositivo no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habituado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.*

§ 3.º. *O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.*

§ 4.º. *Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.*

§ 5.º. *Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.*

§ 6.º. *O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação não se podendo extrair a carta, enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.*

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAIS

*Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.*

*Art. 24. A União manterá, para conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas-Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de florescer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.*

*Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.*

*Art. 26. Os negociantes de antigüidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.*

*Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica a dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a*

*respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.*

*Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 28 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.*

*Parágrafo Único. A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração que exceder.*

*Art. 29. O titular de direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.*

*Parágrafo Único. Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

*Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.*

*Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937, 116.º da Independência E 49.º da República.*

GETÚLIO VARGAS,  
GUSTAVO CAPANEMA. do estado”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> - Adriano CAMPANHOLE e Hilton Lobo CAMPANHOLE. Constituições do Brasil. 11ª edição, São Paulo, editora Atlas, 1994, ps.566 e 567.

*“Para regulamentar as competências previstas nas leis do SPHAN, em 26 de março de 1976, através da Portaria N.º 230, o Ministério da Educação e Cultura na administração do Ministro Ney Braga, aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”*

*“Em seu art. 1.º o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, dotado de autonomia administrativa e financeira por força do disposto no art.14, do Decreto n.º. 66.967, de 27 de julho de 1970. De acordo com o regimento do IPHAN em seu art. 3.º, são criadas as Diretorias Regionais, em número de nove. Essas regionais, são os órgãos de execução das atividades-fim do Instituto”<sup>7</sup>*

Em 21 de outubro de 1998 é criado o Decreto n.º 2807 que *“APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”<sup>8</sup>.*

*“O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV e VI da Constituição, decreta:*

*Art. 1º - Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN na forma dos Anexos I e II a este Decreto.*

*(...)*

---

<sup>7</sup> - *ibid*, pp. 37 – 62.

<sup>8</sup> - <http://www.iphan.gov.br/legislac/decreto28807.Htm> – 1 de 8 – 04/10/2001.

## *Anexo I*

### *Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.*

#### *CAPÍTULO I*

##### *Da natureza e finalidade:*

*Artigo 1º - O Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal constituída pelo Decreto n.º 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculado ao Ministério da Cultura, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, tem duração indeterminada e gozará de autonomia técnica, administrativa e financeira.*

*Artigo 2º - O IPHAN tem por finalidade pesquisar, promover, fiscalizar e proteger o patrimônio cultural, nos termos da Constituição e, especialmente:*

- I - formular e coordenar a execução da política de preservação e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura,*
- II - formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para conservação e preservação do patrimônio cultural,*
- III - desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para conservação e preservação do patrimônio cultural,*

*IV - promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural.*

*V - exercer poderes discricionário e de polícia administrativa para proteção do patrimônio cultural brasileiro;*

*VI - aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural.*

*VII - exercer as competências estabelecidas no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei n.º 4.845, de 1º de novembro de 1965 e na Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961.*

*(...)*

*Art. 19º - Constituem patrimônio do IPHAN*

*I - Os acervos das extintas Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e Fundação Nacional Pró-Memória – PRÓ\_MEMÓRIA;*

*II - os bens e direitos que adquirir ou os que lhe forem doados”.*

*(...)*

*“Implantada em 1979 em Belém, a 1ª Diretoria Regional tinha inicialmente sob sua jurisdição os estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, além dos territórios do Amapá e Roraima. Com a criação da 1ª Coordenação Regional em Manaus, a 2ª Coordenação Regional, atual 2ª Superintendência Regional, passou a atender Pará e Amapá. Em 1992 a sede foi transferida de instalação provisória para edifício na Av. Gov. José Malcher, 563 – Nazaré 66035 – 100*

Belém – PA<sup>9</sup>.

“A ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se desenvolve por intermédio de:

- 14 superintendências regionais,
- 19 sub-regionais,,
- 9 unidades museológicas,
- 18 museus regionais,
- 9 casas históricas,
- 1 parque histórico,
- O palácio Gustavo Capanema,
- O Paço Imperial e
- O Sítio Burle Max, no Rio de Janeiro,
- E a Cinemateca Brasileira em São Paulo

---

<sup>9</sup> - <http://www.iphan.gov.br/iphan/end-crs.htm> 1 – 6, 04/10/2001.